



Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário  
Programa Paz nas Escolas  
Secretaria Especial de Direitos Humanos



# Outras Violências

Conceitos, Percepções e Atitudes de Moradores  
de Treze Distritos de Saúde do Município de São Paulo

São Paulo  
Agosto, 2003



**INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO**  
**PROGRAMA PAZ NAS ESCOLAS**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS**

**OUTRAS VIOLÊNCIAS**  
**CONCEITOS, PERCEPÇÕES E ATITUDES DE MORADORES**  
**DE TREZE DISTRITOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**  
**AGOSTO, 2003**



## APRESENTAÇÃO

A defesa dos Direitos Humanos é um dos princípios que regem o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário. Esta pesquisa é a confirmação desse valor, seja na intenção de contribuir para o conhecimento vivo da realidade, seja na de fortalecer ações que promovam parâmetros de uma vida mais justa e igualitária.

A sistematização da experiência visa compartilhar o aprendizado que permeou o processo de investigação para que outras pessoas, em outros lugares e a partir das peculiaridades de seus espaços e histórias, possam se apropriar deles e transformar problemas e dificuldades em perguntas e oportunidades de ação.

Os resultados da pesquisa são considerados frutos de um semear regado pela certeza de que é preciso buscar, sempre, novas formas de olhar e entender o que muitas vezes parece óbvio. Por isso, apesar do consenso em torno do desejo de dirimir a violência, era importante perguntar: “qual violência?”. Assim, foi possível descobrir o quão multifacetada ela é, sob quantas formas ela pode ser vista e de quantas maneiras ela pode estar presente em nosso cotidiano.

Com a missão de contribuir para a criação e o fortalecimento de uma cultura de Direitos Humanos, uma cidadania ativa e uma democracia participativa e solidária, o IBEAC pretende somar forças à rede de esforços e iniciativas que se alinham no mesmo sentido.

A equipe do IBEAC agradece à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, nas pessoas de Denise Paiva e Alberto Albino dos Santos e a Eduardo Jorge e Fátima Souza, por tornarem possível esse trabalho.

*Maria Lúcia Montoro Jens*

**PRESIDENTE DO IBEAC**



## **AGRADECIMENTOS**

*Foram muitas as mãos e mentes que ajudaram a construir esse trabalho.*

*Logo nos primeiros passos, Marina Teixeira e Fanny Moore, presenças amigas e sempre disponíveis. Mais tarde, Antônio Carlos Alkmin.*

*Fundação Seade, pelas dicas sobre os desafios que nos aguardavam na empreitada.*

*Todos os Agentes Comunitários de Saúde, nossos principais parceiros desde os primeiros testes dos questionários, no fornecimento de informações e na realização do trabalho de campo.*

*Os gerentes e enfermeiros do Programa Saúde da Família que deram o suporte para cada etapa do trabalho.*

*Todos os moradores, que em meio à urgência dos afazeres diários, pararam por alguns minutos, receberam os Agentes e acreditaram que valeria a pena responder àquelas perguntas.*

*A todos os que envolveram mais do que mãos e mentes, os corações, apostando que seria possível. A convicção e o trabalho seguem renovando a aposta e convidando a todos os que acreditam que é possível fazer alguma coisa por um mundo mais humano, pois mais rico é o caminho quantos mais forem os pés que o trilhem juntos.*



## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

Trabalhar com a violência .....	11
Público-alvo e pesquisadores .....	12
O que é violência para você? .....	14

### PARTE I

#### CAPÍTULO 1 A PREPARAÇÃO DO CAMPO

Elaboração do questionário e treinamento dos Agentes-pesquisadores .....	17
Banco de dados, amostra, sorteio .....	18
Preparação para o campo .....	22

#### CAPÍTULO 2 A REALIZAÇÃO DO CAMPO

O lugar da pesquisa .....	23
O instrumento da pesquisa .....	28
A experiência da pesquisa .....	29

#### CAPÍTULO 3 ANÁLISE DOS DADOS

Supervisão no campo .....	31
Leitura das questões abertas e codificação .....	32
Banco de dados e resultados quantitativos .....	34

### PARTE II

#### CAPÍTULO 1 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Sexo .....	35
Idade .....	36
Cor ou raça .....	36
Origem e permanência .....	37
Religião e atividade religiosa .....	39
Educação e formação .....	40
Família, renda e trabalho .....	41

#### CAPÍTULO 2 CONCEITOS E VALORES EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

Cultura da violência .....	49
Violência como meio .....	53
Violência e violação de direitos .....	56

#### CAPÍTULO 3 IMPACTOS DA VIOLÊNCIA

Atitudes .....	61
Percepções do entorno .....	64

#### CAPÍTULO 4 POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES .....

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
----------------------------	----

ANEXOS .....	74
--------------	----

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS REFERÊNCIAS .....	96
-----------------------------------------	----



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	
Divisão dos distritos de saúde e atuais coordenadorias de saúde .....	13
Quadro 2	
Número de Agentes sorteados por distrito .....	19
Quadro 3	
Número de Agentes por distrito - modificado .....	20
Quadro 4	
Parâmetros para caracterização do universo e da amostra .....	24
Quadro 5	
Concentração etária da população dos distritos de saúde .....	25
Quadro 6	
Quantidade de homens e mulheres nos distritos de saúde .....	26
Quadro 7	
População residente em favelas .....	27
Quadro 8	
Estados onde nasceram os entrevistados .....	37
Quadro 9	
Qual é a sua religião? (em %) .....	39
Quadro 10	
Número de pessoas que compõe as famílias dos entrevistados .....	42
Quadro 11	
Com quem mora? (1º membro) .....	43
Quadro 12	
Essa pessoa tem rendimento mensal? (1º membro) .....	43
Quadro 13	
Qual é o valor desse rendimento? .....	43
Quadro 14	
No último mês, qual foi a sua remuneração? .....	45
Quadro 15	
Renda domiciliar .....	45
Quadro 16	
Ramos de atividades .....	47
Quadro 17	
Ramos da última atividade .....	48

Quadro 18	
Essa é uma situação de violência? – Cultura da violência (em %) .....	50
Quadro 19	
Concorda com a frase? – Cultura da violência (em %) .....	52
Quadro 20	
Essa é uma situação de violência? – Violência como meio (em %) .....	53
Quadro 21	
Concorda com a frase? – Violência como meio (em %) .....	55
Quadro 22	
Essa é uma situação de violência? – Violência e violação de direitos (em %) .....	56
Quadro 23	
Concorda com a frase? – Violência e violação de direitos (em %) .....	60
Quadro 24	
Deixou de fazer algo ou ir a algum lugar por causa da violência? (Primeira opção) .....	62
Quadro 25	
Qual atitude você tomaria diante de uma situação de violência? .....	63
Quadro 26	
Por que você não tomaria uma atitude diante de uma situação de violência? .....	63
Quadro 27	
Identificação da violência (em %) .....	64
Quadro 28	
Quais as coisas ruins do seu bairro? .....	65
Quadro 29	
Quais as coisas boas do seu bairro? .....	66
Quadro 30	
Entre as coisas que você considera ruins da(s) escola(s) do seu bairro, quais você destacaria e quem é o principal responsável? (em %) .....	67
Quadro 31	
Entre as coisas que você considera boas da(s) escola(s) do seu bairro, quais você destacaria e quem é o principal responsável? (em %) .....	68
Quadro 32	
Como as pessoas/instituições de seu bairro ajudam a comunidade? (em %) .....	70
Quadro 33	
O que poderia ser feito para enfrentar os problemas do bairro? (em %) .....	71
Quadro 34	
Como ou de qual atividade você participa para melhorar o bairro? (em%) .....	72



## INTRODUÇÃO

O IBEAC, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, vem trabalhando com formação de diversos atores sociais em Direitos Humanos: líderes comunitários, jovens, Agentes de Direitos Humanos. Em 2001, aceitou o desafio de trabalhar com mais um grupo: os Agentes Comunitários de Saúde do Programa Saúde da Família, em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos – Ministério da Justiça, e a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. O trabalho com essas pessoas justificava-se pelo papel que desempenham como Agentes Comunitários – transitam não só pelos espaços públicos e privados, mas também nos espaços íntimos das comunidades, freqüentando as casas, escolas e outros locais comunitários, conversando com as pessoas, observando os acontecimentos. Esta posição propicia inúmeras possibilidades de intervenção, apoio e estabelecimento de experiências mais democráticas, combatendo situações de autoritarismo, abandono, violência e violação de direitos.

Esse projeto, em conjunto, colocava como objetivos: 1) a formação dos Agentes de Saúde em Direitos Humanos, 2) a realização de um diagnóstico da violência, e 3) a elaboração de planos para enfrentar a violência, reunindo experiências, forças e saberes daqueles que fazem parte da comunidade. Este relatório diz respeito ao segundo desses objetivos a trajetória percorrida da idéia à efetivação de uma pesquisa que investigasse mais de perto de que estamos falando quando dizemos “violência”.

### **Trabalhar com a violência**

A idéia de realizar um diagnóstico da violência é ampla o bastante para permitir uma multiplicidade de direções a serem seguidas. Procurávamos por o quê? Mapear números ou tipos de ocorrência? Identificar locais ou circunstâncias de acontecimentos violentos?

A primeira pergunta a ser feita era: de que violência estamos falando? E esta questão assume significado especial no contexto de um projeto elaborado, que considera a partir da percepção de que a violência é um problema de saúde pública, que trabalha com o propósito de assegurar os Direitos Humanos e que tem como orientação a ação em conjunto, valorizando e buscando a pluralidade como meio de atuação. Tratar a violência como um problema de saúde pública implica em considerar o fenômeno da violência para além dos números ou da ocorrência criminal. Trata-se de admiti-lo como questão a ser trabalhada por diversas áreas de conhecimento e especialidades, de vê-lo como algo que pode ser prevenido em suas causas e que requer atenção no tratamento de seus efeitos. Por fim, significa responsabilizar-se e procurar meios de tomar, para si, parte dessas tarefas. Trabalhar na perspectiva do respeito aos direitos fundamentais do ser humano decorre dessa concepção primeira e implica em que a violação desses direitos configure-se como violência, na medida em que agride e despe os indivíduos do resguardo de todos os demais direitos. Finalmente, a aposta na união de esforços afasta a idéia de um trabalho de especialistas que prescreve soluções à distância. A utilização de conhecimentos especializados deveria ser, sempre, conjugada a conhecimentos e dinâmicas cotidianos, o que requer diálogo e reciprocidade. Assim, dividimos a questão, que era nossa, com o público da pesquisa: o que é violência para você?

### **Público alvo e pesquisadores**

Antes de prosseguirmos com a concepção da pesquisa, é importante dizer quem são seus protagonistas: pesquisadores e pesquisados.

O projeto em que se insere esse diagnóstico realizou-se em 13 distritos de saúde. Devido a mudanças na forma como a administração municipal divide o município, com o objetivo de descentralizar os processos de gestão e tomadas de decisão, é preciso esclarecer o que chamamos de distritos de saúde. No momento em que a pesquisa teve início, a cidade ainda estava dividida de diferentes maneiras, de acordo com a área de atuação pública. A Secretaria Municipal de Educação, por exemplo, dividia São Paulo em 13 Núcleos de Ação Educativa (NAE). Da mesma forma, a Secretaria Municipal de Saúde dividia a cidade em 41 distritos de saúde. Encerrada a pesquisa de campo, a divisão em distritos de saúde havia sido alterada e contava com 39 distritos. Mais recentemente, os distritos de saúde foram redistribuídos e rearranjados em Coordenadorias de Saúde, assim como os NAEs são, atualmente, Coordenadorias de Educação. Essas coordenadorias estão ligadas às subprefeituras, 31 no total. Temos, assim, 31 Coordenadorias de Saúde.

Como a pesquisa foi preparada com base na divisão em distritos vigente na época, manteremos esse referencial.

Os distritos incluídos no projeto, quando somavam 41, foram: Brasilândia, Cachoeirinha, Campo Limpo, Capão Redondo, Cidade Tiradentes, Grajaú, Guaianazes, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, Parelheiros, São Mateus, Sé e Tremembé/Tucuruvi. Convém, ainda, explicitar que a divisão em distritos de saúde não coincidia com a divisão dos distritos administrativos que costumamos identificar com os chamados “bairros”. Considerando que o município está dividido em 96 distritos administrativos, e que eram 41 os distritos de saúde, algumas das unidades de saúde tinham mais de uma unidade administrativa. O quadro 1 mostra quais distritos administrativos estavam contidos em cada distrito de saúde e quais coordenadorias existem hoje.

Quadro 1

**DIVISÃO DOS DISTRITOS DE SAÚDE E ATUAIS COORDENADORIAS**

Distritos de saúde divisão inicial	Distritos administrativos divisão inicial	Coordenadoria de saúde	Distritos administrativos em cada coordenadoria
Brasilândia	Brasilândia	Freguesia do Ó e Brasilândia	Freguesia do Ó e Brasilândia
Cachoeirinha	Cachoeirinha e Casa Verde	Casa Verde e Cachoeirinha	Cachoeirinha, Casa Verde e Bairro do Limão
Campo Limpo	Campo Limpo e Vila Andrade	Campo Limpo	Campo Limpo, Vila Andrade e Capão Redondo
Capão Redondo	Capão Redondo		
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes
Grajaú	Grajaú	Socorro	Grajaú, Cidade Dutra e Socorro
Guaianazes	Guaianazes e Lajeado	Guaianazes	Guaianazes e Lajeado
Jd. Ângela	Jd. Ângela	M Boi Mirim	Jardim Ângela e Jardim São Luiz
Jd. São Luiz	Jd. São Luiz		
Parelheiros	Marsilac, Parelheiros, Cidade Dutra e Socorro	Parelheiros	Marsilac e Parelheiros Iguatemi, São Mateus e São Rafael
São Mateus	Iguatemi, São Mateus e São Rafael	São Mateus	Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação,
Sé	Bela Vista, Brás, Cambuci, Pari e Sé	Sé	Liberdade, República, Santa Cecília, Sé
		Mooca	Água Rasa, Belém, Brás, Mooca, Pari e Tatuapé
Tremembé/ Tucuruvi	Tremembé e Tucuruvi	Tremembé/ Jaçanã	Tremembé e Jaçanã
		Santana /Tucuruvi	Santana e Tucuruvi

O critério de escolha dos distritos foi o índice de violência e criminalidade que apresentavam. Embora esse não fosse o foco da pesquisa, seria interessante trabalhar onde esse problema se mostrasse de maneira mais crônica. Os moradores desses distritos seriam, portanto, nosso público-alvo. Mais adiante detalharemos como, a partir desse universo, foram determinadas a amostra e a operacionalização da pesquisa.

A escolha dos pesquisadores também está fortemente relacionada com as concepções do projeto. A mais importante delas é a valorização do Agente Comunitário de Saúde (ACS), peça fundamental do Programa Saúde da Família (PSF). Esse programa foi implantado em 2001 pela Secretaria e pretende ampliar o que se entende costumeiramente por sistema público de saúde, aproximando-o daqueles que se utilizam dele. Entender este sistema e seus serviços não somente como tratamento de doenças, mas também como promotora de qualidade de vida. Isto significa incluir, além dos problemas biológicos propriamente ditos e seus respectivos procedimentos, a importância de respeitar o usuário, compreender os problemas de saúde no âmbito dos problemas sociais mais amplos, atribuir ao profissional de saúde a função de trocar conhecimentos com ou-

tros profissionais, a fim de não apenas curar, mas prevenir os males e preservar a vida que está em suas mãos. Nesse sentido o papel do Agente Comunitário de Saúde é essencial. Esses Agentes são sempre moradores das comunidades onde trabalharão, pois o objetivo é estabelecer um vínculo entre eles, uma relação de proximidade e confiança; mais humanizada, portanto. Eles fazem visitas domiciliares, cadastram os moradores que se utilizam dos serviços da região, orientam-nos sobre diversos aspectos (prevenção, cuidados, acesso a serviços), participam de campanhas promovidas pela Secretaria da Saúde, ministram palestras em escolas, entre outras atividades. Dessa forma, o Agente torna-se um referencial em sua comunidade.

Devido à sua familiaridade e mobilidade privilegiadas nesses espaços, foram escolhidos como parceiros diretos em nossa atividade de pesquisa. Seu potencial de divulgação de idéias e valores também contribuíram para que fossem eleitos alvo preferencial das formações em Direitos Humanos. Poderiam ser multiplicadores da importância da defesa dos direitos e seus promotores, na medida em que orientassem nos procedimentos necessários e formas possíveis de enfrentar suas violações. Nossa opção, portanto, é paralela a essa concepção. Importa esclarecer, finalmente, que os Agentes aplicaram questionários em casas diferentes daquelas que visitam em suas atuações como Agentes Comunitários de Saúde. Embora esse cuidado esteja mais detalhado adiante, podemos adiantar que o objetivo deste procedimento era garantir uma situação de neutralidade no momento da investigação.

### **O que é violência para você?**

Diante da pluralidade dos significados e formas que o fenômeno da violência pode assumir, optamos por calibrar entre nós mesmos, equipe que se formava para o trabalho de investigação, o que entendíamos por violência. A maneira como formularíamos as questões e, certamente, como olharíamos para o que elas fossem levantar futuramente, estariam imbuídas de nossas próprias percepções. Assim, seria importante deixarmos claras as concepções comuns e até mesmo as possibilidades de divergências, para que pudéssemos utilizá-las de maneira a enriquecer o trabalho. Logo no início do processo, antes dos primeiros passos, um breve texto colocou, como que num espaço plano de uma mesa, o que mais essencialmente entendíamos por violência. Abaixo, transcrevemos a parte do texto que se refere ao tema que aqui nos interessa (ele está completo no anexo 1).

“Pensando nos objetivos do projeto, visto também como forma de enfrentamento da violência, uma vez que visa formação e elaboração coletiva de planos de ação, o que orientou a formulação deste questionário foi a idéia de relação dos indivíduos com a violência: como eles percebem-na, como reagem e que sentidos atribuem a ela. Nessa escolha encontramos uma primeira questão: de que violência estamos falando? Lúcio Kowarick e Clara Ant (1982) chamam a atenção para a corrente identificação de violência com criminalidade. A criminalidade é uma das formas possíveis assumidas pela violência, mas não a única. Os autores propõem, então, um conceito amplo de violência, entendida como “(...) *um processo que direta ou indiretamente causa sérios danos às pessoas, comprometendo temporária ou definitivamente suas vidas. (...) Tomada a questão nesse prisma mais abrangente, poder-se-ia afirmar que, mesmo se a criminalidade viesse a diminuir substancialmente, São Paulo continuaria sendo uma cidade marcadamente violenta na medida em que nela persistem condições sócio-econômicas que danificam não só a qualidade de*

vida da maioria, mas sobretudo, a própria vida de amplos segmentos populacionais."<sup>1</sup> - grifos dos autores.

Nessa perspectiva, a violência é entendida como aspectos da vida que agridem um indivíduo não só em sua integridade física, mas também emocional, psicológica e de sua saúde. Essa forma de tratar o tema da violência, além de falar eficientemente de fenômenos sociais urbanos, tem afinidade também com outro eixo sobre o qual o projeto se assenta que é o da violação dos direitos. Quando falamos em carência de serviços básicos (saneamento, saúde, educação etc.), poluição, más condições de trabalho e remuneração, pauperização, falamos tanto de formas de violência, no sentido que aqui adotamos (doméstica, de gênero, simbólica, institucional e outras), quanto de situações de violação de direitos. É pertinente, ainda, esclarecer que, embora quando falemos de Direitos Humanos, estejamos nos referindo a um amplo leque de garantias formais<sup>2</sup>, sejam individuais ou coletivas, nosso foco será em como a violação desses direitos aparece em situações cotidianas, ordinárias, muitas vezes sob a forma de acontecimento "normal". Desta maneira, embora constituam fenômenos e conceitos diferentes, as questões serão trabalhadas de forma conjunta, já que não são excludentes. Ao contrário, se aproximam." – (*"Uma pequena justificativa"*; anexo 1).

A partir daí iniciaram-se as primeiras etapas de preparação da pesquisa.

---

1 Kowarick e Ant, 1982, p. 32,33

2 Na seção Título dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Brasileira, encontramos os direitos referentes à Declaração Universal





## PARTE I

## CAPÍTULO 1

**A PREPARAÇÃO DO CAMPO****Elaboração do questionário e treinamento dos Agentes-pesquisadores**

A elaboração do questionário foi um processo longo e coletivo. Depois de uma sucinta busca e consulta a diversas publicações e relatórios de pesquisa, além de conversas formais ou informais com pessoas que trabalham com pesquisa ou com o tema violência (Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados, IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, NEV - Núcleo de Estudos da Violência da USP, NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP, Instituto Noos e Fatos – Consultoria e Pesquisa – ambos do Rio de Janeiro), uma primeira versão do questionário foi elaborada. Discutimos internamente a pertinência de algumas questões, as possibilidades e limites do instrumental. Por outro lado, pretendíamos testá-lo com os/as próprios/as futuros pesquisadores/pesquisadoras<sup>3</sup>, os Agentes Comunitários de Saúde. Havia essa oportunidade, de testar o questionário e, ao mesmo tempo, treinar os pesquisadores, porque as oficinas de formação em Direitos Humanos com os Agentes estavam em curso, na mesma época.

Uma proposta inicial de treinamento (anexo 2) foi elaborada em termos bastante gerais, visto que se é importante estruturar uma atividade, é importante também deixar margem para que o grupo envolvido nela possa crescer o quanto for necessário, mesmo que modifique o planejado. Dessa forma, as linhas que nos orientavam referiam-se ao lugar do questionário dentro da pesquisa, e desta dentro do projeto. Como a atividade com o questionário acontecia sempre no último dos cinco dias de formação, o grupo já estava familiarizado com o tema a ser trabalhado, conhecia o IBEAC, seus princípios e o objetivo do projeto. Isso facilitava a compreensão da pesquisa e enriquecia o primeiro contato com o questionário. O diagnóstico significava uma oportunidade de conhecer as expectativas, opiniões e percepções das pessoas que moravam no mesmo espaço em que eles. Era uma oportunidade de levar para fora do âmbito doméstico, ou do bairro, as imagens que tinham de si próprios, para poder compará-las com aquelas que poderiam surgir de outras fontes, como a mídia ou a universidade, por exemplo. Era uma oportunidade de dar real peso ao que se refere a ocorrências violentas e fazer aparecer o que há, nesses lugares, de positivo e de potencial. Era uma oportunidade de saber o que as pessoas com quem eles, Agentes, convivem, pensam e sentem a respeito da violência, assunto que os envolve de tantas formas. Finalmente, era uma oportunidade de conhecer que violência é essa e qual é o seu grau de influência no cotidiano, para então poder pensar em formas de enfrentá-la, afinal, não se enfrenta aquilo que não se conhece. Os dados voltariam para eles mesmos, o que tornava as possibilidades imensas, pois eles poderiam utilizar essas informações da forma que considerassem mais conveniente.

Tendo em mente uma gama variada de caminhos possíveis, o questionário ganhava a dimensão que deveria ter – a de um instrumento. Nesse sentido, importava-nos valorizar sua centralidade, sem superdimensionar suas exigências. O questionário era um instrumento, entre outros que exis-

---

<sup>3</sup> Ao longo do texto, para designar os envolvidos na pesquisa utilizaremos os termos no masculino, para efeito de fluência de linguagem (entrevistados, moradores, os Agentes, por exemplo), passando a usar o feminino apenas quando se tratar de grupos específicos de mulheres.

tem, e a necessidade de tê-lo bem preenchido em nada se relacionava à idéia de tarefa pela qual seriam avaliados. Deveria estar bem preenchido porque isso significaria estar mais próximo daquelas falas a que queríamos ter acesso e, no entanto, só eles o conseguiriam ter. Falávamos, também, da importância do entrevistador e do entrevistado que, em posições diferentes, dependiam da colaboração mútua para que a entrevista fosse bem sucedida. Discutíamos a tênue linha que separa uma boa entrevista da conversa burocrática, de um lado, e do bate-papo desinteressado, de outro. A riqueza da escuta atenta era o que pretendíamos destacar.

Líamos, então, o questionário, parando para esclarecer as dúvidas, ouvir as críticas e sugestões. Depois da leitura, os Agentes formavam duplas e aplicavam os questionários aos companheiros. Finda a primeira entrevista, além da esperada inversão de papéis (o entrevistado tornava-se entrevistador e vice-versa) os parceiros eram trocados, possibilitando que cada Agente fosse entrevistado por um Agente e, em seguida, entrevistasse outro, diferente. A intenção era evitar que as respostas do segundo Agente fossem influenciadas pelas respostas daquele que fora entrevistado primeiro. Dois aspectos positivos que ultrapassaram a pretensão do treinamento dizem respeito à criação de informação e à vivência da entrevista. Primeiramente, a partir do momento em que aplicaram os questionários entre si, os Agentes forneceram-nos dados que nos permitiram traçar seu perfil e conhecer um pouco mais os seus posicionamentos. Por seu turno, a vivência possibilitou aos Agentes experimentarem a situação de entrevistados, o que causou, quase que unanimemente, formulações positivas, por eles, acerca da experiência de serem questionados a respeito de assuntos relativos ao bairro onde vivem, o que ainda não tinham tido a oportunidade de vivenciar.

No total, foram doze oficinas (embora sejam treze distritos, dois deles participaram conjuntamente) até a versão final do questionário. Além das sugestões que acatamos, tivemos a oportunidade de justificar porque algumas não seriam incorporadas. Ganhamos no aperfeiçoamento do instrumento e na tentativa de construir um entendimento.

### **Banco de dados, amostra, sorteio**

Uma das oficinas que nos ajudaram a pensar e preparar essa pesquisa apontou-nos a direção que deveríamos seguir para montar a amostra com que trabalharíamos. Nosso campo deveria restringir-se à área de atuação dos Agentes com quem tínhamos trabalhado. Assim, deveríamos delimitá-lo espacialmente e caracterizá-lo a partir de um levantamento de dados sobre os distritos. A delimitação geográfica pôde ser iniciada com o auxílio dos próprios Agentes. Uma das atividades das oficinas de formação era fazer um mapa que contivesse suas áreas de trabalho. Com base nos mapas produzidos, nós o comparávamos com os mapas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos quais figuravam os setores censitários, unidades resultantes da divisão realizada pelo IBGE para a realização do Censo. A partir da comparação entre os mapas, identificávamos em quais setores censitários trabalharíamos. Essa identificação, por sua vez, nos permitiria caracterizar as áreas, uma vez que o IBGE dispõe de dados com esse nível de detalhamento. Embora nosso campo fosse mais restrito que os setores censitários, essa unidade era a menor possível. Esse caminho, no entanto, revelou-se bastante moroso e árduo. Além de a comparação entre os mapas ter sido, muitas vezes, difícil, em outras vezes suas configurações eram bastante diversas: algumas ruas apontadas pelos Agentes não constavam nos mapas do IBGE e, curioso, algumas vezes ocorria também o inverso, ou a disposição de algumas ruas não coincidiam. Esse trabalho ocupou boa

parte do nosso tempo. A intenção era caracterizar as áreas a fim de informar a determinação da amostra. Imaginávamos que o número de casas, habitantes, a faixa etária e distribuição por gênero das áreas nos permitiria obter as informações de que um amostrista necessita para determinar o número de pessoas que deveriam responder ao questionário.

No entanto, durante outra oficina destinada a preparar o diagnóstico, um caminho alternativo nos foi indicado. Àquela altura, já tínhamos os nomes de todos os Agentes que participaram das formações em Direitos Humanos e nosso campo seria a área de atuação desses mesmos Agentes, ao invés de mapear todas as ruas para sorteá-las, sortearíamos os Agentes e deles chegaríamos às ruas a serem pesquisadas. A caracterização das áreas poderia ser feita pelos próprios Agentes, conhecedores de seus locais de trabalho. E assim foi feito. Fornecemos ao amostrista a relação dos Agentes e ele fez o sorteio. Ele também calculou, com base no número de distritos onde trabalharíamos, o tamanho da amostra: 650 questionários divididos por 13 distritos, o que significava 65 Agentes sorteados, cada um fornecendo 10 endereços para a pesquisa. Esses números foram alterados por situações que serão descritas mais detalhadamente, a seguir. A primeira delas, no entanto, ocorreu durante o sorteio dos Agentes.

Como já mencionamos, a pesquisa teria como campo a área de trabalho dos Agentes participantes das oficinas de formação em Direitos Humanos, realizada paralelamente pelo IBEAC. As oficinas contaram com Agentes de treze distritos, sendo que dois deles formaram um único grupo: o distrito de saúde Cachoeirinha/ Casa Verde e o antigo<sup>4</sup> Tremembé/Tucuruvi. A lista utilizada para o sorteio contabilizou, portanto, apenas um distrito onde havia dois, o que resultou na contagem de doze e não treze distritos, resultando em 600 e não em 650 questionários e, finalmente, em 62 e não em 65 Agentes sorteados. Por outro lado, o número de Agentes participantes em cada oficina não era homogêneo, o que resultou em números diferentes de Agentes sorteados entre os distritos. A distribuição resultante do sorteio foi:

Quadro 2

**NÚMERO DE AGENTES SORTEADOS POR DISTRITO**

<b>Distrito</b>	<b>Número de Agentes sorteados</b>
Parelheiros	5
São Mateus	5
Sé	5
Brasilândia	6
Cachoeirinha e Tremembé	5
Campo Limpo	5
Capão Redondo	5
Cidade Tiradentes	6
Guaianazes	5
Jardim Ângela	5
Jardim São Luiz	6
Grajaú	4

<sup>4</sup> Designamos como “antigo”, devido à mudança, detalhada anteriormente, de sua divisão.

Para amenizar essa pequena diferença, retiramos um Agente do distrito Brasilândia e acrescentamos um ao distrito Grajaú, de forma que ambos ficassem com cinco Agentes. A mesma mudança ocorreu entre os distritos Jardim São Luiz e aquele que foi contado como um e continha dois distritos: Cachoeirinha/Casa Verde e Tremembé/Tucuruvi. A diferença é que, nesse caso, o Jardim São Luiz, de 6 Agentes sorteados passaria a ter 5, como os demais, e os dois distritos, contados como um só, seriam beneficiados ao ficar com 6, pois significaria três Agentes para cada um. A substituição, no entanto, não aconteceu de forma aleatória, mas seguiu as instruções de sorteio do amostrista, que determinava que, no caso de uma eventual substituição, selecionássemos o nome imediatamente seguinte ao último nome sorteado do distrito. Assim foi feito e a seleção das ruas que formaram o campo de pesquisa teve como base o resultado:

Quadro 3

**NÚMERO DE AGENTES POR DISTRITO – MODIFICADO**

<b>Distrito</b>	<b>Número de Agentes sorteados</b>
Parelheiros	5
São Mateus	5
Sé	5
Brasilândia	5
Cachoeirinha e Tremembé	6
Campo Limpo	5
Capão Redondo	5
Cidade Tiradentes	6
Guaianazes	5
Jardim Ângela	5
Jardim São Luiz	5
Grajaú	5

A partir dos nomes dos Agentes sorteados, o passo seguinte foi recolher os nomes das ruas onde cada um deles trabalhava. Aí a segunda diferença em relação ao que havia sido planejado para a preparação do campo. A distribuição das ruas a serem atendidas pelo Agente Comunitário de Saúde obedece a um critério numérico, que não se refere às ruas, mas sim às casas, ou seja, um Agente não atende um número determinado de ruas, mas uma quantidade de residências. O que parecia de pouca importância revelou-se de grande peso, pois não valeria mais o critério segundo o qual cada Agente forneceria dez endereços: uma vez que sua meta é definida por casas, ela poderia ser atingida em apenas uma rua ou em dez ruas; enquanto alguns Agentes poderiam atender cerca de 200 casas numa só rua, outros poderiam atender as mesmas 200, por exemplo, 50 casas distribuídas por 4 ruas. Assimilamos essa particularidade e recolhemos, a partir do contato com os Agentes, três informações: a) o(s) nome(s) da (s) rua(s) em que eles trabalhavam e, para cada uma delas, b) o número de casas, e c) o número de mulheres com mais de dezesseis anos e o de homens com mais de dezesseis anos. As ruas formavam a área de pesquisa, o número de casas permitia-nos determinar o número de questionários a serem aplicados em cada rua, o número de homens e mulheres permitia-nos distribuir os questionários igualmente entre eles, e a idade mínima para o entrevistado foi estipulada com base na idade mínima estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a realização de atividades laborativas, uma vez que o questionário

fazia perguntas relacionadas ao trabalho. Essa fase também envolveu algumas dificuldades que a tornaram mais longa do que desejávamos.

Primeiramente, o fato de precisarmos entrar em contato com Agentes de treze regiões, tão distantes entre si, nos fez recorrer ao contato por telefone ou fax, embora muitas vezes tenhamos ido a algumas unidades. Essa seria uma solução simples e eficaz se não houvesse outra característica da dinâmica dos Agentes que teve influência fundamental na nossa: eles não trabalham em um lugar fixo. Sua permanência na unidade básica de saúde obedece a horários flexíveis e, na maioria das vezes, não previsíveis, atendendo a necessidades contingenciais: reuniões, tarefas internas como preenchimento de fichas ou escala de atendimento na própria unidade. No restante do tempo o Agente faz as visitas domiciliares que definem o seu trabalho, ou dedica-se a outras atividades externas junto à comunidade, como campanhas de prevenção de endemias ou atividades para grupos específicos, por exemplo, idosos ou diabéticos. Do nosso ponto de vista, essa característica representava um fator de atraso no processo da pesquisa, mas não era nossa intenção interferir no andamento das atividades dos Agentes. Assim, buscávamos alternativas onde elas se mostravam possíveis: fazíamos o pedido pelo telefone e recebíamos os dados via fax, contactávamos as enfermeiras ou coordenadores das equipes dos Agentes, íamos até as unidades. Assim lidamos com o ritmo não desejado, mas inevitável, dentro de alguns limites.

Cumpre registrar apenas duas dificuldades marcantes que enfrentamos nessa etapa e a forma como procedemos diante delas. A primeira ocorreu no distrito de saúde do Jardim Ângela, no qual a diretora pediu mais informações sobre a pesquisa e condicionou o fornecimento dos dados de que necessitávamos à presença da coordenadora do Programa de Direitos Humanos do IBEAC em sua unidade. Seu pedido foi atendido e os esclarecimentos prestados sem maiores problemas. O segundo caso aconteceu numa unidade do distrito de saúde Sé. Após dois meses de contato, a dificuldade em obter as informações da Agente sorteada sugeriu-nos alguma resistência. Recorremos ao diálogo com a enfermeira responsável por sua equipe e a resistência tomou forma mais definida: na opinião da agente, a pesquisa era um favor a ser prestado pela unidade e mais especificamente pela Agente, o que não permitia que ela, enfermeira, solicitasse a colaboração da Agente Comunitária. Explicamos que ela seria substituída e perguntamos se poderíamos contar com outra Agente, caso o sorteio selecionasse outra pessoa daquela unidade. Sua condição para a participação de qualquer Agente foi a de que recolhêssemos os dados que pedíamos na própria unidade e que passássemos alguns dias na companhia dos Agentes, em seu trabalho na rua. Impossibilitados de atender a essa exigência, excluímos a unidade da pesquisa, procedimento que foi informado e aceito pela enfermeira. Problemas semelhantes, embora em grau muito menos acentuado, ocorreram em algumas outras unidades e foram explicitados nos questionamentos sobre a obrigatoriedade da participação, da seleção das unidades e dos Agentes, do tempo de dedicação às atividades subseqüentes etc. Em todas elas, o esforço foi o mesmo: respeitar o ritmo das unidades, esclarecer as dúvidas e explicitar o planejamento do trabalho. O anexo 3 mostra uma das alternativas para tentar superar as dificuldades, atendendo a essa preocupação.

Na medida em que conseguíamos os dados das áreas dos Agentes, íamos desenhando a configuração do campo. Sua efetivação aconteceu no que podemos chamar de “blocos” – dos 13 distritos, trabalhamos com três blocos de quatro<sup>5</sup> distritos cada.

---

<sup>5</sup> Os dois distritos contabilizados como um permitem que a conta resulte correta.

### **Preparação para o campo**

Devido à limitação do tempo e à insistência no esforço para respeitar o trabalho dos Agentes, optamos por adiantar o início do campo daqueles distritos onde as informações que o montariam foram recolhidas com maior facilidade e rapidez. Importante dizer também que, a partir do momento em que o campo estava prestes a começar, outra limitação nos foi imposta: a disponibilidade de tempo dos Agentes para a realização da pesquisa nos domicílios. Assim, o primeiro procedimento para pôr o campo em andamento foi definir como os Agentes aplicariam os questionários. Reconhecendo a importância e o conhecimento dos enfermeiros e coordenadores de equipes, pedimos a eles que fizessem as indicações. Solicitamos apenas que alguns critérios fossem levados em consideração no momento da escolha dos Agentes. Esses critérios constam em uma carta (anexo 4), enviada a essas pessoas após o contato telefônico para reapresentação da pesquisa e seus objetivos e, como sempre, fazer os esclarecimentos e atender as solicitações feitas esporadicamente. Assim, os Agentes eram indicados e convidados para participar de uma reunião na sede do IBEAC para a distribuição dos questionários e trajetos.

Portanto, antes da reunião os campos eram preparados a partir das informações fornecidas pelos Agentes. Os 50 questionários eram distribuídos de forma igualitária pelo número de unidades participantes (aquelas que tiveram seus Agentes sorteados). Em seguida, o número de questionários era dividido pelo número de ruas que, por sua vez, eram distribuídas de acordo com o número de homens e mulheres. Nas ruas onde seria distribuído um número ímpar de questionários, adotou-se o critério de seguir a maioria que caracterizava a rua, por exemplo, nas ruas onde havia mais homens, o questionário excedente seria aplicado a um homem. Já na rua onde as mulheres fossem maioria, o questionário a mais seria respondido por uma mulher. Mas esse critério também tinha um aspecto limitador: às vezes as mulheres eram a maioria, em todas as ruas. Nesses casos, o critério da maioria cedia, por um lado, ao da menor diferença, ou seja, mesmo em uma rua onde as mulheres fossem a maioria, nas ruas onde a diferença entre o número de mulheres e o número de homens fosse menor, o questionário a mais seria aplicado a um homem. Por outro lado, o critério da maioria era regulado por um maior, que era a exigência de aplicarmos o mesmo número de questionários a homens e mulheres. Assim, os questionários eram distribuídos segundo o número de homens e mulheres e, no final, o número de questionários para ambos deveria ser o mesmo. Por fim, ao dividir o número de questionários destinados a cada rua pelo número de casas que nela havia, obtínhamos os “pulos”, ou seja, a definição das casas onde cada questionário deveria ser aplicado. Obtinha-se o tamanho do “pulo” dividindo o número de questionários designado àquela rua pelo número de casas que nela existia. Cada questionário deveria ser aplicado a apenas uma pessoa de cada domicílio. O anexo 5 mostra um exemplo dessa confecção do campo.

Todas essas informações e formas de determinar o campo eram fornecidas aos Agentes em nosso último encontro, antes de sua efetivação. O encontro tinha, basicamente, dois momentos. No primeiro, todos os Agentes recebiam a versão final do questionário e, para recordá-lo, fazíamos a simulação de uma situação de pesquisa. Todos os Agentes seriam um único entrevistador e uma pessoa da equipe do IBEAC seria o entrevistado. Cada um dos Agentes fazia uma pergunta do questionário, respondida pelo entrevistado fictício. Esse exercício permitia que as dúvidas surgissem e fossem solucionadas, e também criar situações nas quais era possível treinar os entrevistadores para momentos inusitados, como um entrevistado resistente, respostas incompreensíveis ou insuficientes. A segunda parte do encontro dizia respeito ao campo propriamente dito. Os questionários

e trajetos eram distribuídos e explicados: quais ruas, quantos questionários, os “pulos”, início e fim do trajeto etc. O anexo 6 descreve o trajeto entregue aos Agentes. Muitas dúvidas surgiam devido às particularidades das áreas onde trabalhávamos, como loteamentos desordenados, casas nas quais moravam mais de uma família, quintais com mais de uma casa, ruelas em que as casas tinham a mesma numeração da primeira casa, pensões e cortiços, condomínios. Nos locais onde foi possível, seguíamos as usuais orientações do IBGE, como em prédios começar pelo último andar e contar os apartamentos em sentido horário, numerar imaginariamente as casas sem numeração, percorrer as ruas sempre pelo mesmo lado etc. No entanto, nem sempre essas regras davam conta da realidade das regiões pesquisadas e, assim, criamos nossos próprios procedimentos, adaptações a esses que trazíamos, e os reproduzíamos sempre que as situações se repetiam. Não os reproduzimos aqui porque são adaptações leves de procedimentos comuns de pesquisa e, além disso, referem-se a situações residuais, pontuais, configuradas como exceção e que, por isso, não consideramos relevantes ou comprometedores do ponto de vista do processo em sua totalidade.

## CAPÍTULO 2

### **A REALIZAÇÃO DO CAMPO**

#### **O lugar da pesquisa**

Como já mencionamos, nosso universo de pesquisa diz respeito aos Distritos de Saúde nos quais trabalhamos com os Agentes em sua formação em Direitos Humanos. Mais especificamente, às ruas onde esses Agentes realizam suas visitas domiciliares e outras atividades concernentes a sua função de Agente Comunitário de Saúde. Como a seleção dos distritos teve como base o índice de criminalidade que apresentavam, e não um critério estatístico de representatividade para o município, a amostra tem o seu potencial de generalização circunscrito aos limites dessas áreas, em cada distrito. Para que não falemos de modo abstrato, relacionamos no quadro 4 a dimensão dos distritos, em termos populacionais. Não podemos deixar de ressaltar que mesmo esse esforço em caracterizar essa dimensão, utilizando o número de habitantes, apresenta algumas particularidades. Quaisquer dados destinados a caracterizar uma região terão, de maneira geral e mais recorrente, como unidade geográfica o distrito administrativo. No entanto, trabalhamos com distritos de saúde que abrangem, muitas vezes, mais de um distrito administrativo. Os dados que se referem às unidades resultantes das divisões da área de saúde são, portanto, uma soma dos dados que existem para a unidade administrativa. Uma segunda observação é que a quantidade de pessoas que compunha nosso universo não é exata, já que, em alguns distritos, um dos Agentes (em alguns casos, mais de um) com quem conversamos não nos forneceu as informações completamente, do modo como foram solicitadas: forneceram os nomes das ruas e o número de residências, mas não o número de pessoas. Ainda que esses dados estejam subestimados (os números devem ser maiores nos locais



onde houve esse tipo de problema), acreditamos ser importante apresentar, de maneira mais concreta, do que estamos tratando:

Quadro 4

**PARÂMETROS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA**

Distritos de saúde	Distritos administrativos	População do distrito administrativo	População do distrito de saúde	População da amostra (a)	Número de entrevistados
Brasilândia	Brasilândia	247.328	247.328	1.557** / (0,63%)	50
Cachoeirinha	Cachoeirinha	147.649	231.278	975*** / (0,42%)	50
	Casa Verde	83.629			
Campo Limpo	Campo Limpo	191.527	265.176	2.242 / (0,84%)	50
	Vila Andrade	73.649			
Capão Redondo	Capão Redondo	240.793	240.793	1.718* / (0,71%)	50
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	190.657	190.657	2.270 / (1,19%)	42
Grajaú	Grajaú	333.436	333.436	1.542** / (0,46%)	44
Guaianazes	Guaianazes	98.546	256.319	2.157/(0,84%)	47
	Lajeado	157.773			
Jd. Ângela	Jd. Ângela	245.805	245.805	1.526*/ (0,62%)	50
Jd. São Luiz	Jd. São Luiz	239.161	239.161	2.250 / (0,94%)	50
Parelheiros	Cidade Dutra	191.389	216.601	2.198 / (1,01%)	50
	Marsilac	8.404			
	Parelheiros	102.836			
	Socorro	39.097			
São Mateus	Iguatemi	101.780	381.718	1.747 * / (0,46%)	50
	São Mateus	154.850			
	São Rafael	125.088			
Sé	Bela Vista	63.190	152.004	1.089* / (0,72%)	49
	Brás	25.158			
	Cambuci	28.717			
	Pari	14.824			
	Sé	20.115			
Tremembé	Tremembé	163.803	265.836	555*** / (0,21%)	50
/Tucuruvi	Tucuruvi	102.033			

Fonte: Censo 2000/ IBGE

Dados para os Distritos de Saúde resultam da soma dos dados do IBGE.

a) As porcentagens representam a participação do número de habitantes da amostra dentro do total de habitantes do distrito de saúde.

\* Um dos Agentes não forneceu o número de pessoas atendidas em sua área.

\*\* Dois Agentes não forneceram o número de pessoas atendidas em suas áreas.

\*\*\* Vale lembrar que trabalhamos com três Agentes em cada um dos distritos, que foi contabilizado como um só. Tanto no Cachoeirinha quanto no Tremembé/Tucuruvi um dos Agentes não forneceu o número de pessoas atendidas em sua área.

Nosso universo, portanto, é maior que as 21.826 pessoas que constam desse quadro (soma dos números de habitantes na coluna “população da amostra”). Aproximando esse valor para 22.000 pessoas, nossa amostra corresponde a aproximadamente 0,7% do total de pessoas residentes nesses distritos.

Além de falar do lugar da pesquisa do ponto de vista de suas características amostrais e representativas, falemos a partir de suas características físicas e demográficas. O uso do índice de criminalidade como critério de escolha foi determinante na localização dos distritos. Todos, exceto a Sé, na região central, estão localizados em zonas periféricas da cidade. Trabalhamos em 6 distritos na Zona Sul, 3 na Zona Norte e 3 na Zona Leste. Apesar de o distrito Sé ser uma exceção nesse primeiro enquadramento, em todos os outros ele estará próximo dos demais distritos.

De maneira geral, as populações desses distritos são bastante jovens. É possível afirmar que, nesses distritos, a metade de seus habitantes tem até 30 anos. No quadro 5, destacamos a faixa etária que concentra a mais alta porcentagem de moradores, a que vai dos 18 aos 29 anos. Em alguns distritos, essa faixa chega a concentrar 1/4 da população:

Quadro 5

**CONCENTRAÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS DE SAÚDE<sup>6</sup>**

<b>Distritos de saúde</b>	<b>Distritos administrativos</b>	<b>População entre 18 e 29 anos (%)</b>
Brasilândia	Brasilândia	23,8
Cachoeirinha	Cachoeirinha	23,2
	Casa Verde	21,7
Campo Limpo	Campo Limpo	24,7
	Vila Andrade	25,7
Capão Redondo	Capão Redondo	25,1
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	22,9
Grajaú	Grajaú	25,0
Guaianazes	Guaianazes	24,0
	Lajeado	23,5
Jd. Ângela	Jd. Ângela	25,5
Jd. São Luiz	Jd. São Luiz	25,1
Parelheiros	Cidade Dutra	23,7
	Marsilac	20,3
	Parelheiros	23,4
	Socorro	22,1
São Mateus	Iguatemi	22,9
	São Mateus	22,8
	São Rafael	23,9
Sé	Bela Vista	25,2
	Brás	23,0
	Cambuci	20,6
	Pari	21,7
	Sé	25,5
Tremembé/Tucuruvi	Tucuruvi	20,5
	Tremembé	23,3

Fonte: Censo 2000/IBGE

<sup>6</sup> Nesse e nos demais quadros, não somaremos os distritos de saúde. Achamos mais conveniente deixar as informações para cada distrito administrativo que faz parte dos distritos de saúde.

No que diz respeito à questão de gênero, esses distritos acompanham a característica da maioria das demais regiões da cidade, que é a predominância de mulheres. Na cidade de São Paulo, 47,6% de seus habitantes são homens e 52,4% são mulheres. As proporções para os distritos estão reunidas no quadro 6:

Quadro 6

**QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES NOS DISTRITOS DE SAÚDE**

Distritos de saúde	Distritos administrativos	Porcentagem de homens	Porcentagem de mulheres
Brasilândia	Brasilândia	48,4	51,6
Cachoeirinha	Cachoeirinha	48,2	51,8
	Casa Verde	46,4	53,6
Campo Limpo	Campo Limpo	48,3	51,7
	Vila Andrade	48,8	51,2
Capão Redondo	Capão Redondo	48,3	51,7
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	48,0	52,0
Grajaú	Grajaú	48,9	51,1
Guaianazes	Guaianazes	48,9	51,1
	Lajeado	49,1	50,9
Jd. Ângela	Jd. Ângela	49,0	51,0
Jd. São Luiz	Jd. São Luiz	48,4	51,6
Parelheiros	Cidade Dutra	48,1	51,9
	Marsilac	50,9	49,1
	Parelheiros	49,8	50,2
	Socorro	46,7	53,3
São Mateus	Iguatemi	49,5	50,5
	São Mateus	48,7	51,3
	São Rafael	49,4	50,6
Sé	Bela Vista	44,9	54,1
	Brás	49,0	51,0
	Cambuci	45,4	54,6
	Pari	46,4	53,6
	Sé	47,5	52,5
Tremembé/Tucuruvi	Tremembé	48,5	51,5
	Tucuruvi	46,0	54,0

Fonte: Censo 2000/IBGE

Uma última característica a ser levantada é a população residente em favelas. O IBGE considera como favela “(...) o conjunto constituído por mais de 50 unidades habitacionais (barracos, casas...) localizados em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), com ocupação desordenada e densa sendo, em geral, carente de serviços públicos essenciais.”<sup>7</sup>. O quadro 7 mostra a proporção da população dos distritos que vivem nesse tipo de moradia.

Quadro 7

**POPULAÇÃO RESIDENTE EM FAVELAS<sup>8</sup>**

Distritos de saúde	Distritos administrativos	Porcentagem da população residente em favelas
Brasilândia	Brasilândia	16,60
Cachoeirinha	Cachoeirinha	17,42
	Casa Verde	-
Campo Limpo	Campo Limpo	13,65
	Vila Andrade	45,69
Capão Redondo	Capão Redondo	18,65
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	0,62
Grajaú	Grajaú	19,50
Guaianazes	Guaianazes	0,19
	Lajeado	3,84
Jd. Ângela	Jd. Ângela	15,75
Jd. São Luiz	Jd. São Luiz	21,01
Parelheiros	Cidade Dutra	20,44
	Marsilac	-
	Parelheiros	6,66
	Socorro	1,31
São Mateus	Iguatemi	3,26
	São Mateus	12,44
	São Rafael	6,78
Sé	Bela Vista	-
	Brás	-
	Cambuci	-
	Pari	-
	Sé	-
Tremembé/Tucuruvi	Tremembé	2,19
	Tucuruvi	-

Fonte: *Contagem Populacional – 1996/ IBGE*

Citamos essa característica porque, de modo sucinto, as favelas trazem em suas formas e cores uma série de disputas em diversos campos: das representações, de significados, de ação. Frequentemente invocadas quando o assunto é expansão urbana, são palco da falta de condições dignas de moradia, mas ao mesmo tempo da busca por melhorias; refletem a vulnerabilidade a que estão sujeitas as pessoas mais prejudicadas pela desigualdade social, mas ao mesmo tempo reivindicam falar de si contra preconceitos ou estigmas. Enquanto muitas favelas passam por um processo de urbanização, conquistando o acesso a serviços essenciais como luz elétrica, saneamento básico ou coleta de lixo, outras novas favelas vão surgindo. Por outro lado, bairros inteiros, mesmo não possuindo favelas, ainda não dispõem de uma rede de serviços públicos que funcione adequadamente. Carecem de transporte, escolas, hospitais, centros de lazer. Os distritos em que trabalhamos, guardadas as suas peculiaridades e proporções, enfrentam esse tipo de dificuldades, características das regiões mais afastadas do centro da cidade.

<sup>8</sup> Vale uma ressalva de tipo formal: esse quadro contém informações da contagem populacional feita em 1996. Em pesquisas posteriores, o IBGE abandonou a denominação “favelas” e passou a trabalhar com outro tipo de categoria para formas precárias de moradia.

## O instrumento da pesquisa

A opção por uma pesquisa qualitativa ou quantitativa não diz respeito apenas a uma questão de preferência. É preciso que objetivos, possibilidades e limites sejam considerados. É razoavelmente comum, na literatura sobre pesquisa na área de humanidades, a ênfase nas limitações que o questionário, como instrumento de pesquisa, impõe a uma coleta de dados que pretende retratar uma situação ou fato dentro de um determinado contexto. Para valorizar a profundidade dos métodos e técnicas qualitativas mais extensas, como grupos de discussão ou entrevistas, o questionário aparece sempre como contraponto. Quase o tipo ideal de instrumento destinado à superficialidade. Não é tarefa simples defendê-lo dessas imputações, mas também não é essa nossa intenção. Não pretendemos confrontar diferentes meios, uma vez que, cientes de seu caráter mais imediato e pontual, optamos por ele porque o julgamos adequado a nossas necessidades e objetivos. Assim, é importante conhecer seus limites e explorar suas qualidades.

Utilizamos um questionário com questões abertas e fechadas. Sua elaboração, como detalhado, foi resultado de discussões internas, baseadas em dados, falas, depoimentos reais levantados por outros estudos e, muitas vezes, pelas próprias oficinas de formação realizadas pelo IBEAC.

Se, por um lado, a pesquisa relacionava-se ao interesse em subsidiar a elaboração de planos comunitários de ação para o enfrentamento da violência, por outro, o próprio processo de investigação era uma forma de trabalho conjunto com essas comunidades, uma maneira de estreitar vínculos, criar conhecimento comum, partilhar de um processo coletivo. Do ponto de vista dos resultados, a exigência era de cumprimento de procedimentos normais de pesquisa, com todo o rigor e saber específico que ela implicasse. Do ponto de vista da ação conjunta, era necessário adequar as exigências da pesquisa às exigências impostas pelo próprio andar coletivo. Concretamente, isso significava dedicar tempo e esforço para aglutinar as pessoas em torno de um projeto que fizesse sentido para todos: daí as conversas, os contatos por telefone ou pessoalmente, a flexibilidade diante dos compromissos do outro, as reuniões e todas as atividades que fizeram parte da preparação da pesquisa. Ao invés de contratar pesquisadores profissionais e assegurar apenas a pesquisa como produtora de resultados, diminuir seu ritmo e garanti-la como processo.

Nesse sentido, o uso do questionário foi o meio mais adequado. O fato de ser um instrumental de fácil manuseio, propiciava seu manejo por pessoas que pela primeira vez participariam de uma atividade como essa, tanto quanto permitia agilidade na percepção e correção dos erros, contribuindo para a boa qualidade da coleta das informações.

Garantindo o processo participativo, o uso do questionário não prejudicou a intenção de produzir informações relevantes sobre a percepção dos moradores dos distritos pesquisados acerca da violência. Nenhuma pesquisa, independentemente dos métodos, instrumentais ou técnicas que venham a utilizar, terá estatuto de verdade sobre o seu objeto. Quanto mais diversificados e extensivos os meios de trabalho, maior a diversidade de referenciais, tendo em vista o mesmo problema. Aqui, nossa pesquisa tem um caráter eminentemente exploratório. Não pretendemos definir um conceito de violência, tampouco abordar o tema até a exaustão. Ao contrário, nossa proposta é suscitar questões. Investigar quais são as formas de violência que estão sendo identificadas como tal ou não, qual é o impacto que esses acontecimentos violentos têm sobre a vida das pessoas, como elas reagem, como falam deles. O que identificam como violência? A questão está aberta. Fazê-la, dirigi-la a quem está no centro de tantas falas e diagnósticos está entre os interesses que

motivam o trabalho. O questionário, portanto, justifica-se, acima de tudo, por nos ajudar a retratar um momento. Retratar, no sentido literal do termo, trata-se de um registro, um retrato dessas comunidades, que deve sugerir, instigar, apontar, indicar os caminhos possíveis a seguir.

### **A experiência da pesquisa**

Falar sobre “a pesquisa” significa tomá-la em sua totalidade, aplainando nuances que só se oferecem a um olhar mais detido. Certamente, a experiência investigativa ganha feições diversas, dependendo de quem a narra ou, na rede que se forma para torná-la possível, do nó no qual recai o foco. Pretendemos aqui resgatar *as experiências*, visto que quando se dá nome ao vivido e, portanto, elabora-se a experiência, questões que passariam despercebidas, aparecem. O plural justifica-se pela tentativa, não liberta de limitações ou parcialidade, de registrar o relato das experiências que não foram vividas diretamente por nós, mas que devem ser trazidas à tona. Esse não é um exercício de benevolência ou de busca ética. O registro e sua subsequente elaboração devem servir de subsídios para a reflexão sobre a forma como a coleta de dados foi realizada e das interferências que ela pode ter sofrido. Ainda que não se pretenda abarcar todos os elementos externos à atividade, abre caminhos e sugere pistas para outras reflexões possíveis.

A relação que se estabelece entre pesquisado e pesquisador já ocupou muitos autores que se dedicaram a pensar sobre os interstícios e entrelinhas que estão presentes numa pesquisa. Bourdieu (1997) e Thiollent (2000), por exemplo, trabalharam com a interrogação sobre como o pertencimento a classes sociais distintas, e outras diferenças que decorrem dessa primeira, influencia no diálogo que se estabelece entre esses dois personagens, embora em perspectivas díspares. Tomamos esses dois autores exatamente por esse motivo: não buscar encaixar nossa experiência em suas conclusões, mas valeremo-nos delas, para propor nossos próprios problemas.

Segundo Bourdieu, pesquisas qualitativas e quantitativas, a despeito de suas diferenças, têm em comum o fato de que ambas se apóiam “*nas interações sociais que ocorrem sob a pressão de estruturas sociais*” (BORDIEU, 1997: 692). Quando problematiza a relação entre aquele que pergunta e aquele que responde, sua preocupação refere-se aos efeitos que ela tem sobre a produção das respostas e, ao fim do trabalho, sobre os resultados. Embora faça algumas considerações relativas a situações em que o pesquisador e o pesquisado pertencem a estratos sociais próximos, Bourdieu detém-se nos casos em que essa proximidade não existe e afirma que, para suspender os efeitos que essa distância social pode ter sobre a pesquisa, é preciso garantir que a relação seja permanentemente construída. Pensemos em nossa experiência à luz dessa recomendação.

Os Agentes Comunitários de Saúde devem, invariavelmente, morar na região onde atuam. Assim, a relação pesquisador-pesquisado não estava marcada pela distância, mas pela proximidade, visto que pertencem ao mesmo espaço e, portanto, compartilham o mesmo cotidiano local, marcado pelas mesmas características. A esses Agentes, propusemos participarem de uma investigação sobre um problema acerca do qual eles próprios poderiam falar. Do ponto de vista da efetivação da pesquisa, isso era freqüentemente resgatado: os Agentes seriam nossos parceiros, ligando-nos a espaços aos quais eles teriam acesso facilitado, justamente porque fazem parte dele. É preciso dizer, desde já, que essa pressuposição encontrou exceções. Uma das gentes que participou da pesquisa relatou-nos sua sensação de insegurança ao aplicar o questionário numa região em que ela não era conhecida, nem pessoalmente, nem como Agente Comunitária. É importante registrar

que o pertencimento à comunidade não se dá de maneira óbvia, pela simples determinação geográfica, mas o caso dessa Agente nos ensina que a própria comunidade tem espaços e regras, cujo acesso pode implicar rituais ou redes de relações que são impeditivas a seus próprios moradores.

Retornando ao plano da reflexão sobre o processo como um todo, podemos dizer que a preocupação em construir permanentemente uma relação ao longo do trabalho aproxima-se da construção do diálogo entre o IBEAC e os Agentes, bem como com as pessoas próximas a eles, de cada unidade. Não parece haver problema implicarmo-nos nesse complexo de relações que se formaram. Os percalços e acréscimos que dão corpo ao processo fazem parte dessa miríade e nossa experiência pode ser pensada sob esse aspecto. Já a relação entre o Agente de Saúde, que naquele momento era o pesquisador, e o morador entrevistado foi considerada do ponto de vista da necessidade de distanciá-los, não de aproximá-los. A provável proximidade entre eles pode ter estabelecido a pressuposição de um entendimento implícito, onde quem pergunta acredita saber, *a priori*, do que seu interlocutor está falando quando descreve uma situação ou justifica um posicionamento. Esse entendimento pressuposto pode ser um dos solos do registro muitas vezes demasiadamente sucinto. Nesses casos, nossa intervenção era no sentido de pedir o esforço do detalhamento. Não raro, a resposta a essa demanda era a insistência do pesquisador para que aceitássemos a sua própria descrição, que reivindicava legitimidade porque era o relato de alguém que já tinha, também, passado pela mesma experiência. Assim, nossa orientação para que o pesquisador não realizasse as entrevistas nos domicílios onde costumava trabalhar como Agente, provavelmente teve resultado restrito à relação pessoal, não dando conta da proximidade que o pertencimento à região conferiu. Poderíamos enviesar, ainda, por uma terceira indagação: assim como pensar na característica da localidade do Agente como pesquisador, no resultado do trabalho de coleta de dados, talvez fosse interessante pensá-la em relação ao Agente Comunitário de Saúde como tal. O morador daquela comunidade, na função de Agente Comunitário, ocupa um lugar diferenciado em relação aos demais, estabelecendo relações também diversas das que tinha antes. Essa diferenciação acarreta efeitos no trabalho? Como o Agente lida com esse novo lugar? Não será preciso considerar esse aspecto ao avaliar as potencialidades dessa figura tão importante? Se pensássemos na confluência de papéis Agente-pesquisador-morador, abríríamos um novo leque de interrogações, o que não é o caso neste momento.

Outro aspecto de nossa experiência de pesquisa que merece destaque é o fato de que o levantamento de informações tem uma intenção por trás dela, bastante peculiar e clara. Essa intenção é produzir um conhecimento sobre essas regiões e devolvê-lo aos seus moradores com o estímulo a seu uso. Em outras palavras, levantar informações sobre percepções da violência nesses distritos e dentro desse projeto relaciona-se ao objetivo de fornecer subsídios a um esforço coletivo de melhorias para os bairros. Daí a importância, já ressaltada, do processo, e não só de seus resultados. Os dados finais, enriquecidos com a experiência de produzi-los, são aguardados como instrumentos de conhecimento para orientar as ações ou argumentar no momento de definir as prioridades<sup>9</sup>. Essa particularidade lembra a proposta de pesquisa-ação, definida por Michel Thiollent

---

<sup>9</sup> Éder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), conta experiências de pesquisas comunitárias em que os moradores, motivados pela vontade de reivindicar melhorias locais, realizavam investigações cujo fim era subsidiar suas negociações e mobilizações. Um dos exemplos é o Movimento do Custo de Vida, por meio do qual as mulheres reunidas nos Clubes de Mães, em 1975, realizam uma pesquisa sobre o elevado custo de vida, envolvendo cerca de 2 mil domicílios. Sobre temas próximos, conferir também Singer e Brant (orgs.), 1980.

(2000). A pesquisa-ação define-se pelo envolvimento dos pesquisadores na resolução do problema pesquisado, propondo o fim do distanciamento entre a produção do conhecimento e a sua utilização. Por outro lado, pretende que os investigados sejam, também, envolvidos em sua resolução, ultrapassando o lugar que ele classifica como de “meros informantes”. Esse envolvimento entre pesquisadores e pesquisados, e a relação deles com a situação alvo da pesquisa, só é possível por meio de uma estrutura participativa. Segundo Thiollent, *“uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação”* (THIOLLENT, 2000: 15).

Certamente há pontos de distanciamento em relação a sua concepção. A utilização de questionários, por exemplo, prejudica sua defesa de que a pesquisa se realize ao longo mesmo do processo de transformação da realidade. No entanto, mais rico do que tentar aderir nossa experiência às prescrições do autor é aproveitarmos-nos da possibilidade que ele abre, de afirmar que uma forma de pesquisa balizada por tais interesses (interesses, aliás, que não só balizam, mas que definem suas características) é possível, é legítima. Seus resultados não são prejudicados ou mais sujeitos a interferências externas do que outros tipos de levantamento, aos quais ele chama de “pesquisa convencional”. Importa conhecer essas interferências e inseri-las na interpretação dos resultados, o que, ademais, é recomendável para qualquer processo investigativo.

## CAPÍTULO 3

### ANÁLISE DOS DADOS

#### **Supervisão no campo**

Um campo bem feito já é meio caminho andado para garantir a qualidade dos dados. Ainda que se possa discutir o que significa e como garantir um campo “bem feito”, não há que se polemizar o que essa máxima traz em sua idéia geral. Quanto mais oportunidades de lançar olhares cuidadosos sobre o processo de coleta das informações, mais chances são criadas para perceber as falhas, corrigi-las e prevenir as suas repetições.

Um procedimento comum entre institutos que trabalham com pesquisas quantitativas e que, portanto, realizam a aplicação de questionários, é montar uma espécie de “central de comando” na área pesquisada. Isso traz facilidades para o controle dessa etapa: os questionários recém aplicados passam por uma supervisão logo após seu preenchimento, o que permite que, caso haja alguma necessidade de correção ou complementação de informações, ela seja atendida mais prontamente, já que estarão todos, pesquisadores e supervisores, na localidade do trabalho. Evita, assim, desperdício de tempo e custo. Outro procedimento comum, este mais especificamente relacionado a pesquisas domiciliares, é realizar uma checagem dos questionários preenchidos nos próprios domicílios. Ou seja, dentre todos os questionários, alguns são escolhidos, aleatoriamente, e uma outra pessoa, que não o pesquisador, vai até as casas em que as entrevistas foram realizadas e faz uma conferência com o morador. Assim, pretende-se garantir que os entrevistadores passem por todas as casas, que efetivamente apliquem os questionários e registrem informações verdadeiras, estabelecendo a probabilidade de que, caso não o façam, estejam sujeitos a sanções pela descober-



ta de sua conduta inadequada.

Adotamos o primeiro procedimento e descartamos o segundo. Optamos por não trabalhar com a conferência de questionários, mas enfatizamos, nas formações dos entrevistadores, a importância de seguir todos os passos estabelecidos para uma boa coleta de dados. Não fazia sentido nos prevenirmos contra essa possível conduta dos Agentes Comunitários, uma vez que todo o trabalho estava calcado na idéia de união de forças para efetivar um processo construído coletivamente. O acordo foi firmado por ambas as partes, IBEAC e Agentes de Saúde, e por trás desses, outras pessoas de suas equipes de trabalho. O acompanhamento do campo, por outro lado, não tinha a carga do controle da atuação. Visava o controle da qualidade dos questionários, o que pressupunha colaboração, e não vigilância, na realização das tarefas. No entanto, pelas particularidades que envolviam as atividades, não era possível estabelecer uma rotina de pesquisa como ocorre quando os pesquisadores estão com todos os seus esforços voltados exclusivamente à aplicação dos questionários. Dessa forma, a maneira como supervisionaríamos os campos também foi ponto de negociação.

O formato principal dessa fase ficou acordado da seguinte maneira: na ocasião de nosso último encontro com os Agentes (descrito no capítulo 1, item *Preparação para os campos*), combinávamos o dia em que eles poderiam dedicar-se, se não exclusiva, principalmente à aplicação dos questionários. Nesse dia, passávamos, dependendo do distrito, um dia inteiro ou apenas um período, em uma UBS (Unidade Básica de Saúde) do distrito cujo acesso fosse mais fácil a todos. Os Agentes, então, saíam para aplicar os questionários e, ao final do período, retornavam com eles preenchidos para a unidade onde estávamos. Líamos os questionários, apontávamos os erros de preenchimento e esclarecíamos as dúvidas. Algumas vezes era necessário o retorno do questionário, ou seja, o registro equivocado ou insuficiente requeria que o Agente retornasse à residência do entrevistado e, dessa forma, pudesse corrigir ou completar algumas questões. Ao lado disso, como as observações eram feitas sobre os resultados das primeiras entrevistas, as seguintes já refletiam o resultado do entendimento do Agente-pesquisador – os erros dos questionários diminuía consideravelmente ou eram totalmente eliminados. Destacamos que esse foi o formato principal do campo, pois nem sempre era possível fazê-lo dessa forma. A incompatibilidade de horário entre os Agentes de diferentes unidades ou a falta de disponibilidade de outros para dedicar-se ao menos um período para os questionários foram alguns dos fatores que nos levaram a flexibilizar esse esquema de trabalho. De qualquer forma, estivemos presentes em todos os distritos, mas se, por algum motivo, o dia marcado estava muito distante do primeiro dia em que os Agentes iniciaram a aplicação dos questionários, a possibilidade de prevenir erros, por exemplo, era pequena, pois muitos questionários já haviam sido preenchidos. Por outro lado, com o passar do tempo, a disposição dos Agentes para o retorno tornava-se igualmente reduzida, o que causou alguns impasses quando o retorno e a correção dos questionários eram necessários. Não por acaso, os distritos onde o trabalho foi feito mais tardiamente, ou naqueles em que ele se estendeu mais, foram aqueles cujos questionários apresentaram maior quantidade ou gravidade de erros de preenchimento, levando-nos, muitas vezes, a eliminar ou deixar de recolher alguns deles.

### **Leitura das questões abertas e codificação**

Finalizado o trabalho de campo iniciamos o tratamento dos questionários (versão final no anexo 7). O primeiro passo foi a leitura e codificação das questões abertas.

Do total de questionários, retiramos de cada distrito aproximadamente dez, observando apenas a variação de pesquisadores, o que, no final, significou selecionar dois a três questionários de cada Agente. Essa seleção resultou em 125 questionários para uma leitura prévia. Das questões que não ofereciam alternativas fechadas para a escolha, havia dois tipos diferentes. O primeiro dizia respeito a questões cuja resposta dava informações sobre o entrevistado: religião (questão 11), cursos específicos de escolarização ou formação (questões 14 e 16) setor e função de atividades de trabalho (questões 18 e 19 ou questões 22 e 23). O segundo tipo eram questões cuja resposta permitia ao entrevistado detalhar suas opiniões, percepções, sugestões ou experiências (questões 69 a 80). O tratamento dado às respostas das questões do primeiro tipo foi listar o total das respostas e agrupá-las segundo categorias objetivas de classificação, como nome das religiões e dos cursos, ou classificação de atividades ocupacionais, por exemplo. As de segundo tipo também foram agrupadas em torno de categorias, mas essas foram criadas de modo a expressar o que as diversas respostas apresentavam em comum em seus significados expressos. Antes de prosseguirmos com o tema da codificação, é preciso abordar as questões 24 a 37, que também permitem que os entrevistados detalhem sua resposta. A cada frase apresentada o entrevistador perguntava se a situação descrita era considerada violência ou não. Aos que responderam “depende”, perguntávamos: “Quando é violência?”. Nesse caso, optamos, também, por listar todos os resultados, visto que essas respostas eram dadas apenas ocasionalmente e tinham bastante semelhança. No processo de análise, portanto, funcionarão mais como ilustrações do que como categorias em si mesmas.

O processo de codificação consiste na criação de categorias e posterior atribuição de códigos para a obtenção de resultados quantificáveis. Pensemos em 600 respostas diferentes para a questão: “O que você faria se presenciasse uma situação de violência com a qual não concordasse?”. Como elas poderiam ajudar a identificar as formas a que os moradores estão dispostos a recorrer ou que considerem um canal legítimo ou válido de intervenção? O caminho é identificar diferentes tendências gerais de resposta. Para isso, primeiramente, é preciso agrupar as respostas que, ao contrário, têm orientações semelhantes. A leitura de parte dos questionários permite esse primeiro tratamento. No caso desse exemplo (questão 71 do questionário, respondida por aqueles que disseram que tomariam alguma atitude), identificamos respostas que indicavam a disposição de intervir diretamente e outras que preferiam procurar meios que auxiliassem a interferir. Aqui já temos duas *categorias*. No entanto, as respostas que mostravam a busca por alguma mediação apontavam um subgrupo: algumas citavam o serviço de denúncia anônima, outras mencionavam o serviço policial. A recorrência com que apareciam justificava a divisão da segunda categoria em outras duas, e assim se procedeu até incluir todas as respostas. Algumas menos freqüentes, e geralmente muito específicas, são colocadas numa categoria neutra, normalmente denominada “outros”. No anexo 8 registramos um exemplo desse processo de categorização das respostas. Primeiro, a listagem de como apareceram nos questionários e, em seguida, a forma como foram agrupadas. Em seguida, cada categoria recebe um número, que será seu código no momento de computar os dados. O banco de dados poderá processar, assim, a quantidade de vezes em que cada tipo de resposta foi citado pelos entrevistados. Isso ajuda a ter uma visão geral das opiniões citadas ou das chaves em que as experiências que se quer analisar estão registradas. Para detalhar essas tendências mais amplas, basta fixar-se em cada uma das categorias e verificar os seus conteúdos.

### **Banco de dados e resultados quantitativos**

Os questionários foram digitados integralmente no *software* escolhido (SPSS, Statistical Package for Social Science). Em seguida, foram seguidos todos os procedimentos habituais, como extração de tabelas de frequência e realização de cruzamentos. Esses resultados compõem a matéria-prima do relatório que se segue.

A questão 81 e as descrições feitas pelos Agentes Comunitários de Saúde de situações ou condições de pesquisa foram digitadas em Excel, pois não receberiam nenhum tratamento quantitativo. Foram registradas e utilizadas como auxílio no processo de análise dos dados.

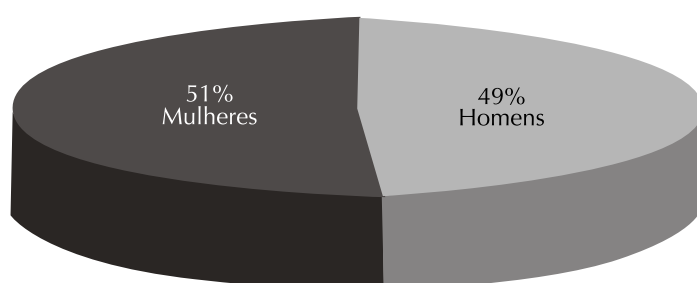
## PARTE II

## CAPÍTULO 1

**O PERFIL DOS ENTREVISTADOS****Sexo**

A determinação da amostra não foi condicionada por nenhuma característica populacional, como faixa etária, gênero ou tipo de moradia. Como foi mencionado em capítulo anterior, houve duas orientações apenas no momento de aplicar os questionários: o entrevistado deveria ser morador da casa e ter mais de dezesseis anos. No que diz respeito ao gênero, o número de entrevistados deveria ser o mesmo que o número de entrevistadas. Esse recorte justifica-se pelo fato de que a pesquisa seria feita no horário de trabalho dos Agentes Comunitários, ou seja, durante o dia e ao longo da semana. Nesse período, a probabilidade de encontrar mulheres em casa seria maior, o que poderia fazer com que o número de homens entrevistados fosse reduzido ao final do campo. Dividindo o número de questionários a ser respondido por homens e por mulheres, de maneira igualitária, pretendíamos evitar essa tendência. Assim, nossa amostra apresenta um número equilibrado de mulheres e homens:

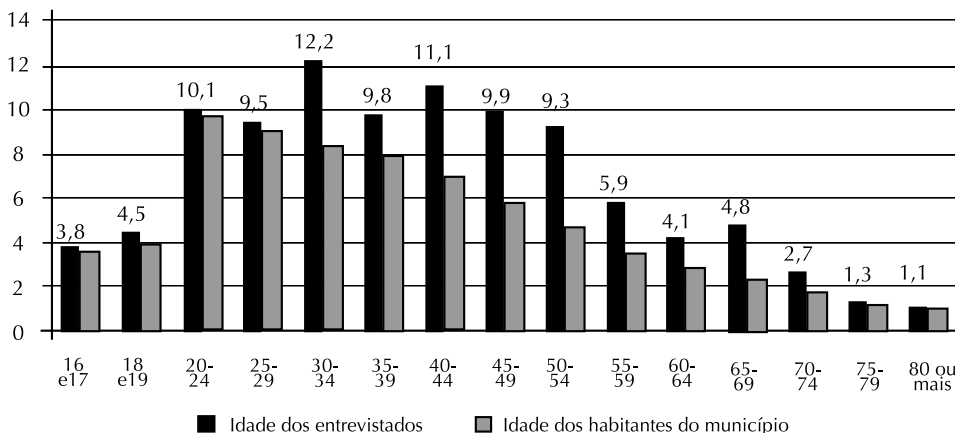
Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados (em %)



### Idade

No que se refere à idade dos entrevistados, determinou-se que o respondente tivesse mais de dezesseis anos. A distribuição etária do conjunto dos entrevistados, bastante heterogênea, apresenta a seguinte configuração:

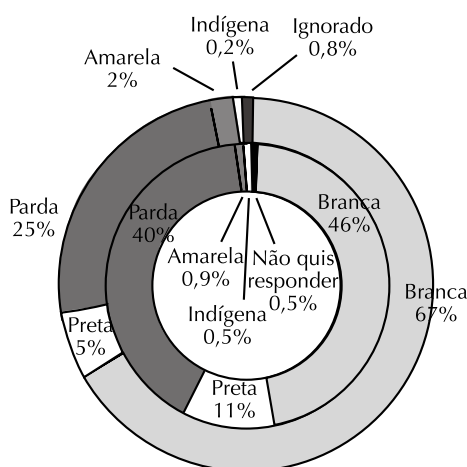
Gráfico 2 – Idade dos entrevistados (em %)



### Cor ou raça

Utilizamos as mesmas cinco categorias com que trabalha o IBGE para que pudéssemos comparar os dados de nossa amostra com os dados referentes ao município. É usual, no entanto, em outras pesquisas, considerar um único grupo, sob a designação “negros”, que une as pessoas que se declararam de cor “preta” e as que se declararam de cor “parda”<sup>10</sup>. Os dois círculos que compõem o gráfico 3 trazem essas informações: o círculo externo contém os dados de São Paulo<sup>11</sup> e o interno, os dados de nossa amostra.

Gráfico 3 – Cor ou raça dos entrevistados<sup>12</sup> (em %)



10 Para detalhes, vide: JACCOUD e BEGHIN, 2002.

11 O questionário do IBGE não tem o quesito cor nos questionários aplicados para toda a população, mas apenas no questionário aplicado para uma amostra, que é um questionário mais extenso e, por isso, não aplicado a toda a população. Os dados apresentados aqui são resultado de uma estimativa feita pela SEMPLA/Deinfo a partir dessas informações, estendendo-as para o total da população.

12 Enquanto no Censo existe a categoria “não identificado”, utilizamos uma categoria diferente: “não quis responder”. Não sabemos ao certo o que está entendido sob a categoria do IBGE. Assim, é importante dizer que embora as tenhamos conservado no gráfico, não cumprem nenhuma função comparativa, diferentemente das demais.

Em ambos os casos, os que se declaram de cor “branca” são maioria, seguidos dos que se declaram de cor “parda”. No entanto, se olharmos para a proporção dos grupos dentro de cada total, amostra e São Paulo, veremos que a porcentagem de pessoas que se declararam de cor “preta” e “parda” é maior dentro do total da amostra (51%) do que a porcentagem desse grupo dentro do total de habitantes de São Paulo (30%). Por um lado, podemos lembrar a discussão feita por especialistas e estudiosos da questão étnica no Brasil, que interroga o significado da elevada porcentagem de pessoas que se declaram “brancas”, diante da porcentagem de pessoas que se declaram “pretas” ou “pardas”, já que, como registram Jaccoud e Beghin (2002), *“os brasileiros afrodescendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria: são 76,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 45% dos habitantes do Brasil, segundo dados do Censo 2002”*. Acrescentam as autoras que *“embora a proporção de negros na população paulista seja reduzida, nesse estado vivem 13% dos negros brasileiros, algo em torno de 10,1 milhões de pessoas”*. O fato de essa questão reunir dados resultantes da autoclassificação, ou seja, é o próprio entrevistado quem declara a que grupo pertence, constitui um elemento a mais para esse debate.

Por outro lado, podemos chamar a atenção para a proporção de negros no conjunto da amostra em comparação com a participação desse grupo no total para o município. A delimitação geográfica da pesquisa, as regiões de periferia, pode ser um fator explicativo que se reforça se considerarmos que as condições de desigualdade que levam pessoas a morarem nessas regiões tendem a ser agravadas por tratamentos preconceituosos e discriminatórios que são, de maneira não só subjetiva, mas bastante objetiva, excludentes. Essa conjunção de fatores ajuda a compreender a concentração de negros nessas regiões.

### Origem e permanência

Do total de entrevistados, 40,7% nasceram na cidade de São Paulo. A maior parte deles, portanto, 59,3% nasceram em cidades do interior ou vieram de outros estados. Também nessa característica nossa amostra acompanha dados de pesquisas mais abrangentes que mostram os estados do norte e nordeste do país como a origem de grande parte dos migrantes que se deslocam para as regiões sudeste e sul. No quadro 8 listamos os estados onde nasceram os entrevistados e as respectivas proporções de cada grupo dentro do conjunto:

Quadro 8

#### ESTADOS ONDE NASCERAM OS ENTREVISTADOS\*

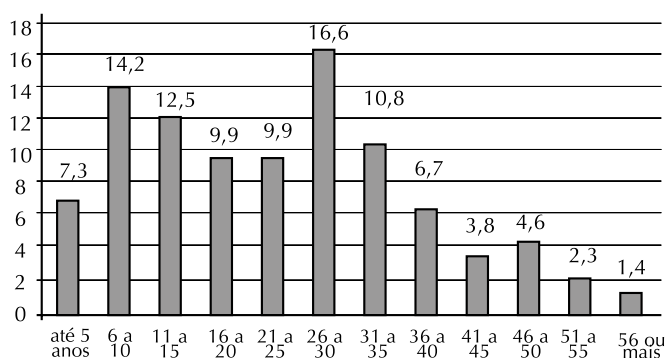
Estado	%	Estado	%
Bahia	28,8	Pará	2,1
Pernambuco	16,6	Rio Grande do Norte	1,8
Minas Gerais	15,4	Sergipe	1,8
Ceará	6,2	Rio Grande do Sul	0,6
Paraíba	5,0	Santa Catarina	0,6
São Paulo	4,8	Espírito Santo	0,3
Alagoas	4,1	Goiás	0,3
Piauí	4,1	Mato Grosso do Sul	0,3
Paraná	3,6	Rio de Janeiro	0,3
Maranhão	2,1	Roraima	0,3

\* Houve três casos de imigrantes: dois de Portugal e um da Espanha. Juntos, representam 0,9% da amostra.

Às pessoas que não são naturais da cidade de São Paulo perguntamos há quanto tempo moram nela. Podemos observar que o conjunto dos entrevistados já está há bastante tempo no município: 27,4% mudaram-se para a capital paulista entre fins de 1960 e fins de 1970, ou seja, residem nela entre 26 e 35 anos. Os que estão em São Paulo entre 6 e 15 anos somam 26,7% dos entrevistados, mudaram-se entre fins de 1980 e fins de 1990. O gráfico 4 mostra o tempo de residência em São Paulo dos entrevistados:

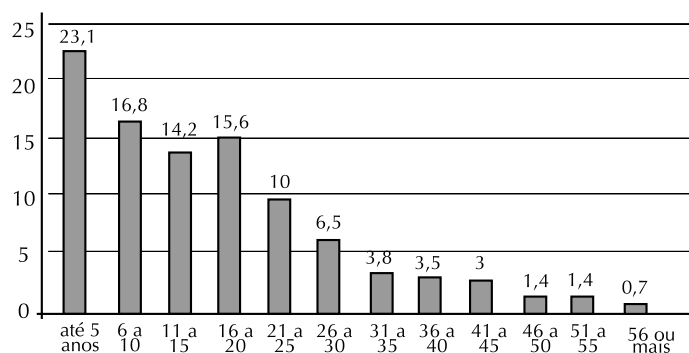
Gráfico 4

#### Tempo de residência em São Paulo (em %)



Perguntamos, ainda, há quanto tempo os entrevistados residiam no bairro. Essa questão foi feita a todos, nascidos ou não em São Paulo. Conforme mostra o gráfico 5, os entrevistados estão há pouco tempo nos bairros onde residem atualmente. A maior parte deles mora nesses locais há, no máximo, 15 anos, sendo que, para 23,1% do total de entrevistados, esse tempo é inferior a 5 anos. Conforme o gráfico 5 ajuda a visualizar, o número de respondentes tende a diminuir na medida em que aumenta o tempo de residência na comunidade referida na resposta. Quer dizer, se dividíssemos os entrevistados em grupos, segundo o tempo de residência nos bairros, quanto maior tempo de residência, menor o tamanho do grupo, pois menos entrevistados se encaixariam nele. Duas hipóteses poderiam ser levantadas e relacionadas com esse resultado. De um lado, poderia indicar a tendência de mobilidade no interior da cidade, ou até mesmo dentro do próprio distrito, segundo a qual os moradores deslocam-se para regiões mais bem localizadas ou equipadas, assim que tenham condições para isso. De outro lado, poderia haver alguma relação com o tempo de existência de cada distrito, uma vez que quanto mais distantes, mais tardiamente são habitados. Nesse caso, deixamos aqui a indicação para uma investigação mais demorada e cuidadosa, já que a “idade” do distrito muitas vezes diz respeito ao tempo de sua existência legal. Além disso, devem ser considerados também os períodos de ocupação inicial e de maior inchaço populacional, bem como as condições e características de seu crescimento.

Gráfico 5

**TEMPO DE RESIDÊNCIA NOS BAIRROS (EM %)****Religião e atividade religiosa**

A maior parte dos entrevistados afirmou ter religião: 88,7%, enquanto 11,3% disseram não ter religião. Dos que disseram ter religião, 69,2% afirmaram ser católicos. O segundo maior grupo é o dos evangélicos. O quadro 9 mostra a porcentagem com que apareceram, nas respostas, cada religião, especificando os grupos religiosos em seu interior:

Quadro 9

**QUAL É A SUA RELIGIÃO? (EM %)**

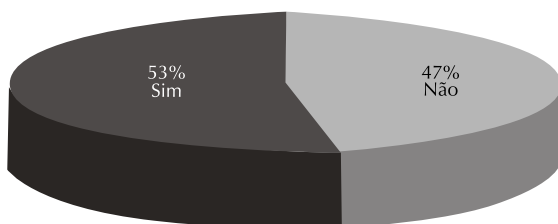
Religião	Grupos religiosos	%
Católicos		69,2
Evangélicos	Evangélicos (19,8%), Testemunhas de Jeová(2,0%), Cristãos (1,4%), Adventistas do Sétimo Dia (1,0%), Assembléia de Deus (1,0%), Presbiterianos (0,6%), Congregação Cristã do Brasil (0,6%), Igreja Messiânica (0,4%), Igreja Batista (0,2%), Mórmons dos Últimos Dias (0,2%), Paz e Vida (0,2%), Igreja da Graça (0,2%).	27,6
Espíritas	Espíritas (1,4%), Kardecistas (0,4%)	1,8
Outros	Budismo(0,4%), Catolicismo e Espiritismo (0,4%) Candomblé (0,2%), Santo Daime (0,2%), Umbanda (0,2%), "fazer a vontade de Deus" (0,2%).	1,4



Aos que disseram ter religião, perguntamos se participavam de alguma atividade religiosa. Desses, a maioria não participa de qualquer atividade promovida por essa religião.

Gráfico 6

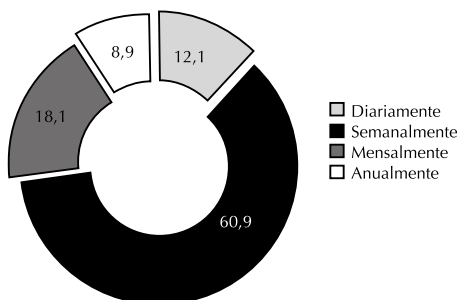
**PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE RELIGIOSA (EM %)**



Os 47% que participam de alguma atividade religiosa fazem-no semanalmente ou, pelo menos, com freqüência próxima a uma vez por semana. As freqüências com que os entrevistados participam de alguma atividade religiosa compõem o gráfico 7:

Gráfico 7

**FREQÜÊNCIA COM QUE PARTICIPA DE ATIVIDADE RELIGIOSA (EM %)**



As freqüências diária e semanal caracterizam de modo predominante a participação dos evangélicos em atividades religiosas. Do total evangélicos, 69,1% participam semanalmente e 22,7%, diariamente. No caso dos católicos, a freqüência é mais variada. Embora também freqüentem as atividades promovidas por sua religião mais comumente uma vez por semana, resposta de 55,7% dos que participam, 24,3% fazem-no mensalmente, 14,3%, anualmente e 5,7%, diariamente.

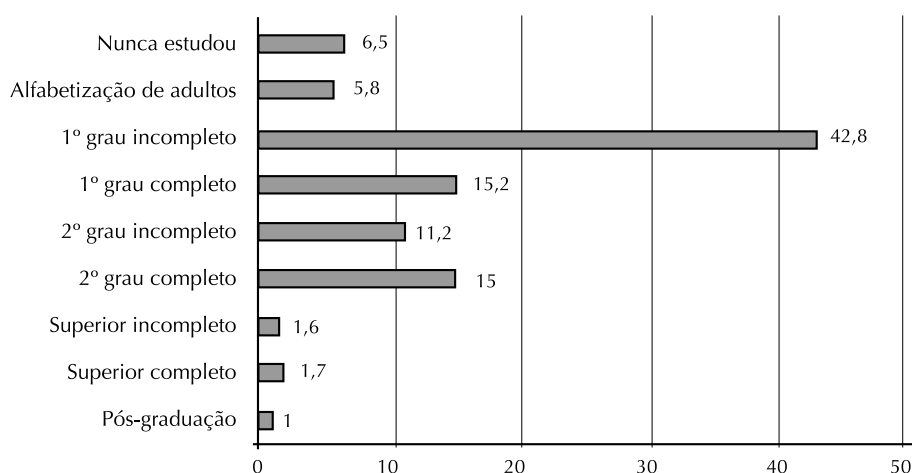
**Educação e formação**

No que diz respeito à escolaridade, a maior parte dos entrevistados interrompeu os estudos antes de concluir o antigo primeiro grau, que compreendia o primário e o ginásio e hoje compreende o Ensino Fundamental. Os que completaram essa fase de estudo vêm na seqüência, seguidos dos que completaram o antigo segundo grau, que compreendia o colegial e hoje é chamado de

Ensino Médio. Na medida em que aumenta o grau de escolaridade, ou em outras palavras, os anos de estudo, as porcentagens vão diminuindo, aproximando o perfil dos entrevistados, nesse aspecto, do perfil de parcelas mais amplas da população. Apesar da grande porcentagem de pessoas que nunca estudaram, a boa notícia fica por conta da porcentagem significativamente próxima a ela de pessoas adultas que iniciaram ou retornaram aos estudos para sua alfabetização. O gráfico 8 inclui as porcentagens por grau de instrução:

Gráfico 8

#### GRAU DE INSTRUÇÃO (EM %)



O baixo número dos que chegaram ao nível universitário nos permite listar as áreas escolhidas: Letras, Processamento de Dados, Educação Artística, Biomedicina, Educação Física, Pedagogia, Direito, Economia, Enfermagem, Teologia, Design, Medicina Nuclear.

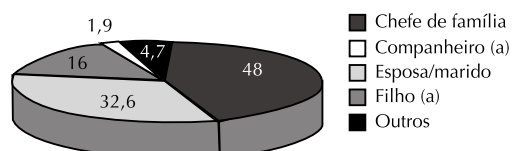
Considerando que a realização de um curso, a busca por formação ou a continuidade dos estudos podem indicar formas pelas quais as pessoas esperam melhorar as condições de vida, perguntamos, além do nível de escolaridade, se o entrevistado estava estudando na época da pesquisa. Nessa questão, reforçamos a importância de considerar não apenas estágios do ensino formal, mas todo tipo de atividade voltada à obtenção e ao aprimoramento de conhecimentos. Ainda assim, apenas 13,3% afirmaram estar estudando. Desses, 91,5% citaram algum estágio do ensino formal, dos quais 5,6% participam de cursos de alfabetização de adultos. Os 8,5% restantes dividem-se em espécies diversas de cursos: cursos de especialização, profissionalizantes ou preparatórios. Esse dado pode levantar questões sobre o papel que o aprendizado ou o próprio conhecimento vêm ocupando na trajetória e nas expectativas das pessoas.

#### Família, renda e trabalho

A maior parte dos entrevistados definiu sua posição na família como “chefe da família”. Para essa escolha também utilizou-se a auto-definição: as alternativas foram apresentadas e o entrevistado escolheu a que julgava mais adequada. Não havia definições prévias para nenhuma das categorias. Isso significa que alguns entrevistados podem ter utilizado para definir a posição de “chefe da

família” tanto a questão de gênero (tradicionalmente costuma-se atribuir o papel de chefe para o homem), quanto a de responsabilidade econômica (em que se entende por chefe aquele que se responsabiliza majoritariamente pelas despesas da casa).

Gráfico 9

**POSIÇÃO NA FAMÍLIA (EM %)**

No caso da nossa amostra, parece ter prevalecido, nas respostas, a questão de gênero: dos que disseram ser “chefe da família”, 74,3% são homens e 25,7% são mulheres. Já dos que disseram ser “esposa ou marido”, 92,5% refere-se às esposas e 7,5%, aos maridos. Dentre os entrevistados, 25% mora com mais três pessoas. As famílias compostas por três pessoas, o entrevistado e mais duas, são o segundo caso mais freqüente, no que diz respeito ao número de pessoas que as compõem. O quadro 10 lista o número de membros que fazem parte das famílias dos entrevistados.

Quadro 10

**NÚMERO DE PESSOAS QUE COMPÕEM AS FAMÍLIAS DOS ENTREVISTADOS**

Número de membros	Número de famílias	Porcentagem de famílias
1	31	5,4
2	62	10,7
3	129	22,4
4	147	25,5
5	102	17,7
6	52	9,0
7	25	4,3
8	15	2,6
9	5	0,9
10	3	0,5
11	3	0,5
13	2	0,3
18	1	0,2

Seria interessante conhecer a composição familiar dos entrevistados. No entanto, a forma como essa informação foi registrada (vide questionário, anexo), não nos permite calcular esse dado com precisão. Porém, podemos utilizar um recurso que aponte, ainda que de maneira geral, qual é

a composição mais comum, de acordo com o número de pessoas que fazem parte dela. Para tornar claro do que estamos falando, vamos apresentar a informação tal como a temos:

Perguntados sobre as pessoas que faziam parte de suas famílias, a maior parte deles citou a esposa ou o marido, em primeiro lugar:

Quadro 11

**COM QUEM MORA? (1º MEMBRO CITADO)**

Posição na família em relação ao entrevistado	Porcentagem
Chefe da família	10,1
Esposa/ marido	54,3
Filho/ filha	9,5
Pai/ padrasto	7,5
Mãe/ madrasta	7,0
Irmão/ irmã	3,5
Outro parente	3,3
Não é parente	0,4
Erros	4,4

A maioria disse que essa pessoa tem algum rendimento mensal...

Quadro 12

**ESSA PESSOA TEM RENDIMENTO MENSAL? (1º MEMBRO)**

	Porcentagem
Sim	64,3
Não	30,8
Não sabe	4,2
Erros	0,7

... que varia entre um e dois salários mínimos.

Quadro 13

**QUAL É O VALOR DESSE RENDIMENTO?**

Valor (em R\$)	Porcentagem
Até 240,00* 23,7	23,7
Entre 241,00 e 480,00	36,2
Entre 481,00 e 720,00	22,6
Entre 721,00 e 960,00	7,3
Entre 961 e 1200,00	5,5
Mais de 1201,00	4,7

\* As faixas foram divididas de acordo com valores referentes a salários mínimos: a primeira, até um salário mínimo. A segunda, entre um e dois salários mínimos e assim por diante.

A mesma descrição poderia ser feita com a segunda pessoa citada, com a terceira e assim por diante, até atingirmos a família mais numerosa. Essas descrições fornecem algumas indicações sobre composição familiar. Se observarmos as características da segunda até a quarta pessoa citada pelos entrevistados, duas alterações de porcentagem chamam a atenção: a porcentagem de “esposa/marido” cai consideravelmente, e a de filho/filha assume a primeira posição (4,3% e 65,7%, respectivamente, no caso do segundo membro). A categoria irmão/irmã é citada mais vezes nos terceiro e quarto membros, não ultrapassando os 16,2% atingidos nessa última posição. Também a partir do quarto membro, a porcentagem de “filho/filha” cai e a de “outro parente” começa a aumentar. No sexto membro da família, a proporção entre “filho/filha” e “outro parente” inverte-se: esse último é citado em 42,6% das respostas, enquanto aquele é citado em 38,9%. A partir do oitavo membro, essas duas categorias continuam sendo as mais citadas (“filho/filha” aparecem, novamente, com mais frequência), mas o ponto a ser destacado é a alta porcentagem de “não é parente”, com 7,1%.

A partir do nono membro, as porcentagens começam a apresentar distorções que impossibilitam as explorações que fazemos no momento. O número de famílias com nove membros ou mais é muito reduzido, o que faz com que qualquer categoria citada alcance porcentagem elevada – dois casos citados entre 100 equivale a 2%, e dois casos entre 4 equivale a 50%. É o que aconteceria se prosseguíssemos.

Considerando esses dados livremente, podemos dizer que as famílias com até quatro membros tendem a ser formadas por um casal e mais dois filhos. No entanto, vale lembrar que a composição da amostra equilibra o número de homens e mulheres, possibilitando essa configuração familiar que ora apresentamos para quatro pessoas. Em uma amostra com maior número de mulheres, a configuração possivelmente seria outra, já que é mais provável que numa família em que a mulher se considere chefe da família, não haja a figura do marido. Como vimos há pouco, a maior parte das mulheres tende a se dizer “esposa” e não “chefe da família”, ao contrário dos homens. Famílias formadas por cinco a sete pessoas agregam outros parentes e, quanto mais numerosa a família, maior a tendência de que outras pessoas, que não sejam parentes, convivam no mesmo espaço familiar.

Ao lado dessas características procuramos registrar, para compor o perfil dos entrevistados, as características da renda, tanto individual quanto familiar. Muitos dos Agentes que aplicaram os questionários tiveram dificuldade em abordar esse tipo de questão, por vários motivos. Já de início, alguns se sentiam constrangidos em perguntar algo que julgavam ser uma informação particular. Outros recordavam que durante o cadastramento para programas de assistência da prefeitura já haviam, como Agentes, abordado este assunto com os moradores. Assim, estes poderiam sentir receio de fornecer uma informação diferente da que já haviam dado e, por isso, correrem o risco de perder o benefício. Essa dificuldade traduziu-se em dados: do total de questionários, 51% disseram ter tido alguma renda nos últimos trinta dias que antecederam a pesquisa. Dos 49% que não responderam à questão sobre remuneração, 73,8% disseram não ter tido remuneração e 26,2% não quiseram responder. Ainda assim, para efeitos descritivos, podemos expor as faixas de remuneração das pessoas que responderam a essa pergunta:

Quadro 14

**NO ÚLTIMO MÊS, QUAL FOI A SUA REMUNERAÇÃO?**

Valor (em R\$)	Porcentagem
Até 240,00*	30,2
Entre 241,00 e 480,00	30,2
Entre 481,00 e 720,00	20,3
Entre 721,00 e 960,00	6,1
Entre 961 e 1200,00	7,5
Mais de 1201,00	5,7

\* As faixas foram divididas de acordo com valores referentes a salários mínimos: a primeira, até um salário mínimo. A segunda, entre um e dois salários mínimos, e assim por diante.

Conforme o quadro 14, a maior parte dos que disseram ter renda recebe até dois salários mínimos. No que se refere aos familiares dos entrevistados, a mesma dificuldade que tivemos para definir a composição da família, enfrentamos no que diz respeito à composição da renda familiar. Apesar dessas lacunas, podemos, somando as rendas de cada componente da família citado pelo entrevistado, chegar a um valor que, embora não seja preciso, pode indicar uma renda familiar aproximada. Considerando as famílias de cada entrevistado, metade delas tem renda entre 1 e 3 salários mínimos. O quadro 15 apresenta as faixas nas quais estão divididas as rendas totais dos domicílios:

Quadro 15

**RENDA DOMICILIAR**

Valor (em R\$)	Porcentagem
Até 240,00*	11,9
Entre 241,00 e 480,00	23,4
Entre 481,00 e 720,00	23,2
Entre 721,00 e 960,00	11,9
Entre 961 e 1200,00	11,6
Entre 1201,00 e 1440,00	3,1
Entre 1441,00 e 1680,00	3,5
Entre 1681,00 e 1920,00	3,3
Entre 1921,00 e 2160,00	2,1
Entre 2161,00 e 2400,00	0,9
Mais de 24001,00	5,1

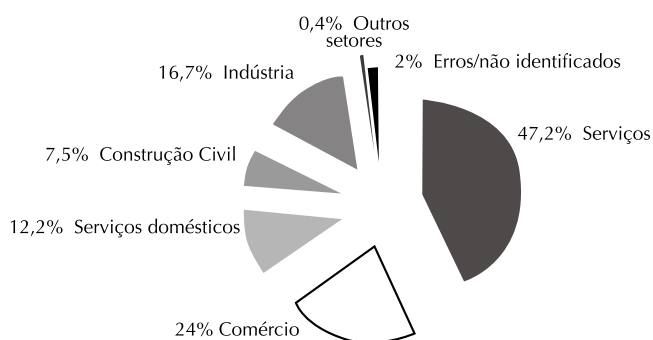
\* As faixas foram divididas de acordo com valores referentes a salários mínimos: a primeira, até um salário mínimo. A segunda, entre um e dois salários mínimos, e assim por diante.

Finalmente, no que diz respeito à situação de trabalho dos entrevistados, 44,7% deles disseram estar trabalhando no momento da pesquisa. 45,9% não estavam exercendo qualquer atividade laborativa. A esses somam-se 9,4% que não estavam trabalhando, mas que nunca tiveram nenhuma experiência de trabalho, o que não caracteriza, necessariamente, uma situação de desemprego. A idade e a questão de gênero podem ser relacionadas a esse grupo: 20,4% dos que nunca tiveram nenhuma experiência de trabalho têm 16 ou 17 anos, e 79,6% são mulheres.

Aos que responderam estar trabalhando, perguntamos em qual setor de atividade e o cargo que exercem. O gráfico 10 traz o setor de atividades dos entrevistados:

Gráfico 10

**SETOR DE ATIVIDADE<sup>13</sup> DOS ENTREVISTADOS OCUPADOS (EM %)**



Como mostra o gráfico, o setor de serviços é o que concentra quase metade do conjunto total dos entrevistados, seguido pelas atividades relacionadas ao comércio. Para essa classificação foram utilizadas as categorias da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade, cujas definições estão no anexo 9. Podemos adiantar que as atividades pertencentes ao setor de serviços são aquelas que, grosso modo, diferenciam-se de setores que se definem pela produção (como a indústria) ou construção (que caracteriza a construção civil). Diferencia-se também do comércio, pois não envolve aquisição de mercadorias. Mantivemos a separação dos serviços domésticos de outros tipos de serviços para preservar a percepção de sua alta representatividade no total desse setor. Podemos detalhar essas informações a partir dos ramos de atividades em que dois desses setores, serviço e indústria<sup>14</sup>, se dividem. Ainda aqui utilizamos as categorias oferecidas pela PED. O quadro 16 mostra esses dados:

13 Vale a pena chamar a atenção para um aspecto da utilização dessas categorias. Elas dizem respeito, sempre, à área em que a atividade é exercida e não caracteriza o tipo de atividade em si. Por exemplo, se uma pessoa dissesse trabalhar “em casa de família”, sua atividade seria considerada dentro da categoria “serviços domésticos”, independentemente da atividade que desempenhasse dentro da casa. Em alguns casos, a indicação do cargo ocupado pelo entrevistado ajudava-nos a identificar o setor no qual a exercia. Um exemplo: se a resposta fosse “automóveis”, não havia como identificar se se tratava de uma revendedora de automóveis, indústria ou oficina mecânica. A resposta “vendedor” à pergunta sobre ocupação esclarecia que se tratava de atividade comercial. Os que não ofereceram essa possibilidade foram inseridos na categoria “não identificado”, que não existe na PED. Os erros também dizem respeito a erros de preenchimento dos questionários da nossa pesquisa. Cabe, ainda, esclarecer que a aplicação de categorias utilizadas por outras pesquisas sempre está sujeita a variações, em termos de comparação. Assim, usamos essas categorias como norteadoras e tentamos reduzir as variações por meio da proximidade com as definições de cada categoria, oferecida pela própria Fundação Seade.

14 Não há subdivisões nos demais ramos: Comércio, Serviços domésticos e Construção Civil.

Quadro 16

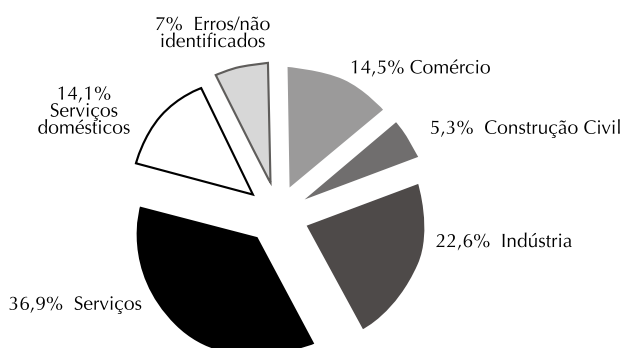
**RAMOS DE ATIVIDADES**

Sector da atividade	Ramos de atividades	Número*
Serviços	Limpeza, vigilância, outras oficinas	28
	Administração e utilidade pública	10
	Saúde	10
	Auxiliares	9
	Alimentação	9
	Oficina mecânica	8
	Transporte	6
	Educação	5
	Reformas	3
	Creditícios	1
	Especializados	1
	Não identificados	4
	Outros serviços	26
Indústria	Indústria metal-mecânica	9
	Indústria gráfica e papel	3
	Indústria têxtil e vestuário	1
	Outras indústrias	1
	Indústria – não identificado	3

\* Optamos não utilizar porcentagem, pois os casos não são numerosos.

Aos que disseram não estar trabalhando naquele momento, mas que já haviam exercido alguma atividade remunerada, perguntamos qual era o setor de sua última ocupação. Essa informação está no gráfico 11:

Gráfico 11

**SETOR DA ÚLTIMA ATIVIDADE REMUNERADA (EM %)**

Se compararmos os setores que concentram os entrevistados que estavam trabalhando no momento da pesquisa com os setores das últimas atividades daqueles que não estavam, veremos o mesmo setor de serviços ocupando o primeiro lugar. No entanto, enquanto o comércio e o setor de serviços domésticos apresentam porcentagens significativas quando são setores da ocupação atual, a indústria aparece com a segunda maior porcentagem por ser o setor do qual o entrevistado saiu recentemente.



Para que a comparação possa ser feita de forma completa, o quadro 17 descreve, também, os ramos de atividades para os setores de serviços e da indústria:

Quadro 17

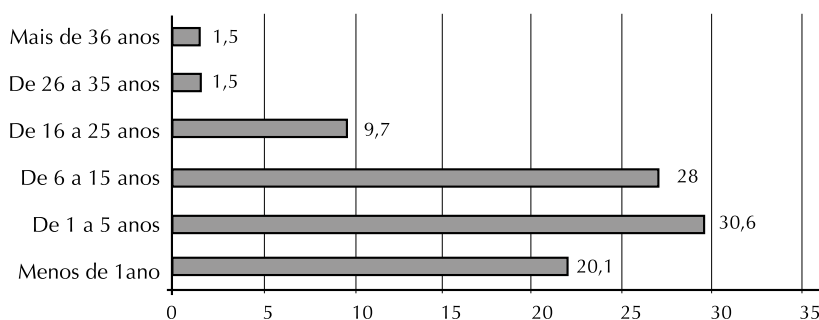
**RAMOS DA ÚLTIMA ATIVIDADE**

Setor da atividade	Ramos de atividades	Número*
Serviços	Limpeza, vigilância, outras oficinas	26
	Auxiliares	14
	Alimentação	14
	Saúde	9
	Educação	8
	Administração e utilidade pública	5
	Creditícios	5
	Transporte	3
	Reformas	2
	Oficina mecânica	1
	Especializados	1
	Não identificados	1
Indústria	Indústria metal-mecânica	19
	Indústria têxtil e vestuário	8
	Indústria de alimentação	4
	Indústria gráfica e papel	2
	Indústria química e borracha	2
	Outras indústrias	6
	Indústria – não identificado	18

\* Optamos não utilizar porcentagem, pois os casos não são numerosos.

Perguntamos, ainda, àqueles que já exerceram alguma atividade remunerada, mas que não estavam trabalhando, há quanto tempo eles viviam nessa situação. O gráfico 12 mostra as respostas citadas, agrupadas em períodos de tempo:

Gráfico 12

**TEMPO DE DESEMPREGO (EM %)\***

\* Nesse gráfico, a porcentagem não atinge 100% porque não acrescentamos a porcentagem de pessoas que, embora tenham dito que não estavam trabalhando, não foram questionadas sobre o tempo, por um problema de compreensão do questionário. Esse valor foi de 8,6%.

Os dados mostram que metade dos entrevistados está sem trabalho há até cinco anos. Embora tenham insistido na importância de considerar, como atividade de trabalho, serviços ocasionais

nais, os chamados “bicos”, não estamos certos se aqueles que responderam estar desempregados não tenham considerado o que se entende, genericamente, por emprego formal, como carteira assinada ou um espaço físico determinado, ou não doméstico, para o exercício da atividade. A configuração que assumiu o conjunto das respostas poderia, ainda, ser alvo de consideração pelo fato de que, para efeitos de pesquisas sobre condições e mercado de trabalho, os entrevistados que afirmaram não estar trabalhando há mais de seis anos seriam considerados fora da população economicamente ativa e não como pessoas em situação de desemprego.

## CAPÍTULO 2

### CONCEITOS E VALORES EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

#### Cultura da Violência

Toda sociedade é marcada por contradições e conflitos. Não haveria motivos para ser diferente com a nossa. Idéias como conflitos e disputas nem sempre têm conotação negativa; podem referir-se a disputas de idéias ou conflitos que designem dificuldades para encontrar consensos. Não é a esses significados que fazemos referência aqui, uma vez que nos dedicamos a pensar sobre a violência. Conflitos que utilizem meios violentos ou que tenham como fim a eliminação ou o prejuízo de outro indivíduo, ou grupo, só podem ter conotação negativa. No entanto, as noções do que significa prejudicar outra pessoa variam de modo razoável. Muitas vezes, para alguns, o apelo à violência é aceitável e justificável. Em outras, ela sequer é identificada como tal. Essa é a trilha que seguiremos para apresentar os dados recolhidos nessa pesquisa. O que se reconhece como violência e em que medida ela é aceita como meio legítimo ou não são questões que orientarão esse texto.

Poderíamos começar perguntando se o Brasil é um país violento ou não. E poderíamos também supor que dessa pergunta resultariam tipos diversos de respostas, dependendo do que se considerasse violência. Ainda é forte, na forma como o país é descrito, a idéia de que o Brasil não tem marcas de guerras nem é acometido por desgraças naturais. Como diz Marilena Chauí (2000) sobre o que chama de *mito fundador* brasileiro, aprendemos na escola que o Brasil é um país rico em belezas naturais, de povo pacífico e hospitaleiro e que, mestiço, não conhece preconceitos de raça ou credo. Essa representação funciona de modo tão eficiente que sua contradição com a realidade não é percebida. De acordo com a autora assim é “*que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. Alguém pode dizer-se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas dessas crianças ou com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres dos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o apartheid social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna.*” (CHAUÍ, 2000:8).

É para essa contradição que queremos chamar a atenção. Contradição que existe não porque fechamos os olhos para ela, mas justamente porque muitas vezes ela é imperceptível aos nossos olhos, porque está presente na forma como fomos criados, como aprendemos a lidar com as pessoas, os problemas e as coisas do mundo. Talvez isso tenha relação com o fato de que formas mais sutis de violência tenham sido menos interpretadas como tal, por nossos entrevistados. A maior presença de situações como essas no cotidiano pode aumentar a tolerância a elas, pois passam a ser encaradas como normais. Das quatro situações que citamos com níveis mais brandos de agressividade, duas diziam respeito ao ambiente doméstico e duas, não. O quadro 18 relaciona as quatro situações citadas e as porcentagens das pessoas que as consideraram violência ou não:

QUADRO 18

**ESSA É UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA? – CULTURA DA VIOLÊNCIA (EM %)\***

Situação	É violência	Não é violência	Depende
Um pai ou uma mãe que bate no filho porque ele fez algo errado	37,5	39,6	21,8
Um homem ou uma mulher que xinga o (a) companheiro (a)	58,1	31,7	9,2
Uma briga entre vizinhos	82,7	12,1	4,0
Uma discussão no trânsito	79,8	11,6	7,8

\*Nesse e nos demais quadros, não há menção às porcentagens de respostas inválidas. Por isso a soma não atinge os 100%.

As situações que não se restringem ao domínio do lar foram mais identificadas como violentas do que as outras duas circunscritas a ele. Podemos supor que manifestações de agressividade em espaços públicos podem ser mais identificadas dessa forma porque, de maneira geral, a violência, nos termos em que vem sendo mais comum e extensivamente discutida, refere-se à violência nos espaços públicos. A mesma proximidade não existe no caso da violência doméstica. Suas características são diferentes das formas mais agudas de violência, que muitas vezes originam-se de conflitos banais, como uma discussão no trânsito ou entre vizinhos, por exemplo. Outro elemento que pode sugerir essa hipótese é o tipo de resposta dada por aqueles que impuseram condições para essas situações serem classificadas como violência: aos que responderam “depende”, perguntamos, em seguida, em que circunstância tal situação é considerada violência. As respostas a ambas relativizam o nível de agressão. Grande parte delas afirma que só há violência a partir do momento que há agressão física. Alguns chegam ao extremo. Uma discussão no trânsito é considerada violência quando: “Ameaça com arma”, “quando termina em tragédia”, “no caso de morte”. Para a briga entre vizinhos: “depende da forma do insulto”, “xingar e agressão”, “agressão física”, “se sair

morte". A discussão no trânsito, com maior número de "depende", foi a que apresentou mais referências a situações culminando em mortes<sup>15</sup>.

As frases que citam situações em âmbito privado suscitam outros tipos de questão. Como dissemos, elas mobilizam valores e noções que têm menor ligação com a violência criminal e estão mais envolvidos com problemas de educação e normas. Quando mencionamos educação, não nos referimos a nenhum conceito rígido, mas à transmissão de saberes relativos ao mundo, ao modo de estar nele e se relacionar com as pessoas. Educação como uma forma de ser apresentado ao mundo e introduzido em suas regras e formas de funcionar. Algo próximo ao que Hannah Arendt (2001) descreveu como a responsabilidade que o adulto assume perante a criança, pelo mundo, ainda que desejasse que esse mundo fosse diferente. Se, nessa direção, podemos admitir que a criança aprende a se comportar segundo o comportamento das pessoas que convivem com ela, faz sentido o que algumas pesquisas apontam – a tendência de que crianças e jovens façam tanto mais uso da violência, quanto mais tenham presenciado adultos recorrendo a esses meios (Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, OMS, 2002). Certamente, não se deve fazer afirmações generalizantes sobre isso. A complexidade que envolve situações de agressão também é lembrada e reforçada por especialistas na questão de violência familiar e de gênero.

Garcia (2002) ajuda-nos a pensar o quão multifacetado é este problema. Ela apresenta autores que trabalham sob a perspectiva de um modelo multicausal para entender esse tipo de violência. Ou seja, é preciso levar em conta as dimensões familiares, as extrafamiliares e as relações entre elas: *"Situações de desemprego, mudanças de endereço, separações de casais ou a chegada de um novo parceiro podem ser fundamentais na dinâmica dessa família para o entendimento da instalação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes; portanto, nenhum fator pode ser desmerecido ou afastado de investigação"* (idem, 2002:147).

No entanto, muitas vezes, o recurso à violência não é repreendido nem mesmo reconhecido como algo que pode incitá-la ou, pelo menos, naturalizá-la no cotidiano. Caldeira (2000) apresenta duas entradas interessantes para entender a presença da violência em nosso cotidiano. Em primeiro lugar, aponta uma perspectiva histórica: não houve, em nossa história, uma ruptura com o sistema escravista. O que houve foi uma conjunção de fatores que o tornou insustentável. Carvalho (2002) cita, entre eles, interesses políticos e econômicos relacionados à exploração de mão-de-obra imigrante e a impossibilidade de resistir às revoltas e fugas de escravos, sob o risco de comprometer a ordem pública da monarquia naquele fim do século XIX. Ou seja, continuando com Caldeira, a ordem legal que se tentava consolidar herdava e legitimava o uso da violência. Somam-se a isso algumas interpretações acerca de fenômenos brasileiros que tendem a opor os domínios público e privado como os espaços da violência e da segurança, respectivamente. Caldeira considera esse tipo de interpretação um equívoco, pois ele mascara a presença da violência em relações

---

<sup>15</sup> Embora tenhamos evocado a imagem da discussão no trânsito, não o fizemos do ponto de vista dos danos causados por acidentes no tráfego de veículos. O número de mortes por causas externas, em oposição a mortes decorrentes de debilidades naturais, ocasionadas por enfermidades, é um indicador comum quando se quer medir o grau de violência de determinado contexto, porque pressupõe uma intervenção humana, intencional ou não, cuja desmedida resultou num acontecimento fatal. Estando os acidentes de trânsito figurando entre as principais causas externas que levam à morte, muitas pesquisas sobre violência incluem o trânsito como um espaço que merece atenção e intervenção. O Mapa da Violência, em sua terceira realização, (WAISELFISZ, 2002) traz perspectivas positivas no que diz respeito ao número de mortes causadas por acidentes de trânsito: desde a promulgação da nova Lei de Trânsito, em 1997, ele vem caindo. É verdade que essa realidade apresenta contrastes regionais, mas o estado de São Paulo é responsável pela grande queda observada na região sudeste. Se em 1991 a taxa de acidentes fatais era de 25 para cada 100.000 habitantes, em 2000 esse número caiu para 16,2 para cada 100.000 (WAISELFISZ, 2002: 67).

personais e domésticas, reportando-a a relações estritamente impessoais e, muitas vezes, marcadas pelas diferenças de classe, cor ou origem. Em segundo lugar, parece haver um padrão cultural que se caracteriza pela permissividade em relação ao corpo, e isso tanto para o bem, quanto para o mal. Se, por um lado, o corpo sensual é valorizado em sua exposição ao olhar e aberto ao contato físico de forma naturalizada, existe também, por outro lado, o corpo no qual se pode intervir para outros fins, como a punição ou a disciplina. Em suas entrevistas, Caldeira não identificou, nas respostas dadas, porque bater, como forma de educar, aparece como preferível a outras formas de mostrar limites ou regras. Em sua análise, sugere que a experiência da dor é vista como forma de produzir compreensão naquele que a sofre. Por isso, permite-se que os considerados menos capazes sejam submetidos à dor: pobres, crianças e mulheres.

As sutilezas que envolvem a identificação da violência doméstica podem ser percebidas quando pedimos a opinião dos entrevistados sobre uma situação de violência. Citamos frases que não só descreviam situações, mas que também expressavam algum tipo de julgamento e então solicitamos que eles dissessem se concordavam, discordavam ou se era uma situação indiferente designada pela expressão “tanto faz”. Para facilitar uma visão geral das respostas dadas, utilizemos o quadro 19:

Quadro 19

**CONCORDA COM A FRASE? – CULTURA DA VIOLÊNCIA (EM %)**

	Concordo	Discordo	Tanto Faz
Ter relação sexual é uma obrigação do casamento.	39,3	57,4	2,4
Quando um não quer, dois não brigam.	92,0	6,1	1,4
A mulher que apanha do marido deve abandoná-lo.	74,7	20,2	4,2
Se uma criança apanhar na escola, ela deve revidar.	18,7	76,8	3,3
Quem anda armado impõe respeito.	11,8	86,5	0,9

Entre essas orações, há duas que se relacionam ao ambiente doméstico. Quando a violência está mais explícita, “uma mulher que apanha do marido”, a porcentagem de pessoas que acredita que ela não deve se submeter a essa situação, abandonando o agressor, é maior do que a porcentagem de pessoas que não vê a relação sexual como uma obrigação do casamento. Apresentar o sexo como uma obrigação impede vê-lo como algo que implica escolha que envolve duas pessoas e, conseqüentemente, respeito entre elas. Ora, submeter a vontade de uma pessoa à vontade de outra por meio de uma relação desigual de poder é uma forma possível de caracterizar uma situação de violência. Visões tradicionalistas, advindas, muitas vezes, de uma educação conservadora, reforçam a separação de papéis entre homens e mulheres, colocando-a, nesses casos, numa situação desfavorável e sem poder de decisão sobre si e seus desejos. Essa idéia, então, reveste-se de naturalidade e impede que a situação seja considerada uma situação violenta. Talvez por isso, entre aqueles que concordaram que a relação sexual é uma obrigação do casamento, 62,1% sejam homens e 37,9%, mulheres. Será que aquele que concorda com essa idéia acredita também que a agressão física não é motivo para que uma mulher abandone seu marido? Se assim fosse, encontraríamos proporção semelhante entre as respostas masculinas e femininas para ambas as questões.

No entanto, entre aqueles que discordaram que a mulher que apanha do marido deve abandoná-lo, 54,7% são homens e 45,3%, mulheres. Ou seja, homens e mulheres tendem a concordar mais na situação em que a violência atingiu a sua forma mais explícita. Concordam, como os dados mostraram, que a mulher agredida deve abandonar a relação.

As nuances e ambigüidades do cotidiano parecem desaparecer, ou ao menos diminuir bastante, diante de um ditado popular: a idéia simples do “quando um não quer, dois não brigam” teve a segunda maior porcentagem de concordância. No entanto, se compararmos com a porcentagem dos que discordam de que se uma criança apanhar na escola, deve revidar, não encontraremos os mesmos 92% dos concordantes anteriores. Ainda assim, 76,8 % dos entrevistados rejeitam o revide a uma agressão como forma aceitável de agir, o que não deixa de ser um resultado positivo. Igualmente importante, e em maior proporção, foi a rejeição ao uso de uma arma para atingir determinado fim. Aqui, os termos “anda” e “impor respeito” podem ter ajudado na rejeição, pois conotam cotidianidade, não o último recurso para um fim extraordinário, o que poderia justificar o uso de uma arma, como uma vingança pessoal ou autodefesa, por exemplo. O Mapa da Violência está entre os estudos que ajudam a desmitificar a imagem do jovem como o principal agente da violência. A pesquisa mostra que os jovens, mais do que agentes, têm sido as principais vítimas da violência. Tentamos, aqui, examinar se a idéia de que o uso de uma arma ajuda a impor respeito teria alguma relação com a idade dos entrevistados. Não encontramos dados relevantes para afirmar a existência dessa relação.

### Violência como meio

O uso da violência como meio para atingir um objetivo pode envolver as mais diversas situações. Assim, não se trata de assunto simples. Podemos adiantar que, de maneira geral, os entrevistados dessa pesquisa não identificaram a violência como um meio legítimo. Mas as variações de ambientes, personagens e motivos envolvidos nas situações propostas sugerem que o assunto está longe de formar um consenso. Apresentamos mais um bloco de frases contidas nos questionários e as respectivas porcentagens, no quadro 20:

QUADRO 20

#### ESSA É UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA? – VIOLÊNCIA COMO MEIO (EM %)

Situação	É violência	Não é violência	Depende
Uma briga entre grupos rivais.	95,8	1,9	1,6
Um professor que agride um aluno indisciplinado.	84,8	8,0	5,9
Uma pessoa se vinga de um crime cometido contra si ou sua família.	89,4	7,4	1,7
Um aluno ameaça um professor que lhe chamou a atenção.	91,3	6,4	1,6

Essas situações envolvem formas mais exacerbadas de violência: grupos rivais, vingança contra um crime, ameaça e agressão entre alunos e professores. Dizem respeito, também, a formas de violência que não ocorrem dentro de espaços privados, mas de espaços comuns e, no caso da escola, um espaço institucionalizado. Se compararmos as porcentagens das pessoas que identi-

cam essas situações como violentas com as porcentagens daquelas situações de violência doméstica, notaremos que aqui a identificação parece mais fácil, mais clara.

Estudos sobre a questão da violência dentro das escolas sempre recordam o fato de que essa violência não está isolada da violência que se manifesta fora dela. No entanto, a violência na escola sempre traz à baila a questão da autoridade: tanto para regular a relação entre os alunos, quanto entre alunos, professores e funcionários. Podemos ver que se considera mais como violência a ameaça do aluno ao professor, do que a agressão deste para com o aluno. Esse dado é interessante, pois em questões anteriores algumas situações foram consideradas violentas justamente a partir do momento em que ocorria a agressão. O fato de a agressão do professor ser menos considerada violência poderia ser relacionado com o argumento de que tal atitude é necessária para afirmar sua autoridade? Se pensarmos, de maneira bastante livre, na notoriedade que casos de agressão de alunos a professores ganham em conversas cotidianas ou notícias jornalísticas, não poderíamos supor que essa situação já vem sendo construída há mais tempo como violência, do que a situação contrária? Mais instigante, ainda, seria acrescentar a essas questões a característica, da literatura voltada para as questões escolares, de lançar olhos vigilantes sobre a atuação dos professores e menos sobre os alunos, pois trazem a carga histórica da relação entre eles, insistentemente baseada nos castigos em nome da disciplina e do respeito. Isso nos dá apenas uma noção do quão amplas são as possibilidades de analisar o mesmo problema.

Essa noção do uso da violência como forma de afirmar autoridade foi sugerida por aqueles que responderam que, para considerar o uso da agressão pelo professor, como violência, “depende”. São exemplos dessa conduta: *“Precisa disciplinar”, “Quando não se procura saber a razão da indisciplina”, “Quando o aluno não fez nada de errado”, “Se o aluno agredir o professor, ele vai se defender”, “Se o aluno agredir, tem que revidar”, “Se o aluno não agrediu o professor”. Também, nesse caso, aparecem as ressalvas ao nível da agressão: “Quando vem com objetos, tipo pau etc.”, “Quando usa força” ou “Quando usa palavrão”. No caso da ameaça do aluno ao professor, que recebeu menos respostas que a relativizam, temos como exemplos: “Quando ele cumpre essa ameaça”, “Quando existe agressão”, “Quando for com brutalidade” ou “Se existe ameaça de morte”.*

As outras duas situações também podem ser vistas pelo ângulo da autoridade, mas de maneira diversa e em outro nível: a autoridade das instituições de controle e manutenção da ordem social. A briga entre grupos rivais foi, entre todas, a situação que mais os entrevistados consideraram violência. A vingança contra um crime foi a terceira situação mais considerada. Talvez essas manifestações de violência tenham sido tão identificadas porque representam situações que podem acontecer com qualquer um, a qualquer hora. Diferentemente da violência doméstica ou da violência dentro da escola, essa forma de violência é vista como dispersa na sociedade, fluida, não delimitada por quatro paredes, nem por muros institucionais. Podemos usar a imagem proposta por Caldeira (2000) de sensação de “alastramento” da violência. Para essa autora, significação, violência e ordem estão relacionadas. Ou seja, quando se fala exaustivamente sobre histórias de violência, ou em seus próprios termos, crimes, cria-se uma ordem simbólica que responsabiliza e, assim, discrimina determinados grupos. Essa forma categorizante de pensar a realidade ajuda a deslegitimar *“as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos ou ilegais”* (idem, 2000: 43). Em outras palavras, a violência é relacionada com o fracasso

de algumas instituições a quem se atribui o papel de contenção da criminalidade, por meio da violência<sup>16</sup>. A briga entre grupos rivais pode não ter sido considerada mais fortemente como violência por poder ser atribuída, menos à inocuidade de algumas instituições e mais a características atribuídas a alguns grupos, que são sempre “o outro”, “o diferente de mim”? São poucas as respostas à pergunta “quando é violência?”, pois somente alguns precisaram impor condições para caracterizar a briga entre rivais como tal. Algumas respostas estão incompreensíveis e em um caso a pessoa preferiu não responder. Das respostas restantes, reproduzimos: “Quando há morte”, “Quando se agredem fisicamente” e “Por serem iguais estão acostumados à violência”, essa última bastante próxima de nossas hipóteses.

Por outro lado, a mais elevada porcentagem, entre as duas situações, de pessoas que não consideram a vingança contra um crime uma situação de violência pode estar ligada à consideração de que, diante de instituições que não dão conta daquilo que se considera sua função, é válido que se aja com seus próprios meios, ou que se faça justiça com as próprias mãos. Há algumas respostas que vão nesse sentido: “Se a polícia não resolver”, “Se for meu sangue eu defendo”, “Depende da reação”. No entanto, embora essa questão não permita identificar posicionamentos valorativos, podemos supor que as pessoas que responderam ser a vingança violência ou não, dependendo de alguma coisa, provavelmente a rejeitam como comportamento justificável: “Estupidéz, pois um erro não justifica o outro”, “Matar não é o correto, só Deus pode tirar a vida”, “Violência gera violência. Deus é tudo”.

Nas frases seguintes podemos perceber opiniões com maior clareza. O quadro 21 mostra as porcentagens:

Quadro 21

**CONCORDA COM A FRASE? – VIOLÊNCIA COMO MEIO (EM %)**

	Concordo	Discordo	Tanto Faz
Às vezes o professor precisa agredir o aluno para ser respeitado.	14,2	83,9	1,6
Se a polícia não agir com violência, os bandidos tomam conta.	75,1	21,3	2,6
A polícia e os seguranças podem revistar as pessoas por causa da aparência.	24,4	73,4	0,7

Se nos lembrarmos da porcentagem de 84,8% de pessoas que consideravam violência a agressão do professor ao aluno, há pouco apresentada, poderemos notar que ela se aproxima da porcentagem de pessoas que não concordam com o fato de o professor utilizar esse recurso para ser respeitado. Embora 14,2% não seja uma porcentagem desprezível, é positiva a alta porcentagem dos que não consideram a violência um meio legítimo. O mesmo não se pode dizer em

16 Nesse mesmo livro Caldeira conta a resistência e as críticas que o então governador do estado de São Paulo, Franco Montoro, sofreu, nos anos 1980, quando defendeu e lutou para implementar uma polícia que se orientasse pelo respeito aos direitos dos cidadãos e eliminasse de sua prática o recurso à violência. Conta como outras autoridades, e até mesmo parte da população, pediam medidas “mais duras” por parte desta instituição. Caldeira atribui esse comportamento não só a uma disfunção institucional, mas a “um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica ordem e autoridade ao uso da violência” (Caldeira, 2000: 136).



relação à porcentagem de pessoas que concordam que a polícia deve agir com violência para cumprir a sua função. Podemos reunir as duas hipóteses aventadas anteriormente sobre o pensamento que discrimina alguns grupos, atribuindo-lhes atitudes violentas, como se fossem características naturais, e a crença de que o mal que esses grupos representam deve ser controlado por meio de repressão violenta. O “outro” aparece, aqui, como “os bandidos”, e a instituição toma forma da polícia. Por trás desse resultado, pode estar a idéia corrente de que “alguém precisa fazer o trabalho sujo” e esse alguém é a polícia. Essa frase teve a terceira maior porcentagem de concordância, sugerindo uma situação em que o uso da violência não encontraria resistência ou crítica.

Quando a realidade é pensada em termos de “nós” e “eles”, parece ser mais fácil aceitar o uso da violência. É esse tipo de raciocínio que pode estar por trás das críticas à defesa dos direitos humanos, como “defesa de bandidos” – é a defesa “deles”, do “outro”, do “mal”. Entretanto, quando existe a possibilidade de utilizar essa violência em nome da segurança contra “nós”, então ela tende a ser rejeitada. Perguntamos aos entrevistados se concordavam que policiais e seguranças poderiam revistar pessoas devido à sua aparência. Nessa situação, mantém-se a imagem do policial e do segurança, mas desaparece aquela distinção: “os bandidos”. No que diz respeito à aparência, nada garante a separação entre “nós” e “eles”. Talvez, por isso, nesse caso, haja maior tendência em se discordar desse procedimento dos policiais e seguranças. Quase 25% dos entrevistados acham que a aparência “duvidosa” justifica a revista de pessoas por parte da polícia. Essa preconceituosa afirmação revela que o perigo tem uma “cara”, uma “aparência” e pode recuperar o estereótipo de “classes pobres, classes perigosas”.

### Violência e violação de direitos

O uso da violência para atingir qualquer fim está intimamente ligado à violação dos direitos. Mas se raciocinásemos em sentido inverso, a que conclusão chegaríamos? Se a violência é encarada como violação de direitos, a violação de direitos é, também, vista como violência? Tomando o total dos resultados, situações de violação de direitos foram classificadas pelos entrevistados como violência, mas as porcentagens são bastante reduzidas em relação às situações anteriores, que focalizavam formas mais agudas de violência. O quadro 22 mostra as últimas situações apresentadas aos entrevistados e quais eles identificavam como situações violentas ou não:

QUADRO 22

#### ESSA É UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA? – VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS (EM %)

Situação	É violência	Não é violência	Depende
Uma pessoa é ofendida por causa de sua cor.	88,6	10,4	0,9
Uma pessoa que vive em situação de miséria.	52,2	40,8	4,8
Um (a) chefe de família que está há muito tempo desempregado (a).	49,3	40	7,8
Uma pessoa com uma doença grave que precisa esperar três meses para fazer exame.	75,3	20,6	2,9
Um posto de saúde sujo.	72,7	22,5	3,6
Uma pessoa que não consegue emprego porque é portadora de deficiência.	69,6	25,3	3,8

Bater no filho porque ele fez algo errado, um chefe de família desempregado e uma pessoa que vive em miséria são as três situações menos identificadas como violência, nessa ordem. Essas duas últimas proposições permitem refletir sobre o significado da idéia de direitos. Talvez o trabalho não seja visto como um direito, mas como algo contingente, que obedece a leis sobre as quais não há controle e, portanto, sobre o que nada pode ser feito. Já a situação de miséria, muito embora pudesse representar a ausência total de direitos, não foi considerada violência por grande parte dos entrevistados. Quando olhamos para as respostas daqueles que relativizaram essas situações, percebemos um elemento comum a elas: a atribuição de responsabilidade àquele que está desempregado ou vive na miséria. Algumas respostas sobre a situação de desemprego: *“A pessoa tem que insistir e procurar emprego”, “Atitude. Pode ser que ela não queira trabalhar”, “Se ficar no boteco ou bar”, “Pra mim é uma pessoa acomodada”, “Tem gente que não quer trabalhar”, “Se for vagabundo”, “Tem deles que não gosta de trabalhar”*. Mas há, também, respostas que indicam uma compreensão de que o problema não se restringe à vontade pessoal: *“A partir do momento que vem dos órgãos superiores, governantes”, “Não é culpa da pessoa, situação do país”, “Não encontra emprego decente”, “Quando a pessoa levanta cedo e chega à noite sem resultado”*. Algumas identificam, ainda, situações de preconceito que dificultam o acesso ao mercado de trabalho: *“Passa dos 40, ninguém dá emprego”, “Se não consegue emprego por erros cometidos no passado”, “Quando é considerado o local em que nasceu e pela cor, idade”, “Discriminação”*. Mesmo essas percepções não levaram os entrevistados a classificar as suas experiências como violência. No caso da situação de miséria, há também a referência à vontade individual: *“Tem pessoa que não se esforça para sair da miséria”, “Quando a pessoa fica acomodada”, “Quando não há força para trabalhar, não é violência”, “Tem gente que vive numa boa e vivem em violência”*. Algumas respostas consideram a miséria violência apenas se ela alcançar o extremo: *“Quando não tem o que comer”, “Quando morre de fome”, “Se não tem nada, é violência”, “Se ver os filhos passar fome”*.

Um último aspecto digno de nota é o fato de que, para ambas as situações, houve respostas que não consideraram a miséria ou o desemprego como situações que violam direitos e, por isso, poderiam ser vistas como violentas. A violência se configuraria, apenas, no momento em que uma pessoa, em alguma dessas situações, partisse para ações mais facilmente identificadas como violência. Ou seja, elas não são vistas como vítimas de violência, em razão das privações a que possam estar sujeitas, mas como seus potenciais agentes. São exemplos de idéias desse tipo: *“Quando parte para o crime”, “Caminha para a violência”, “Quando passa a roubar”, “Quando precisa roubar para sobreviver”*. É interessante notar, ainda, que essas considerações foram mais frequentes no caso da situação de miséria do que na situação do chefe de família desempregado. A imagem do “pai de família” poderia ter alguma influência nesse aspecto? Isto é, ela corresponde menos à imagem que se constrói de um “bandido”?

Procuramos, ainda, investigar a questão dos direitos em sua relação com a violência, por meio de direitos específicos: primeiramente, o direito à saúde. Poderíamos afirmar que, em sua formulação ideal, o direito à saúde pressupõe um atendimento imediato e de qualidade, com boa infraestrutura, bons profissionais e baseado no respeito e na confiança. Situações diferentes dessa não são, no entanto, sempre vistos como violação de um direito. A espera por um exame e um posto de saúde sujo foram considerados situações de violência por parte considerável dos entrevistados, mas as porcentagens de 22,5% e 3,6% que não as consideraram dessa forma, respondendo “depende”, respectivamente, são significativas, tendo em vista que as regiões onde a pesquisa foi

feita freqüentemente são caracterizadas como regiões onde os esforços para a melhoria dos serviços acabam suplantados pelas dificuldades e carências. Reproduzimos, aqui, algumas das respostas daqueles que não consideraram ou rejeitaram prontamente a hipótese de que essas situações possam ser consideradas de violência. Talvez seja possível interpretá-las como indicando a consideração de uma situação de violação, por meio das menções ao desrespeito, à negligência ou ao descaso. No caso da espera por um exame: “Existe falta de respeito”, “Falta competência do governo”, “Por negligência”, “Quando fica jogado com descaso”, “Violência do órgão com o ser humano”. No caso do posto de saúde sujo: “Administração está errada”, “Falta de empenho dos governantes”, “Falta de limpeza é negligência”, “Falta de responsabilidade”, “Falta gerenciamento”. Podemos supor que, embora não sejam denominadas de violência, são situações em que as pessoas se sentem agredidas de alguma forma. Agressões que nos permitem, aqui, considerá-las situação de violência.

Finalmente, outra forma de violação de direitos pode ser caracterizada por comportamentos discriminatórios. As situações mencionadas e que envolvem preconceito étnico/ racial e contra deficientes podem assemelhar-se a situações de violência porque geram pré-julgamentos que orientam condutas e tratamentos relativos a determinados grupos de pessoas. As semelhanças, no entanto, acabam aqui, já que cada problema tem histórias e discussões próprias.

Talvez, para ambos, possamos utilizar as definições sobre as diferenças entre preconceito e discriminação, exploradas por Santos (2001): O preconceito diz respeito a atitudes de uma pessoa ou grupo, em relação a outra pessoa ou grupo, refere-se a modos de ver. A ação que traduz essa formulação prévia e independente da realidade, na medida em que se manifesta de maneira prejudicial e, muitas vezes, destrutiva em relação ao outro a quem se julga, configura-se como discriminação. Santos faz essa discussão no campo das questões de preconceito racial. Racismo, define ele, está ao lado do preconceito, como atitude. Se compararmos as porcentagens dos que consideram violência a exclusão da oportunidade de trabalho para a pessoa deficiente, com a ofensa em função da cor, veremos que na segunda situação a porcentagem de concordância é maior. Muito provavelmente, a identificação desse tipo de situação como violenta resulta do amplo debate promovido por organizações da comunidade negra, no sentido de explicitar as inúmeras situações de violação de direitos que enfrentam cotidianamente. Soma-se a isso o fato de que 51% dos entrevistados são negros e, assim, podem identificar e falar dessa violência em primeira pessoa. O esforço em torno dessa questão qualifica-se cada vez mais por meio das informações produzidas acerca dos prejuízos que atitudes e ações discriminatórias causam, silenciosamente. Tomemos, como exemplo, a questão escolar: A pesquisa “Voz dos Adolescentes”, realizada recentemente<sup>17</sup> pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) apresenta que entre adolescentes de cores branca, preta, parda, amarela ou indígenas, os negros representam a segunda<sup>18</sup> maior porcentagem de abandono da escola, com 11, 6% das respostas. Pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) analisou dados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) de 2001 e constatou que a evasão escolar é maior entre estudantes negros do que entre estudantes brancos. Considerando o total de alunos matriculados, enquanto a porcentagem de brancos tende a aumentar da 4.<sup>a</sup> série até o terceiro ano do ensino médio, de 44% para 54% dos alunos, a porcentagem de matriculados negros apresenta declínio: de 12% para 6% do total de alunos. A

---

17 A publicação não possui data.

18 Adolescentes indígenas apresentaram porcentagem de 19%. A pesquisa usou o critério de auto classificação.

queda no desempenho, efeito (indicado por muitos estudiosos do tema) de situações de discriminação também foi detectada: entre 1995 e 2001, o desempenho de alunos brancos da 4.<sup>a</sup> série em língua portuguesa, por exemplo, caiu de 193,4 para 174. Entre alunos negros, da mesma série e na mesma disciplina, a queda foi de 173,8 para 147,9<sup>19</sup>. Possível efeito da longa data dessa discussão pode ser também o fato de que, entre todas as situações propostas, essa foi a que menos recebeu condições para ser caracterizada como violência. Essa questão também refere-se ao grau da ofensa: *“Quando fala com muita raiva e mais ofensas”*. Porém, as demais respostas igualmente identificam a violência com preconceito e discriminação: *“Quando é preconceito”*, *“Racismo”*, *“Quando é discriminado”*. O fato da identificação entre ofensa pela cor e violência ter necessitado da explicitação de que é violência se houver preconceito e racismo sugere que a dificuldade não está em ligar essas atitudes à violência, mas ofensa por causa da cor a situações que se configuram como preconceituosas ou racistas. Em outras palavras, por que foi necessário explicar que a ofensa é violência quando está carregada de preconceito? Acaso alguma situação em que uma pessoa é ofendida devido à sua cor pode não ser caracterizada como preconceito, racismo ou discriminação e, portanto, violência?

No caso da situação que impede uma pessoa deficiente de exercer uma atividade profissional exclusivamente pelo fato de ela ser deficiente, as dificuldades envolvidas são de outra ordem. O preconceito, muitas vezes, parece ter relação com a falta de informação e preparo em relação à deficiência. Ela leva, por exemplo, a que se avalie mais as limitações do que as potencialidades profissionais do candidato deficiente para determinadas tarefas. Além disso, suscita medos e dúvidas sobre como tratá-lo. Considerando essas dificuldades dentro de um contexto mais amplo do que o dos fatos pontuais, muitas situações que podem, no dia-a-dia, violar os direitos dessas pessoas, podem ser subestimadas ou, mesmo, tratadas como problemas particulares e, portanto, fora do âmbito de interesses gerais dos direitos. Atitudes discriminatórias, de forma geral e em suas manifestações específicas, são atitudes violadoras de direitos que às vezes trazem diversos tipos de prejuízos àqueles que são alvo delas. Talvez fosse interessante investigar por que 25,3% dos entrevistados não consideraram a negação de uma oportunidade de trabalho, cuja única justificativa era a deficiência, como uma situação violenta. Entre aqueles que responderam *“depende”*, tal situação foi considerada discriminatória, o que é um fator positivo. Mas podemos repetir a questão: justificar a negativa pelo fato de a pessoa ser deficiente não denota, sempre, um pré-conceito?

A idéia de que o entendimento sobre os direitos é variado e gera posicionamentos diversos em cada situação, pode ser reforçada se observarmos que, quando se trata de uma menção genérica a eles, o índice de concordância é o mais elevado entre toda as situações: 97,6%. O quadro 23 mostra as últimas frases que expressam alguma opinião em relação aos direitos:

---

19 Pesquisa divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, 15/07/2003, C-4. A escala de notas do SAEB vai de 125 a 145.

Quadro 23

**CONCORDA COM A FRASE? – VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS (EM %)**

	Concordo	Discordo	Tanto Faz
É importante que as pessoas exijam seus direitos.	97,6	1,6	0,2
Não tem problema uma pessoa esconder alguma coisa do médico por vergonha ou medo de levar uma bronca.	9,7	88,9	1,2
É melhor um hospital ruim perto que um bom hospital longe.	29,4	68,3	1,7
Seria bom se todas as crianças pudessem estudar, mas se preciso, elas devem trabalhar.	40,7	57,1	1,6

Mesmo que a defesa dos direitos seja quase consensual entre os entrevistados, quando colocados sob o pano de fundo da realidade, é provável que outros fatores tenham sido considerados preponderantes. O caso que mais sugere essa idéia é a concordância que envolveu a situação em que, impelidas pela necessidade, crianças devem trabalhar. Ainda que se mencione a importância do estudo, a urgência causada pelas carências e dificuldades materiais parecem ter sido priorizadas diante do direito de estudar. Embora sua importância seja reconhecida, a defesa desse direito é preterida diante das demandas mais imediatas. Em menor proporção, o mesmo ocorre em relação ao direito de saúde. Quase 30% dos entrevistados prefeririam um hospital ruim, mas que fosse de fácil acesso, a um bom hospital, cujos serviços eles teriam dificuldade para alcançar. Invadindo o terreno da especulação, podemos pensar que a situação de alguns dos entrevistados que assim se posicionaram é exatamente esta: não têm um bom hospital em sua região, apesar de ouvir notícias de outros hospitais que são bons. A defesa desse direito, caracterizada pelo direito a um bom hospital, também não apareceu como alternativa aos dois caminhos propostos. Já a relação médico-paciente não foi aceita como passível de conter desconfianças ou subordinação. Talvez por se tratar de uma situação que descreva uma relação de proximidade entre duas figuras, possa ter parecido mais ao alcance de alguma intervenção, como a reclamação de um atendimento insatisfatório, por exemplo.

A violação dos direitos não é assunto que deva se excluir dos debates acerca da violência. Telles (2000) aponta a violência como metáfora do desmanche da estabilidade que os direitos no campo do trabalho, entendidos como linguagem que permite a articulação de reivindicações por atores públicos, na medida em que ambos, violência e desmonte dos direitos, marcam a dinâmica da vida com o símbolo do imponderável, da aleatoriedade. Diferente de Caldeira, Telles não acredita que a violência seja vista como a proliferação do mal que se alastra e que só diz respeito ao outro: *“Em suas narrativas, o desemprego, a falta de perspectivas, principalmente para os jovens, e até mesmo a loucura, são fenômenos correlatos à violência. É uma analogia discursiva recorrente”*. O debate está posto e, certamente ele é mais extenso do que aquilo que se apresentou aqui. Pensar a realidade nunca é um exercício de obviedades; não há respostas certas ou erradas. Olhar a vida ao redor, suas lacunas e arestas, suas sutilezas e cruezas está ao alcance de qualquer um de nós. É o primeiro passo para poder pensar sobre ela. É o primeiro passo para escolher que posição iremos assumir diante dela.

## CAPÍTULO 3

### IMPACTO DA VIOLÊNCIA

#### Atitudes

Saber que não há forma isenta de entrar num debate pode gerar dúvidas e, no limite, gerar paralisia. Para falarmos sobre violência, foi preciso delimitar um campo, escolher sentidos e justificar essas escolhas. As dúvidas vêm no sentido de suas conseqüências: quais aspectos deixamos de olhar? Quais falas não foram captadas? O quão verossímeis são nossas hipóteses? Sabemos que dependendo da forma como descrevemos ou problematizamos algum elemento da realidade, acabamos levantando questões sobre outros, que talvez não tenham ligação direta ou evidente entre si. No caso da violência, isso também acontece. A importância de pensar nesse problema não diminui o fato de que falar sobre ele produz efeitos na forma de pensar em diversos aspectos da vida. Um bom exemplo é a estatística: inicialmente, ela retrata, se não toda, parte da realidade. A partir do que é dito sobre os dados que ela apresenta, no entanto, é possível fazer a ressalva de que eles não só dizem algo sobre a realidade, mas têm como resultado, embora não intencional, moldar a realidade que pretendem apenas descrever, isto é, se os números indicam que em determinado lugar os índices de violência são tais, isso pode alterar a forma como as pessoas daquele lugar vêem, classificam ou reagem a acontecimentos do seu entorno, como podem também alterar a forma como aquele lugar e as pessoas que residem nele são vistos e tratados por quem não reside lá. O que fazer? Renunciar às estatísticas? Ou recorrer a elas para orientar ações?

Dilema semelhante se colocou a essa pesquisa. Ao lado da tentativa de identificar o que os moradores entrevistados entendem por violência, esclarecemos nosso ponto de vista, impregnado de nossa atuação prática na defesa de direitos. Quando perguntamos aos entrevistados se eles haviam deixado de fazer determinadas atividades devido à violência, não nos esquecemos das discussões durante as formações, a idéia de aumento da violência era questionada. Depoimentos que recordavam acontecimentos violentos anteriores às iniciativas voltadas ao seu combate, hoje mais contundentes, levantavam dúvidas a respeito do que entendíamos sobre violência, o seu aumento e os seus efeitos. O debate é infundável e seria fadada ao fracasso a pretensão de reproduzir a opinião de nossos interlocutores. Apesar de todas as ressalvas, escolhemos fazer a pergunta e acrescentar a ela as percepções dos entrevistados acerca de seu bairro, das relações e das expectativas em relação ao que pode ser feito.

Assim, o que entendemos por “atitude” não se refere apenas a uma ação dirigida a algo, no caso, à violência. Com esse nome designamos hábitos, comportamentos cotidianos, avaliações que constroem uma maneira possível de falar sobre o dia-a-dia. Com essa idéia no horizonte, perguntamos às pessoas com quem conversamos se elas haviam deixado de fazer algo ou ir a algum lugar por causa da violência. A diferença entre as pessoas que responderam sim e as que responderam negativamente não é grande: 57,5% e 42,5%, respectivamente. Esse dado ajuda a levantar questões sobre algo que é dito de maneira um tanto óbvia acerca de uma “sensação de aumento da violência”. O que esse dado fala sobre a realidade? Trata-se de “banalização da violência”, isto é, as pessoas acostumaram-se a ela e a aceitam-na como parte da vida? Ou podemos

considerá-lo uma indicação de que há uma reorganização de formas de sociabilidade que responde a um impacto ou, talvez, a uma mudança muito mais ampla do que o fenômeno da violência, independentemente da forma como o possamos definir, já que, nessa questão, o termo não foi especificado de nenhuma maneira?

Aos que disseram ter deixado de fazer alguma coisa ou ir a algum lugar por causa da violência, perguntamos que hábitos ou lugares tinham abandonado. Práticas cotidianas e atividades de lazer dentro do bairro foram as respostas mais freqüentes. Essa era uma questão aberta e os entrevistados podiam citar mais de um lugar ou situação. O quadro 24 mostra as freqüências das respostas citadas em primeiro lugar e agrupadas em categorias:

Quadro 24

**DEIXOU DE FAZER ALGO OU IR A ALGUM LUGAR POR CAUSA DA VIOLÊNCIA? (PRIMEIRA OPÇÃO\*)**

Respostas	%
Atividades/ locais relacionados a práticas cotidianas	40,0
Atividades/ locais de lazer nos limites do bairro	39,7
Atividades/ locais de lazer para além dos limites do bairro	11,8
Atividades/ locais relacionados ao círculo restrito de relações	5,5
Outros	3,0

\* Nas respostas em que apareceram mais de uma atividade ou lugar, o lazer no bairro foi o mais citado. As atividades cotidianas e de lazer fora do bairro têm a mesma porcentagem. Nas que tiveram uma terceira opção foram citadas práticas cotidianas e atividades ou locais relacionados ao círculo restrito de relações. Como esses casos não são numerosos (a maior parte dos entrevistados respondeu, mencionando uma situação ou local), não as reproduziremos aqui com as respectivas porcentagens. De maneira geral, mantém a ordem desse primeiro quadro.

Sob a categoria “atividades ou locais relacionados a práticas cotidianas”, estão relacionadas respostas como: “*ir ao shopping*”, “*ir ao banco*”, “*empregos que exijam sair à noite*”, “*fazer compras em outras localidades*”, “*dirigir*”, “*andar à noite*”. Como atividades de lazer dentro dos limites do bairro, entendemos: “*ao salão*”, “*festas na comunidade*”, “*passar*”, “*pagode no meu bairro*”, “*na praça*”, “*cinema*”, “*pizzaria*”. Como atividades ou locais de lazer além das proximidades do bairro: “*estádios de futebol*”, “*praia*”, “*visitar parentes no interior*”. Atividades ou locais relacionados ao círculo restrito de relações: “*visitar amigos*”, “*ir na casa da minha namorada*”, “*de se divertir com a família*”. Finalmente, sob a categoria “outros” reunimos respostas como as extremas: “*tudo*” e “*qualquer lugar*”.

Pesquisa realizada em dez capitais brasileiras pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), em 1999, elaborou uma questão semelhante, mas com alternativas fechadas. Os resultados para São Paulo seguem as mesmas tendências das outras capitais: a resposta mais freqüente foi “*evitou sair à noite*”, com 47% das respostas. “*Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade*” foi a segunda resposta mais freqüente, com 29%. Na seqüência, vieram as respostas: “*Mudar o trajeto de casa para o trabalho, ou para a escola*”, com 18% e “*evitar conversas com vizinhos*”, com 15%. Aparecendo em 9% das respostas, a última opção foi “*deixar de usar uma linha de ônibus*”. Embora as alternativas propostas na pesquisa do NEV e as categorias

construídas a partir das respostas a essa pesquisa sejam diferentes e não propiciem comparações muito detalhadas, ambas apresentam a ênfase das respostas em situações cotidianas, simples. Mas e diante de uma situação que consideram violência, o que julgam possível ou estão dispostos a fazer? Caso presenciassem uma situação de violência, 45,4% dos entrevistados disseram que tomariam uma atitude. Desses, 26,2% interviriam diretamente na situação: tentariam conversar com as pessoas envolvidas e, em caso de briga, procurariam afastá-las e apaziguar o conflito. Os 73,8 % restantes disseram que interviriam, mas de forma mediada, recorrendo ao auxílio de outras pessoas ou a alguma instituição que julgassem mais preparadas para intervir diretamente. O quadro 25 mostra as porcentagens de cada resposta, considerando o seu total:

Quadro 25

**QUE ATITUDE VOCÊ TOMARIA DIANTE DE UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA?**

Tipo de atitude	%
Chamaria a polícia/faria denúncia	57,7
Intervenção direta	26,2
Chamaria amigos/vizinhos	1,6
Intervenção mediada sem especificação	4,5

Apesar dos problemas apontados no que diz respeito à atuação e ao papel da polícia, para os entrevistados ela ainda é importante quando se trata de intervir em situações de violência. Esse resultado sugere que são válidas as discussões e ações acerca da qualificação dessa corporação. Unimos a recorrência a ela à denúncia, já que a denúncia é feita, também, por meio da polícia. Desses 57,7%, 56% mencionaram explicitamente a corporação. Sob a categoria “*intervenção sem especificação*” reunimos respostas como: “*pediria ajuda*” ou “*pediria socorro*”.

A maior parte, porém, dos entrevistados, 54,6% do total, não tomaria nenhuma atitude, caso se deparasse com uma situação que considerasse violenta. Perguntamos o motivo e maior parte dos entrevistados deu uma resposta esperada: o medo. Respostas ligadas a auto-preservação são 66,3% do total e se referem ao medo de vingança, medo de que algo aconteça contra si ou a sua família. O segundo tipo de resposta mais citada trata de valores. São exemplos: “*não sou de briga*”, “*não devemos nos meter em coisas alheias*”, “*em briga de vizinhos não se mete a colher*”, “*cada um resolve seus problemas*”. Algumas delas falam sobre a falta de confiança em serviços ou instituições às quais poderiam recorrer. Em nossas formações é razoavelmente comum mencionar ocasiões em que, feita a denúncia por telefone, os denunciantes não a confirmam aos policiais que vão ao local apurá-la, justamente por medo de retaliações. Sob “*outros*”, estão respostas genéricas, como: “*porque a violência é muito grande*” ou “*nunca se sabe*”. O quadro 26 mostra os resultados:

Quadro 26

**POR QUE VOCÊ NÃO TOMARIA UMA ATITUDE DIANTE DE UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA?**

Justificativa	%
Respostas ligadas à auto-preservação	66,3
Respostas ligadas a valores	25,7
Respostas ligadas à fragilidade dos serviços	2,9
Não sei/depende	2,2
Outros	2,9



Essas respostas revelam um pouco da complexidade que envolve o assunto e ao qual nos referimos há pouco, quando perguntamos se os entrevistados haviam abandonado hábitos ou atividades por causa da violência. Nessa questão também não especificamos nenhuma situação. Olhando para os resultados de maneira geral, de um lado há parcela considerável de pessoas que não alteraram suas rotinas em razão de um cotidiano possivelmente mais violento, sugerindo que há “porções” de suas vidas preservadas e que se mantêm inalteradas. Por outro lado, grande parte das pessoas teria medo de interferir, de alguma forma, numa situação violenta que presenciasse. Esta conduta poderia corroborar algumas análises que atribuem, ao aumento da violência, o enclausuramento na vida doméstica, o abandono de atividades coletivas e de locais públicos, e o enfraquecimento de laços de amizade e solidariedade entre vizinhos e pessoas próximas. A pesquisa realizada pelo NEV, citada anteriormente, apresenta diversas dessas interpretações. No entanto, os resultados do próprio estudo não indicam esse tipo de situação. Foi alto o índice de concordância com frases que descreviam situações de cooperação e confiança em relação à comunidade e aos seus moradores. Procuramos, conhecer, também, a forma como os moradores dos distritos onde trabalhamos falavam deles.

### Percepções do entorno

Primeiramente, tentamos investigar quais eram os locais onde os entrevistados achavam que existia violência, conforme mostra o quadro 27, já com as respectivas respostas:

Quadro 27

#### IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA (EM %):

Há problemas de violência:	Sim	Não	Não sei
Na sua cidade	98,1	1,2	0,7
No seu bairro	83,1	13,2	3,7
Na(s) escola(s) do seu bairro	69,5	17,1	13,4
Na sua família	14,8	84,5	0,7

As porcentagens sugerem que quanto mais próximas as manifestações de violência, mais difícil a sua identificação. Isso porque a violência pode ser atribuída apenas a suas formas mais extremas, como a criminalidade, ou porque são cotidianas, mais sutis ou, em alguns casos, consideradas naturais; hipóteses já exploradas anteriormente. Outro fator que pode ser importante para esse resultado é o fato de que, se sou “a família” e digo que nela há violência, “eu” posso ser “o violento”. De qualquer forma, quanto mais distante ou abrangente é o referencial, mais se atribui a existência da violência. Porém, mesmo que o bairro ou a cidade sejam cenários possíveis para acontecimentos violentos, nada impede que eles sejam também encarados como lugares com qualidades e atributos positivos. Pensando nessa possibilidade, perguntamos aos entrevistados quais as coisas do bairro que consideravam boas e as que consideravam ruins. O quadro 28 mostra as respostas à segunda questão:

Quadro 28

**QUAIS AS COISAS RUINS DO SEU BAIRRO?**

Respostas	%
Problemas de infra-estrutura/serviços públicos	40,3
Problemas relacionados à violência/criminalidade	39,3
Problemas para além dos limites do bairro	5,9
Problemas relacionados à fragilidade dos laços de sociabilidade e solidariedade	5,3
Nada	4,1
Tudo	2,1
Não sabe	2,6
Outros	0,4

As respostas que agrupamos sob a categoria “infra-estrutura/serviços públicos” são: ruas sem asfalto, terrenos vazios, falta de canalização de córregos, trânsito, ruas sujas, falta de lazer, falta de transporte, entre outros. São queixas antigas nos bairros da periferia e muitas delas estão no centro das reivindicações dos moradores no que se refere a melhorar as condições de vida da comunidade. Nas entrevistas, essas respostas apareceram mais do que as ligadas exclusivamente à violência ou à criminalidade e isso apesar da pesquisa ter sido apresentada como voltada a ela, o que pode ter trazido o tema à lembrança no momento da resposta. Além da menção ao termo propriamente dito, reunimos nessa categoria respostas como: “tráfico de drogas”, “assalto” e “agressão dos pais aos filhos”. Incluímos um grupo de respostas na categoria “problemas para além dos limites do bairro” depois de perceber que se formava um grupo de menções a problemas que eram notados dentro da comunidade e diziam respeito a dificuldades que estão além dela, como pobreza, desemprego, fome, baixos salários, moradores e crianças em situação de rua. Embora os problemas anteriormente citados não sejam peculiaridade dos bairros pesquisados, esse último grupo foi considerado sob uma categoria específica devido a sua representatividade significativa e à homogeneidade relativas à pauperização e precarização das condições de vida que vem atingindo parcelas cada vez mais largas da população. Por “problemas relacionados à fragilidade dos laços de sociabilidade e solidariedade” entendemos todas as respostas que faziam críticas a vizinhos ou pessoas que participam da vida daquelas comunidades. São alguns exemplos: “as pessoas”, “pessoas que não respeitam seus direitos”, “bares que vendem bebidas alcoólicas”, “desrespeito entre as pessoas”, “malandragem”, “desunião”, “pinguços”. Os 2,1% que consideram tudo ruim no bairro são minoria, apresentando porcentagem maior apenas do que aqueles cujas respostas foram bastante singulares, como “preconceito”, por exemplo. Quase o dobro, embora represente também uma porcentagem reduzida, é o número de pessoas que respondeu que nada é ruim no bairro. Esta porcentagem poderia subir se somássemos o número de pessoas que não souberam apontar coisas negativas na sua comunidade.

O quadro 29 mostra as respostas sobre as coisas boas do bairro:

Quadro 29

**QUAIS AS COISAS BOAS DO SEU BAIRRO?**

Respostas	%
Serviços/infra-estrutura do bairro	48,0
Qualidades atribuídas ao bairro/habitantes	20,7
Nada	15,0
Igreja	10,1
Não sei/ não lembro	3,1
Outros	2,1
Tudo	1,0

Ao apontar características positivas de seus bairros, a maior parte das respostas dos entrevistados referiu-se aos serviços e à infra-estrutura do bairro, também alvo das críticas citadas acima. Nesse caso, porém, a rede de comércio e a qualidade de alguns serviços, como os Agentes Comunitários de Saúde, foram citados apenas como aspectos positivos: posto de saúde, Agentes Comunitários, pontos de ônibus próximos, centros poliesportivos, escolas, áreas de lazer. Os estabelecimentos comerciais considerados positivos, devido à variedade e proximidade, foram: supermercados, padarias, farmácias, bancos, feiras, sacolões, postos de gasolina, açougue, entre outros. Com uma porcentagem considerável, houve respostas que atribuíram às qualidades do bairro e de seus moradores os pontos positivos. São exemplos de respostas: *“o bairro é tranquilo”, “é bom”, “é calmo” e “bons vizinhos”, “convivência com os amigos”, “diversão com os colegas”, “união”, “amizade”*.

No entanto, apesar daqueles que disseram não haver nada ruim em seu bairro, ou que não souberam dizer o que consideravam negativo, foi alta a porcentagem dos que afirmaram não existir nada de bom na comunidade. Separamos, ainda, a igreja do restante das respostas, também, pela frequência com que foi citada. Mais do que qualquer outro local que possa reunir pessoas de uma comunidade, como clubes ou associações, a igreja mostrou-se um referencial importante para boa parte dos entrevistados. Na categoria “outros” reunimos respostas diversificadas como: *“silêncio”, “minha casa”, “eu”*.

Avançando na tentativa de identificar percepções dos moradores em relação à sua comunidade, pedimos que avaliassem um elemento específico dela: a escola. Primeiramente perguntamos se eles achavam que a escola, ou escolas, de seu bairro tinha mais coisas boas ou ruins. Foi alta a porcentagem, 31,3%, dos que disseram não saber, o que talvez indique pouca proximidade com a escola. Muitos entrevistados que assim responderam justificaram-se dizendo que há muito não tinham mais filhos estudando. A escola, apesar dos esforços em transformá-la num espaço aberto à comunidade em geral<sup>20</sup>, ainda aparece como um lugar das crianças e adolescentes que nela estudam. No entanto, os que atribuíram à escola algum valor fizeram-no de maneira positiva: 43,7% disse que ela tem mais coisas boas do que coisas ruins e 25,0% afirmou que a escola tem mais

<sup>20</sup> São exemplos desse tipo de iniciativa projetos como “Parceiros do Futuro” e “Escola Aberta” e, mais recentemente, a construção dos Centros Educacionais Unificados, os CEUs.

coisas ruins. Nós quisemos saber, de cada um desses grupos de entrevistados, entre as coisas boas ou ruins que eles apontaram como relevantes, quais características compuseram a sua avaliação. Assim, aos que apontaram a escola como um lugar que tem mais coisas ruins, oferecemos algumas alternativas e perguntamos se elas faziam parte do que consideravam ruim. Aos que as apontaram aspectos negativos pedimos que escolhessem, entre outro conjunto de alternativas, quem consideravam o principal responsável pelo problema. O quadro 30 relaciona apenas as porcentagens de respostas positivas e a porcentagem para o principal responsável.

Quadro 30

**ENTRE AS COISAS QUE VOCÊ CONSIDERA RUINS DA(S) ESCOLA(S) DO SEU BAIRRO, QUAIS VOCÊ DESTACARIA E QUEM É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL?**

Coisas ruins	Sim	Principal responsável (%)
Violência	84,7	Governo – 37,6
Desrespeito entre alunos e professores	80,4	Alunos – 32,5
Falta de estrutura (sujeira, depredação, falta de salas de computação)	78,3	Governo – 39,5
Uso/ tráfico de drogas	77,8	Governo – 35,8
Falta de vagas	75,5	Governo – 68,3
Falta de aulas	72,7	Direção – 28,8
Ensino de baixa qualidade	67,8	Governo – 45,1

Antes de olharmos para os resultados, é importante informar que as alternativas oferecidas nessa questão (tanto características negativas, quanto as positivas, apresentadas a seguir) resultam de uma categorização de respostas dadas pelos Agentes, na fase em que o questionário estava sendo testado e discutido nas oficinas de formação em Direitos Humanos. Originalmente uma questão aberta, ela se transformou numa questão de múltipla escolha a partir das respostas mais frequentes dadas pelos Agentes Comunitários que a responderam. Mais especificamente ligada a essa primeira seqüência de elementos, é preciso ressaltar o que está sendo entendido como “violência”, dado que as demais categorias configuram, também, formas de violência, na linha em que trabalhamos aqui. Sob sua abrangência estão formas mais contundentes de violência, como agressões, físicas ou verbais, e comportamentos violentos, como ameaças ou situações de tensão.

Aqueles que encaram a escola de maneira negativa consideram a violência e o desrespeito entre alunos e professores os elementos que mais justificam tal avaliação. O ensino foi o menos destacado entre as qualidades negativas. No que diz respeito à responsabilização por esses problemas, o governo aparece como o grande responsável. Isso só não acontece quando os alunos são responsabilizados pelo desrespeito entre eles e os professores e quando não há aulas – nesses casos, os entrevistados acham que a principal responsável é a direção da escola. Nesse último caso, no entanto, a diferença em relação ao governo é mínima, já que ele foi apontado por 28,0%. Talvez isso tenha acontecido porque, nessas regiões pesquisadas, predominam as escolas públicas, cujos problemas são facilmente atribuídos às instâncias governamentais e há muito tempo. Na

verdade, são problemas amplos: a questão da violência e do tráfico invoca a imagem do poder público não só no que diz respeito à escola, mas também à dificuldade que existe, além dela. Falta de vagas ou de estrutura remetem a problemas específicos da escola, mas envolvem questões alheias às pessoas que fazem parte do dia-a-dia escolar, como a burocracia e a falta de recursos, que dizem respeito à área da educação pública, como um todo. O desrespeito entre alunos e professores e a falta de aulas, talvez por remeter a eventos que são pontuais, ainda que possam ser recorrentes, foram atribuídos a figuras mais presentes da escola: alunos e direção. A surpresa ficou por conta do ensino. Embora pudesse ser apontado como responsabilidade dos próprios professores, daqueles que o supervisionam – a direção ou coordenação pedagógica – ou dos seus interlocutores diretos – os alunos – foi também considerado responsabilidade do governo.

Questão semelhante foi feita àqueles que avaliaram a escola de seu bairro de forma positiva. O quadro 31 também foi construído da mesma maneira, alterando-se apenas as alternativas a serem destacadas pelos entrevistados:

Quadro 31

**ENTRE AS COISAS BOAS DA(S) ESCOLA(S) DO SEU BAIRRO , QUAIS VOCÊ DESTACARIA E QUEM É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL?**

Coisas boas	Sim	Principal responsável (%)
Ensino, bons professores	85,7	Direção – 37,9
Relação entre professores e alunos	79,3	Professores – 51,0
Participação da família nas atividades da escola	77,4	Direção – 30,0
Projetos para os alunos	70,8	Direção – 32,6
Merenda	70,2	Governo – 63,5
Estrutura (biblioteca, sala de computação e para portadores de deficiência, quadras)	67,5	Direção – 42,3
Atividades para a comunidade aos finais de semana	52,0	Direção – 38,9

A direção foi a principal responsável pelos aspectos positivos das escolas. Se quisermos dar seqüência às suposições sobre as características consideradas negativas, poderemos fazer uma primeira observação a respeito dos elementos oferecidos aos entrevistados: os aspectos positivos são menos heterogêneos entre si, se comparados aos apresentados no primeiro caso. Aqui, a maior parte deles refere-se a intervenções passíveis de decisão dentro da escola, como participação das famílias em suas atividades ou projetos para alunos. Estrutura e merenda poderiam ter sido atribuídas ao governo, mas na seqüência das características positivas essa atribuição só aconteceu com a merenda. A boa estrutura foi identificada como responsabilidade da direção, enquanto a falta de estrutura, do governo. Claro que não se trata, aqui, de fazer comparação que objetive avaliar essas instâncias, tampouco de comparação em busca de respostas contraditórias. No primeiro caso, porque é notória a complexidade de fatores que determinam o gerenciamento de uma escola e não cabem avaliações externas desse tipo. Ao invés disso, pode ser importante saber a quem a comunidade atribui determinadas responsabilidades, tanto para esclarecer equívocos e dúvidas, quanto para iniciar um diálogo com a comunidade, visando elaborar projetos conjuntos, por exemplo. A distinção que aparece entre governo, direção e professores aponta a percepção e a identificação de governo como responsável pelas decisões e políticas públicas, enquanto a direção e os professores

são servidores públicos, conhecidos pessoalmente, com vínculos na escola e comunidade. A segunda ressalva é de cunho analítico: não se deve comparar as respostas, uma vez que as pessoas que responderam as questões sobre os elementos positivos da escola não são as mesmas que abordaram os aspectos negativos. As primeiras questões foram respondidas apenas por aqueles que acham que a escola tem mais coisas boas do que coisas ruins. E somente aqueles que avaliaram a escola de forma negativa responderam a questão sobre seus problemas. Uma última comparação, nessa linha, pode ser feita a respeito da avaliação relativa ao relacionamento entre alunos e professores. Enquanto essa relação foi considerada um aspecto negativo da escola (*“desrespeito entre alunos e professores”*), os alunos foram apontados como os principais responsáveis por elas. Segundo aqueles que destacaram esse aspecto como uma característica positiva da escola, os professores são os principais responsáveis.

Muitas dessas opiniões estão sujeitas, insistimos, a uma série de fatores que estão além de nossa apreensão e a outros que são engendrados pelo momento da pesquisa. Para podermos nos apropriar de seus benefícios, precisamos considerá-la um terreno profícuo de novos questionamentos e possíveis respostas. Considerando os dados em seu conjunto, podemos perceber que as avaliações positivas têm o mesmo peso que as avaliações negativas. Torná-las fortes e visíveis não significa desconsiderar o que não está bom. Significa apenas não deixar que o contrário aconteça, isto é, que a qualidade seja sufocada por aquilo que está por melhorar. Para isso é importante conhecer, de maneira mais pontual, o que já existe e o que pode ser aproveitado nessa tarefa.

## CAPÍTULO 4

### **POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES**

Esse capítulo final apresenta o que já é feito nos distritos e o que foi sugerido pelos entrevistados como ações possíveis. Saber o que acontece é importante porque permite melhorar as iniciativas em curso e também pensar no que pode ser criado para complementar essas iniciativas. Daí a importância de saber o que os moradores sugerem como alternativas de melhoria e em que tipo de atividades estão dispostos a se engajar.

Começamos perguntando aos entrevistados se conheciam pessoas ou organizações que faziam algum tipo de trabalho em benefício da comunidade: 56,2% responderam que não e 43,8%, que sim. Esse resultado sugere a importância de as instituições divulgarem as suas ações e nelas envolverem projetos e beneficiários. Como são muitos os nomes de pessoas e instituições citadas, apresentamos aqui apenas as categorias de ação que desenvolvem. Anexos estão os nomes das instituições e pessoas mencionadas em cada distrito. O quadro 32 mostra as categorias de ação, o que cada categoria inclui e as porcentagens em que foram citadas:

Quadro 32

**COMO AS PESSOAS/INSTITUIÇÕES DE SEU BAIRRO AJUDAM A COMUNIDADE? (EM %)**

<b>Categoria</b>	<b>O que inclui</b>	<b>%</b>
Doação	Doações de cestas básicas, leite, alimentos, roupas, remédios, calçados, farelo nutricional, dinheiro	56,2
Cursos	Alfabetização, cursos profissionalizantes, atividades educativas, reforço escolar	14,6
Serviços de orientação, acompanhamento e encaminhamento	Auxílio a dependentes químicos, carentes, acompanhamento jurídico, projeto com adolescentes grávidas	13,4
Atividades mobilizadoras da comunidade	Reuniões com moradores, projetos de aproximação com a comunidade, pesquisas de bairro, realização de abaixo-assinados	4,9
Atividades recreativas	Promoção de jogos, passeios com crianças	2,0
Outras atividades	Auxílio a creches, empréstimo de cadeiras de rodas, promoção de bazares, oferta de serviços, como dentista ou pesagem de crianças	7,7
Não quis responder		0,3
Não sabe		0,9

A maior parte das pessoas ou instituições conhecidas pelos entrevistados trabalham com doações. A distribuição de bens diversos chega a 56,2%, se somarmos as doações de alimentos, predominante, com as doações de outros bens. Atividades de qualificação pessoal ficam em segundo lugar, seguidas de serviços de acompanhamento e orientação a grupos específicos, como jovens, idosos ou mulheres. Atividades recreativas e que mobilizam a comunidade são as menos citadas, e as que foram incluídas na categoria “outros” são, em geral, atividades individuais e, portanto, pontuais, com caráter de complementação de serviços já existentes ou oferecimento de outros, especializados.

Quando interrogados sobre o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida no bairro, há pouca ou nenhuma menção a atividades relacionadas a essas. As respostas mais frequentes dizem respeito a atitudes dos moradores: “a comunidade estar mais unida”, “a associação lutar mais pela melhoria do bairro”, “união da comunidade”, “que os moradores se unam e que o governo ajude essa iniciativa”. Essas respostas são interessantes se lembrarmos que atividades dedicadas a mobilizar os moradores são pouco conhecidas pelos entrevistados. As respostas que vêm na seqüência como as mais citadas são próximas entre si e foram separadas para facilitar a compreensão. Todas dizem respeito a decisões advindas da administração pública ou, de forma mais genérica, “do governo”. Porém, julgamos conveniente destacar as mais citadas entre elas, que são as ações destinadas a melhorar a infra-estrutura do bairro (“mais área de lazer”, “parques, cinemas, área verde”, “pavimentação”, ou “mais atendimento médico”) e medidas de ampliação de sua segurança (“mais polícia no bairro”, “criar uma delegacia”, “criar posto policial” ou “mais segurança”). Na categoria relacionada a ações do governo reunimos as respostas que fazem menção a ele: “a prefeitura estar mais perto dos jovens”, “o governo deveria ser mais forte, mais ciente das necessidades”, “projetos do governo” ou “o governo poderia ajudar a comunidade para que haja lazer, enfrentar os problemas no bairro”). O quadro 33 mostra as porcentagens de cada resposta:

Quadro 33

**O QUE PODERIA SER FEITO PARA ENFRENTAR OS PROBLEMAS DO BAIRRO? (EM %)**

O que poderia ser feito	%
Ações relacionadas a atitudes dos moradores	25,1
Ações relacionadas à infra-estrutura do bairro	21,6
Ações relacionadas à garantia e ampliação da segurança	21,6
Ações relacionadas à expectativa diante do governo/ administração pública	20,1
Não sabe	7,1
Outros	3,5
Nada	1,0

Finalmente, a menor parcela dos entrevistados participa de alguma atividade destinada a melhorar as condições de vida do bairro: 88,6% não participam e 11,4% disseram realizar algo em benefício da comunidade. Embora as atitudes tenham sido valorizadas quando perguntamos o que poderia ser feito pelo bairro, elas não tiveram o mesmo destaque quando perguntamos sobre a participação dos entrevistados. Em suas respostas consideraram mais espaços institucionalizados, como entidades, movimentos culturais ou partidários. Talvez por este motivo tenha sido tão elevada a porcentagem de moradores que disse não estar envolvida em alguma atividade. As respostas citadas e as respectivas porcentagens estão no quadro 34:

Quadro 34

**COMO OU DE QUAL ATIVIDADE VOCÊ PARTICIPA PARA MELHORAR O BAIRRO? (EM%)**

Atividades	%
Instituições, movimentos culturais, partidários ou esportivos	53,7
Atividades relacionadas à Igreja	22,4
Comportamentos, atitudes, ações	17,9
Outros	6,0

Como em outros casos, embora a igreja também seja um espaço institucional, nós a deixamos separada devido à expressiva frequência com que foi citada, destacando-se em relação a outras instituições ou grupos. Por comportamentos, atitudes e ações, devemos entender respostas como: “fazendo doações”, “procurando manter a frente da casa limpa”, “educação com vizinhos”. Na categoria “outros” estão respostas como: “votando” ou “participo quando dá”.

Pode-se considerar que há, ainda, pouca participação. Mas é preciso ponderar, também, sobre as dificuldades que envolvem o engajamento numa ação perene e persistente na busca de melhorias. Não apenas para justificar essa pequena participação, mas para minimizá-la e descobrir o potencial das ações localizadas. Se é importante haver cooperação para solucionar os problemas, é igualmente importante procurar informações que tornem claras as responsabilidades de cada um: dos indivíduos, das instituições e das instâncias governamentais. Nem a queixa, por um lado, nem a desconsideração de outros atores, por outro, pode ser produtiva quando o assunto é garantir melhorias. Os direitos são, nesse sentido, importante ponto de partida e de articulação de interes-



ses. Por isso é fundamental conhecê-los e as formas de torná-los efetivos, reais. Isso significa não esmorecer quando sua garantia parece impedida por obstáculos aparentemente intransponíveis. Contatar pessoas que tenham vivido situações semelhantes, serviços e organizações que forneçam mais informações sobre a melhor maneira de agir são caminhos possíveis. Preparar o campo das reivindicações exige trabalho e esforço conjunto, que resultam de avanços e retrocessos que, por sua vez, exigem persistência e coragem. Nessa seqüência de passos que parece não ter fim é que a rede dos direitos pode ser tecida, na união de nós e pontos, que se perdem e ganham, mas sem a qual não há rumo a seguir, nem motivos para continuar. Mas é preciso acreditar que esses motivos existem porque, de fato, existem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mas, afinal, para que serve uma pesquisa?” Depende. Talvez, para nada. Talvez para muito.

A justificativa mais imediata pode ser a menos convincente, mas pode ser a mais rica, se dermos chance para que ela se desdobre: conhecer. Conhecer pode parecer coisa pouca ou coisa para depois, diante de tanta urgência, diante de tanto a ser feito. Verdade. Mas conhecer é saber. E o saber que vale a pena é o saber que vive por meio de quem se apropria dele. Vive e se transforma sempre que alguém olha para ele e discorda, acha que pode ser de outro jeito. Sempre que alguém descobre algo novo nele. Sempre que alguém o faz circular, seja por meio de palavras, seja por meio de ações. Promover uma pesquisa entre as atividades de formação e as de preparar e executar planos de promoção de cidadania faz isso quase literalmente: tornar a ação melhor por meio do conhecimento, tornar o conhecimento melhor por meio da ação. Olhar para a realidade de que fazemos parte não é tarefa simples. Nem fácil. Distanciar-se dela, olhá-la de outra maneira pode ajudar a ver o que não víamos ou ver diferente aquilo que já nos parecia tão velho e sempre igual.

Os números apontam os trezes distritos como os mais violentos da cidade. O que fazer com esse dado? O interesse em conhecer foi, também, o interesse em ver esses números de outra forma: por meio das palavras das pessoas que vivem nesses lugares. De que tamanho ficam os números quando colocados ao lado de vivências e iniciativas que acontecem nesses mesmos lugares? Talvez nem menores, nem maiores. Mas, com certeza, diferentes. As dificuldades e as oportunidades andam no mesmo passo, em qualquer tempo e lugar e para as mais diversas pessoas. O fato de a violência estar tomando forma e proporções com as quais não concordamos não é condição suficiente para que a vida, em seus mais variados aspectos, esteja subordinada a ela. A violência como meio não é uma obviedade e muito menos um consenso. Por outro lado, existem muitas formas de violência que, silenciosamente, fazem parte de nosso dia-a-dia sem que nos demos conta delas. Parar e pensar em quais momentos somos agressores e agredidos é um aprendizado que pode ter efeitos sobre a nossa vida: desde o esforço de cultivar um comportamento mais respeitoso com os outros e com nós mesmos, até o esforço de travar discussões e encarar as questões mais cotidianas, a partir de uma linguagem que não seja meramente individualizante ou meritocrática, mas de uma fala comum a todos, como a dos direitos e da soma de esforços para soluções publicizadas. O que é preciso fazer para que não olhemos a realidade por meio de categorias em que as pessoas são classificadas e encaixadas? O que é possível fazer para melhorar o nosso entorno? Qual é a responsabilidade de cada um nesse desafio? Se essa pesquisa puder dar algumas pistas sobre isso, alcançou boa parte de seu objetivo.

Hoje, O IBEAC contou com a ajuda dos moradores, dos Agentes Comunitários de Saúde e de muitos outros envolvidos, para fazer a pergunta: “O que é violência para você?”. A idéia é que, amanhã, outras pessoas possam fazer outras perguntas que julguem importantes, e que troquem sua experiência e o que descobriram com tantos quantos quiserem. Muitas pessoas já fazem algo, outras ainda vão começar a fazer. Não importa quem deu o primeiro passo. O que importa é aonde queremos chegar. Para os que aceitam o convite, uma pesquisa pode iluminar os caminhos a percorrer.

## ANEXO 1

**FORMATAÇÃO DE CONCEITOS****Uma pequena justificativa**

Entre os objetivos e as metas do projeto, tomado em sua totalidade, o objetivo pontual que nos ocupa aqui é a confecção de um questionário, instrumento a ser utilizado na realização do diagnóstico da violência em treze distritos de saúde da periferia paulistana. Se, como diagnóstico, entendêssemos a localização geográfica, meramente espacial de acontecimentos violentos, talvez outros instrumentos devessem ser cogitados como mais adequados e eficientes. Embora esse tipo de informação tenha importância, não o tomamos como central em nosso entendimento sobre a elaboração diagnóstica. Pensando nos objetivos do projeto, visto também como forma de enfrentamento da violência, uma vez que visa formação e elaboração coletiva de planos de ação, o que orientou a formulação deste questionário foi a idéia de relação dos indivíduos com a violência: como eles percebem-na, como reagem e que sentidos atribuem a ela. Nessa escolha encontramos uma primeira questão: de que violência estamos falando? Lúcio Kowarick e Clara Ant (1982) chamam a atenção para a corrente identificação de violência com criminalidade. A criminalidade é uma das formas possíveis assumidas pela violência, mas não a única. Os autores propõem, então, um conceito amplo de violência, entendida como *“(...) um processo que direta ou indiretamente causa sérios danos às pessoas, comprometendo temporária ou definitivamente suas vidas. (...) Tomada a questão nesse prisma mais abrangente, poder-se-ia afirmar que, mesmo se a criminalidade viesse a diminuir substancialmente, São Paulo continuaria sendo uma cidade marcadamente violenta na medida em que nela persistem condições sócio-econômicas que danificam não só a qualidade de vida da maioria, mas sobretudo, a própria vida de amplos segmentos populacionais.”*<sup>1</sup> - grifos dos autores.

Nessa perspectiva, a violência é entendida como aspectos da vida que agridem um indivíduo não só em sua integridade física, mas também emocional, psicológica e de sua saúde. Essa forma de tratar o tema da violência, além de falar eficientemente de fenômenos sociais urbanos, tem afinidade também com outro eixo sobre o qual o projeto se assenta que é o da violação dos direitos. Quando falamos em carência de serviços básicos (saneamento, saúde, educação etc.), poluição, más condições de trabalho e remuneração, pauperização, falamos, tanto de formas de violência, no sentido que aqui adotamos (doméstica, de gênero, simbólica, institucional e outras), quanto de situações de violação de direitos. É pertinente, ainda, esclarecer que, embora quando falemos de Direitos Humanos, estejamos nos referindo a um amplo leque de garantias formais<sup>2</sup>, sejam individuais ou coletivas, nosso foco será em como a violação desses direitos aparece em situações cotidianas, ordinárias, muitas vezes sob a forma de acontecimento “normal”. Desta maneira, embora constituam fenômenos e conceitos diferentes, as questões serão trabalhadas de forma conjunta, já que não são excludentes. Ao contrário, se aproximam.

A delimitação das idéias de violência e violação de direitos não significa que forjaremos esse entendimento nas perguntas e, posteriormente, nas respostas e análises envolvidas nesse trabalho diagnóstico. Sua importância é exatamente auxiliar-nos a manter os maiores graus de clareza e

rigor possíveis nessas tarefas. Com uma idéia pré-definida do que pretendemos analisar, poderemos certificar-nos do quanto nossas próprias concepções estão influenciando os procedimentos, sejam de pesquisa, sejam de análise. Criar formas de monitorar e avaliar nossos procedimentos é uma maneira de zelar pela qualidade do trabalho e, na medida do necessário, outros parâmetros deverão ser criados ou os mesmos aperfeiçoados.

### **O questionário estrutura-se sob a seguinte forma:**

#### **O conceito de violência**

- O que é visto como violência?
- Idéias sobre violência e mídia
- Relação com a violência

#### **Quais valores ela mobiliza?**

- Existem formas de violência que são necessárias, justificáveis ou valorizadas?
- Violência como meio de prestígio ou poder

#### **Impacto no cotidiano**

- do indivíduo: mudança de hábito por causa da violência ou mudança de opinião em relação a ela?
- do bairro: mudança nas formas de sociabilidade, novas regras, eventos relacionados à violência?

#### **Reação**

- Há denúncia, medo, tolerância?
- Há disponibilidade para ação? Que disponibilidade e que ação?

\* \*

#### **Bibliografia consultada (ANEXO 1)**

ADORNO, Sérgio, BORDINI, Eliana B.T., LIMA, Renato Sérgio de. *O adolescente na criminalidade urbana de São Paulo*, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

CARDIA, Nancy. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: APOCS, 1993.

KOWARICK, Lúcio e ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo, in: BOSCH, Renato Raul. *A violência e a cidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MASSUNO, Elizabeth. *Violência de gênero: delegacia de defesa da mulher é necessária?*, Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações Sociais de Gênero/ NEMGE, São Paulo, 1999.

*Os direitos humanos no Brasil*, Núcleo de Estudos da Violência, São Paulo, 1993.

*Relatório de cidadania - os jovens e os direitos humanos, rede de Observatórios de Direitos Humanos*, Núcleo de Estudos da Violência/Instituto Sou da Paz, 2001.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Escola e juventude: aprender a aprender*, dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

## ANEXO 2

## **PROPOSTA DE TREINAMENTO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

### **Treinamento para a Pesquisa – Idéias Gerais**

#### **1. Objetivo**

Capacitar os Agentes de Saúde para a realização da pesquisa. Para isso é necessário:

- a. Conceituar o questionário como um meio para objetivos mais amplos. Em outras palavras, como instrumento e não como um fim em si mesmo, situando-o dentro do projeto.
- b. Discutir e definir os procedimentos que serão adotados no momento da pesquisa.

#### **1a. O questionário como instrumento**

- Sua utilização: uma opção
- Sua importância e limitações
- Por que registrar opiniões: o respeito ao outro

#### **1b. O momento da entrevista**

- Respeito ao entrevistado
- A sensibilidade e o lugar do entrevistador
- O risco: quando o diálogo torna-se bate-papo

#### **2. A importância da pesquisa**

- Entrevistado e entrevistador: a importância de cada um
- Os desafios e o prazer de superá-los
- Duração: 10 minutos (1 e 2)

#### **3. Leitura do questionário com os Agentes**

- Instruções e primeiro contato
- Duração: 20 minutos

#### **4. O treinamento**

- Aplicação do questionário em duplas de Agentes
- Registro de dúvidas, dificuldades, opiniões, sugestões
- Espaço para discussão
- Duração: 40 minutos

#### **5. Finalização**

ANEXO 3

## **FAX AOS AGENTES PARA SOLICITAÇÃO DE DADOS SOBRE SUA ÁREA DE TRABALHO**

A/C AGENTE COMUNITÁRIO(A) DE SAÚDE \_\_\_\_\_

Distrito de Saúde \_\_\_\_\_

Unidade Básica de Saúde \_\_\_\_\_

Prezado(a)(s) Agente(s) de Saúde:

Devido à dificuldade em recolher os dados solicitados anteriormente por telefone, estamos enviando esse fax para facilitar esse trabalho.

Pedimos que, por meio do fax: 3865 3211, a/c Nil, você nos envie os seguintes dados:

- Nomes das ruas onde você trabalha
- Número de casas em cada rua
- Número de homens com mais de 16 anos em cada rua
- Número de mulheres com mais de 16 anos em cada rua

Tomemos como exemplo José, um Agente Comunitário de Saúde que trabalha em 4 ruas:

Rua Dona Maria – 53 casas, 23 homens e 29 mulheres

Rua B – 70 casas, 40 homens, 60 mulheres

Vielha 24 – 16 casas, 25 homens, 32 mulheres

Avenida Joaquim – 35 casas, 30 homens, 41 mulheres

Como já foi dito pelo telefone, esses dados serão utilizados como informação para organizar o processo de pesquisa que logo será iniciado. O fato de solicitarmos esses dados a você não significa, necessariamente, que você será um dos entrevistadores. Brevemente estaremos nas unidades de saúde esclarecendo dúvidas e dando continuidade ao trabalho.

Agradeço antecipadamente,

*Márcia Cunha*

**COORDENADORA DE PESQUISA – IBEAC**

## ANEXO 4

**CARTA ENVIADA AOS COORDENADORES DAS EQUIPES  
DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COM CRITÉRIOS PARA A  
INDICAÇÃO DOS AGENTES QUE PARTICIPARÃO  
DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS**

Ao Coordenador(a) dos Agentes Comunitários de Saúde

Caro Coordenador(a)

Como é do seu conhecimento, estamos iniciando uma nova fase de nossas atividades, num projeto em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde – a aplicação de questionários que servirão para fazer um diagnóstico da violência. Para concretizá-la, contamos com sua fundamental colaboração.

A escolha das ruas incluídas na pesquisa foi feita por um especialista em estatística. Visando garantir objetividade e qualidade desse processo, definimos alguns critérios para orientá-lo no momento de escolher os Agentes Comunitários de Saúde que vão aplicar os questionários.

Ele deve:

1. Ter participado do Curso de Formação em Direitos Humanos oferecido pelo IBEAC nesse ano ou no ano passado.
2. Ter habilidades de conversação e escrita, para poder dialogar amistosamente com o entrevistado e preencher os questionários com facilidade e correção.
3. Ter afinidade com os temas relacionados aos Direitos Humanos, como o respeito às diferenças, a defesa dos direitos das minorias, a recusa à violência como forma de resolver conflitos etc.
4. Ser capaz de manter uma atitude de neutralidade e cordialidade no momento de coletar as informações.
5. Mostrar-se disposto a fazer esta tarefa.

Outro cuidado que tomamos foi a resolução de que o Agente escolhido não aplique questionários em sua própria área de atuação. A garantia desse procedimento depende de planejamento, com o qual estamos dispostos a colaborar. A primeira providência será fornecer-lhe os nomes das ruas sorteadas para a pesquisa.

Agradecemos sua cooperação e colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e obstáculos que precisam ser ultrapassados.

Cordialmente,

*Márcia Cunha*

**COORDENADORA DE PESQUISA – IBEAC**

## ANEXO 5

**PREPARAÇÃO PARA O CAMPO**

Agentes	Bairro	Rua	N. de casas	N. de homens	N. de mulheres	N. de questionários	Questionários para homens	Questionários para mulheres	Pulo
Agente 1 Chácara Santana	Chácara Santana	Rua Luís Seixas	138	203	228	5	3	2	27
(10 qst.)	Chácara Santana	Rua Anduí Mirim	163	253	369	5	2	3	32
Agente 1 Alfredo	Alfredo	Cosme da Silveira	46	51	62	3	1	2	15
(10 qst.)	Alfredo	Sebastião Cerret	43	43	53	3	2	1	14
	Alfredo	Taimis	57	83	82	4	2	2	14
Agente 1 Vila das Belezas	Vila das Belezas	Travessa Andréia Cima	43	41	38	3	2	1	14
(10 qst.)	Vila das Belezas	Tr. George Arié	25	32	31	3	1	2	8
	Vila das Belezas	Luiz Grassman	61	60	90	4	2	2	15
Agente 1 Figueira	Figueira	Domingos Furtado	45	92	103	4	2	2	11
(10 qst.)	Figueira	Estrada do Riviera	6	7	7	3	2	1	2
	Figueira	Pedro Agulha Figueiró	30	66	70	3	1	2	10
Agente 1 São Luiz	São Luiz	Chico Santeiro	60	54	59	3	1	2	20
(10 qst.)	São Luiz	Maporé	37	39	48	3	2	1	12
	São Luiz	Alto Columbiara	52	41	56	4	2	2	13



## ANEXO 6

**DESCRIÇÃO DO TRAJETO NO CAMPO**

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário  
 Secretaria Municipal de Saúde  
 Diagnóstico da Violência

**DESCRIÇÃO DO TRAJETO PARA A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO  
 DISTRITO DE SAÚDE JARDIM SÃO LUÍS  
 UBS CHÁCARA MOISÉS**

Caro Agente Comunitário de Saúde,

No quadro abaixo estão relacionadas as ruas que você deverá percorrer, o número total de questionários a serem aplicados em cada uma delas e o número de questionários para homens e para mulheres. A coluna “Pulo” é o número de casas que você deverá pular depois de aplicar o primeiro questionário.

Rua	N. de questionários	Questionários para homens	Questionários para mulheres	Pulo
Rua D. Pedro I Do número ____ ao número ____	5 (1) (2) (3) (4) (5)	3 (1) (2) (3)	2 (1) (2)	27
Rua D. Pedro II Do número ____ ao número ____	5 (1) (2) (3) (4) (5)	2 (1) (2)	3 (1) (2) (3)	32

A Rua D. Pedro I compõe a área de trabalho do Agente Comunitário José Maria.

A Rua D. Pedro II compõe a área de trabalho da Agente Comunitária Maria José.

Converse com eles para esclarecer possíveis dúvidas sobre o seu trajeto.

**Bom trabalho!**

## ANEXO 7

**QUESTIONÁRIO**

Distrito de Saúde: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Vila: \_\_\_\_\_

**Pesquisador: O entrevistado deve:**

- a) ser morador da casa,
- b) ter mais de dezesseis (16) anos.

**A – IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR****1. Sexo:**

- 1. ( ) M
- 1. ( ) F

**2. Quantos anos você tem?**

[ ] [ ] anos completos

**3. A sua cor ou raça é:**

- 1 ( ) branca
- 2 ( ) preta
- 3 ( ) parda
- 4 ( ) amarela
- 5 ( ) indígena
- 6 ( ) não quis responder

**4. Relação com o (a) chefe da família:**

- 1 ( ) É o (a) chefe da família
  - 2 ( ) Esposa/marido
  - 3 ( ) Filho (a)
  - 4 ( ) Companheiro (a)
  - 5 ( ) Outros. Qual?
-

**5. Nasceu na cidade de São Paulo?**

1 ( ) Sim -> (vá para pergunta 7)

2 ( ) Não -> 5.3 Em que estado? [ ] [ ] U.F

**6. Está na cidade há quanto tempo? [ ] [ ] anos completos**

(Se menos de um ano, completar com 00)

**7. Há quanto tempo está no bairro? [ ] [ ] anos completos**

(Se menos de um ano, completar com 00)

**8. No último mês, qual foi a sua remuneração?**

R\$ [ ] [ ] [ ] [ ],00

( ) não teve remuneração

**9. Gostaria que você dissesse agora com quem mora e qual é o rendimento mensal de cada pessoa (nessa questão não é preciso incluir o entrevistado)**

Número de ordem	Posição na família chefe da família esposa / marido filho enteado pai / padrasto mãe / madrasta irmão irmã outro parente não é parente empregado(a) doméstico(a)	Tem algum rendimento mensal? 1. sim 2. não 3. não sabe	Qual é o valor desse rendimento? 9999. não sabe 0. não tem
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

A ser preenchido pelo supervisor:

Renda domiciliar: R\$ [ ] [ ] [ ] [ ], 00

Número de pessoas no domicílio:

x + 1 -> [ ] [ ]

10. Você tem religião?

1 ( ) sim -> (vá para a pergunta 11)

2 ( ) não -> (vá para a pergunta 14)

11. Qual é a sua religião?

---

12. Participa de alguma atividade religiosa?

1 ( ) sim -> (vá para a pergunta 13)

2 ( ) não -> (vá para a pergunta 14)

13. Com que frequência?

1 ( ) todos os dias

2 ( ) semanalmente

3 ( ) mensalmente

4 ( ) uma vez por ano

14. Qual é o seu grau de instrução?

1 ( ) nunca estudou

2 ( ) alfabetização de jovens e adultos

3 ( ) 1.º grau incompleto (inclui o antigo primário completo)

4 ( ) 1.º grau completo (inclui os que concluíram os antigos primário e ginásio)

5 ( ) 2.º grau incompleto

6 ( ) 2.º grau completo (inclui os que concluíram os antigos cursos colegial, técnico, científico, normal e clássico)

7 ( ) Superior incompleto. Qual? \_\_\_\_\_

8 ( ) Superior completo. Qual? \_\_\_\_\_

9 ( ) Pós-graduação completa ou incompleta. Qual? \_\_\_\_\_

15. Você está estudando?

1 ( ) sim -> vá para a pergunta 16

2 ( ) não -> vá para pergunta 17

16. O que você está estudando?

---

17. Você está trabalhando?

Pesquisador: fique atento para os "bicos", que também são importantes.

1 ( ) sim -> vá para a pergunta 18

2 ( ) não -> vá para a pergunta 20

18. Qual é o setor de sua atividade?

---

19. Qual é o seu cargo / ocupação?

\_\_\_\_\_ -> vá para a parte B

20. Há quanto tempo?

[ ] [ ] anos

21. Você já trabalhou?

1 ( ) sim -> vá para a pergunta 22

2 ( ) não -> vá para a parte B

22. Qual era o setor de sua atividade?

\_\_\_\_\_

23. Qual era o seu cargo / ocupação?

\_\_\_\_\_

## B - PERGUNTAS SOBRE A VIOLÊNCIA

Vou citar uma série de situações que podem ou não ser consideradas exemplos de violência.

Quais destas situações você considera violência?

24- Uma pessoa que vive em situação de miséria.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

25- Uma briga entre vizinhos em que um insulta o outro.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

26- Um pai ou uma mãe que bate no filho porque ele fez algo errado.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

27- Uma briga entre grupos rivais.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

28- Um professor que agride um aluno indisciplinado.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

29- Uma pessoa se vinga de um crime cometido contra si ou sua família.

1 ( ) sim      2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

30- Uma discussão no trânsito.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

31- Uma pessoa com uma doença grave que precisa esperar 3 meses para fazer exames.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

32- Um homem ou uma mulher que xinga o(a) companheiro(a).

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

33- Uma pessoa que não consegue emprego porque é portadora de deficiência.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

34- Um aluno ameaça um professor que lhe chamou a atenção.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

35- Um (a) chefe de família que está há muito tempo desempregado (a).

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

36- Uma pessoa é ofendida por causa de sua cor.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

37- Um posto de saúde sujo.

1 ( ) sim 2 ( ) não

3 ( ) depende -> quando é? \_\_\_\_\_ 4( ) não sei

Identifique se há problemas de violência:

Cód.	Locais	Sim	Não	Não Sabe
38	Na sua cidade	1	2	3
39	No seu bairro	1	2	3
40	Na(s) escola(s) do seu bairro	1	2	3
41	Na sua família	1	2	3

Vou citar algumas frases e gostaria que você dissesse se concorda, discorda ou tanto faz:

Cód.	Frases/ Afirmações	Concorda	Discorda	Tanto Faz
42	Às vezes o professor precisa agredir o aluno para ser respeitado.	1	2	3
43	A polícia e os seguranças podem revistar as pessoas por causa da aparência.	1	2	3

Cód.	Frases/ Afirmações	Concorda	Discorda	Tanto Faz
44	Ter relação sexual é uma obrigação do casamento.	1	2	3
45	Se a polícia não agir com violência, os bandidos tomam conta.	1	2	3
46	Não tem problema uma pessoa esconder alguma coisa do médico por vergonha ou medo de levar uma bronca.	1	2	3
47	É importante que as pessoas exijam seus direitos.	1	2	3
48	Seria bom se todas as crianças pudessem estudar, mas se preciso, elas devem trabalhar.	1	2	3
49	Quando um não quer, dois não brigam.	1	2	3
50	A mulher que apanha do marido deve abandoná-lo.	1	2	3
51	Se uma criança apanhar na escola, ela deve revidar.	1	2	3
52	Quem anda armado impõe respeito.	1	2	3
53	É melhor um hospital ruim perto que um bom hospital longe.	1	2	3

**54 -Na sua opinião, a(s) escola(s) do seu bairro tem:**

- 1 ( ) mais coisas boas que coisas ruins -> vá para QUADRO 1  
 2 ( ) mais coisas ruins que coisas boas -> vá para QUADRO 2  
 3 ( ) não sei -> vá para a pergunta 69

**QUADRO 1**

**Entre as coisas boas da(s) escola(s) do seu bairro, quais você destacaria e quem é o principal responsável por cada uma delas?**

Cód	Coisas boas	Sim	Não	Não Sabe	Principal Responsável
					01 Pais 02 Alunos 03 Professores 04 Direção 05 Governo 06 Outros 07 Não sabe
55	Projetos para os alunos	1	2	3	4  —   —
56	Estrutura (biblioteca, sala de computação e para portadores de deficiência, quadras)	1	2	3	4  —   —
57	Participação da família nas atividades da escola	1	2	3	4  —   —
58	Ensino, bons professores	1	2	3	4  —   —
59	Merenda	1	2	3	4  —   —
60	Atividades para a comunidade aos finais de semana	1	2	3	4  —   —
61	Relação entre professores e alunos	1	2	3	4  —   —

Quadro 2

Entre as coisas ruins da(s) escola(s) do seu bairro, quais você destacaria e quem é o principal responsável por cada uma delas?

Cód	Coisas Ruins	Sim	Não	Não Sabe	Principal Responsável
					01 Pais 02 Alunos 03 Professores 04 Direção 05 Governo 06 Outros 07 Não sabe
62	Violência	1	2	3	4  —   —
63	Uso/ tráfico de drogas	1	2	3	4  —   —
64	Falta de estrutura (sujeira, depredação, falta de salas de computação)	1	2	3	4  —   —
65	Desrespeito entre alunos e professores	1	2	3	4  —   —
66	Falta de vagas	1	2	3	4  —   —
67	Falta de aulas	1	2	3	4  —   —
68	Ensino	1	2	3	4  —   —

69. Existem coisas que você deixou de fazer ou lugares a que deixou de ir por causa da violência?  
O que / quais lugares?

---

70. Se você presenciasse uma cena ou situação de violência com a qual não concordasse, tomaria alguma atitude?

1 ( ) sim -> vá para a pergunta 71

2 ( ) não -> vá para a pergunta 72

71. Qual?

---

72. Por quê?

---

73. Existem instituições ou pessoas que ajudam a comunidade a enfrentar problemas do bairro?

1 ( ) sim -> vá para a pergunta 74

2 ( ) não -> vá para a pergunta 76

74- Quais são as instituições/pessoas que ajudam a sua comunidade?



---

---

---

75. Como elas ajudam?

---

---

---

76. Quais as coisas boas do seu bairro?

---

---

---

77. Quais as coisas ruins do seu bairro?

---

---

---

78. O que poderia ser feito para enfrentar os problemas de sua comunidade?

---

---

---

79. Você participa de alguma atividade para melhorar o bairro? De qual / Como?

---

---

---

80. Você gostaria de dizer alguma coisa que não foi perguntada?

---

---

---

## ANEXO 8

**REGISTRO, CATEGORIA E CODIFICAÇÃO**

Se você presenciasse uma situação de violência com a qual não concordasse, tomaria alguma atitude?

-> Sim

Q72- Qual?

Respostas:

- Procuraria órgãos competentes
- Correr e chamar a polícia
- Em caso de conhecido ao qual eu posso resolver
- Conversar com a pessoa e conscientizá-la, possivelmente chamar a polícia
- Denúncia
- Pediria socorro
- Ligaria para a polícia
- Tentar separar e conversar
- Chamaria a polícia
- Disque-denúncia
- Tentaria separar se fosse briga
- Conversar/ denúncia
- Denúncia
- Chamar a polícia
- Chamaria a polícia
- Chamo a polícia
- Para se defender
- Tentaria ajudar
- Polícia
- Chamaria a polícia

Q72 – Qual?

## CATEGORIAS

**1. Intervenção direta**

- Conversar com a pessoa/ conscientizar
- Tentaria separar/ apartar
- Tentaria ajudar

**2. Intervenção mediada: chamar a polícia**

**3. Intervenção mediada:** chamar os amigos/ vizinhos/parentes

**4. Intervenção mediada: denúncia**

- Denúncia/ denunciaria
- Disque-denúncia

**5- Intervenção mediada: sem especificações**

- Pediria socorro
- Buscaria ajuda

## ANEXO 9

**DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS DE SETOR DE  
ATIVIDADES SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E  
DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO  
DA FUNDAÇÃO SEADE**

**Indústria**

Metal-Mecânica: ocupados nas indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e eletrônico, e de material de transporte.

Química e borracha: ocupados nas indústrias química, farmacêutica e plásticos e de artefatos de borracha.

Têxtil e vestuário: ocupados nas indústrias têxtil e de vestuário, calçados e artefatos de tecido (exclusive artefatos de couro e plástico).

Alimentação: ocupados nas indústrias de produtos alimentares.

Gráfica e papel: ocupados em editoras, indústrias gráfica e de papel, papelão e cortiça.

Outras indústrias: ocupados nas indústrias de mobiliário e produtos de madeira, de vidros, cristais, espelhos e cerâmica, de material de construção, de artesanato, artefatos de couro e plásticos, joalheria e lapidação de pedras preciosas, instrumentos musicais e brinquedos e outras indústrias de transformação e extrativas.

**Construção Civil**

Exclui os ocupados nas atividades de reforma e reparação de edificação.

**Comércio**

Em atividades atacadistas e varejistas.

**Serviços**

Reformas: ocupados nas atividades de reforma e reparação de edificação.

Oficinas mecânicas: ocupados nos serviços de reparação, reforma e conservação de máquinas e veículos.

Limpeza, vigilância e outras oficinas: ocupados nos serviços de limpeza e vigilância, e outras oficinas de reparação e conservação de objetos de uso pessoal, elétrico e mobiliário.

Transportes: ocupados nos serviços de transporte e de armazenagem (públicos e privados).

Especializados: ocupados nos serviços de escritórios de assessorias e consultorias técnicas, jurídicas, econômicas, contábeis, serviços de pesquisa, serviços de processamento, análise e programação de dados e outros serviços técnicos não-especificados.

Administração e Utilidade Pública: ocupados nos serviços de administração pública (dos três poderes e das esferas municipal, estadual e federal), forças armadas e polícia, nos serviços de utilidade pública (distribuição de energia elétrica, gás encanado, água e esgotos; limpeza pública e remoção de lixo) e nos serviços de comunicação (correios, transportes, telefonia e assemelhados).

Creditícios: ocupados nos serviços creditícios e financeiros, inclusive seguros e cartões de crédito.

Alimentação: ocupados nos serviços de alimentação em bares, restaurantes, lanchonetes, barracas e outros vendedores de rua.

Educação: ocupados nos serviços de educação pública e privada.

Saúde: ocupados nos serviços de saúde (hospitais, maternidades, consultórios, análises clínico-laboratoriais).

Auxiliares: ocupados nos serviços da agricultura, do comércio (escritórios de representação, bolsa de mercadorias, escritórios de comissão e consignação e de proteção ao crédito), da indústria (escritórios de locação de equipamentos e veículos), dos seguros, finanças e valores, dos transportes (locação de veículos, agentes de cargas, agentes de vendas de passagens, agentes de turismo) e outras atividades econômicas (treinamento de mão-de-obra).

Outros serviços: ocupados nos serviços pessoais, comércio e administração de valores imobiliários, diversões, radiodifusão e teledifusão, serviços comunitários (sindicatos, associações comunitárias e religiosas e previdência pública e privada), serviços de alojamento e outros serviços não-especificados.

### **Serviços domésticos**

Ocupados nos serviços prestados a famílias e domicílios (inclusive jardinagem, segurança, condução de veículos).

### **Outros setores de atividades**

Ocupados nos serviços de embaixadas, representações oficiais e políticas e nos serviços não-classificados ou não-especificados anteriormente.

## ANEXO 10

**INSTITUIÇÕES E GRUPOS CITADOS PELOS ENTREVISTADOS,  
POR DISTRITO****Brasilândia**

ABCC – Grupo de Jovens  
Batuíra  
Escolas/EMEI  
Igreja Batista/ Evangélicas  
Lar Fabiano de Cristo  
Os vizinhos  
OSEM Católica  
Posto de saúde

**Cachoeirinha/ Casa Verde**

A comunidade  
Agentes Comunitários de Saúde  
Associação de bairro VNC  
Centro Espírita  
CONSEG  
Igrejas/Igreja Católica/Igreja Nossa Senhora de Fátima  
Posto de saúde  
Programa Saúde da Família

**Campo Limpo**

Associação Alcoólicos Anônimos  
Associação de bairro  
Associações  
Centro Espírita  
CEPIM  
Escolas  
Igrejas Católicas/ Evangélicas/Quadrangular/ São Judas Tadeu  
Lar Batista

**Capão Redondo**

Agentes Comunitários de Saúde  
Casa do Zezinho  
Cyganus (ONG)  
D. Valdete e D. Elza da Associação de Moradores  
Frentes de trabalho  
Igreja São José Operário/Santa Luzia/Santa Sônia/N. Sa. Aparecida/ N. Sa. do Carmo  
Fundação Moacir Nogueira  
Os adventistas  
Pastoral de Criança  
Prefeitura Municipal  
Sociedades Amigos do Bairro/ Promoção Humana

**Cidade Tiradentes**

Ação Comunitária Cidade Tiradentes  
Associação Afro Sabor da Vitória  
Associação Masterapia  
Centro Comunitário  
CONSEG de Cidade Tiradentes  
EGJ  
Igrejas  
Núcleo Recreativo São Cosme e São Damião

**Grajaú**

Associações do Bairro Jd. Moraes Prado  
Ação Comunitária Amigos do Bairro Jd. Três Corações  
Agentes Comunitários de Saúde  
Igreja/ Igreja N. Sa. do Carmo/ da Graça  
Inst. Casa dos Velhinhos  
Posto de Saúde

**Guaianazes**

Associação de moradores  
Associação Novo Amanhecer  
Centro Desportivo Municipal  
Centro de Educação Popular Paulo Freire  
Harles Brown da Associação de moradores Vila São Geraldo  
Comunidade Kolping  
Igrejas/São Paulo Apóstolo/ Santo Expedito/ Evangélicas  
Liga Esportiva de Guaianazes

**Jardim Ângela**

ABESFAC – Assoc. Beneficente de Apoio a Famílias Carentes  
Agentes Comunitários de Saúde  
Escola Amélia Kerr  
Igreja católica/ Evangélica/ N. Sa. de Guadalupe  
Sociedade Amigos do Bairro  
PSF Vera Cruz  
Prefeitura

**Jardim São Luiz**

Associação Monte Azul  
Casa do menor  
Comunidade Santa Cecília  
Creches  
Fundação Julita  
Igreja São João Batista/ São Sebastião  
Irmã Natalina

**Parelheiros**

Agentes Comunitários de Saúde  
Associação de Bairro  
Centro Comunitário  
Centro de Juventude  
Comerciantes  
Comunidade Japonesa  
Comunidade do Bairro  
Creches  
Escolas  
Igreja Vicentino  
Pastoral da Criança

**São Mateus**

Associação de moradores  
Agentes Comunitários de Saúde  
A casa das freiras  
As comunidades  
Igrejas  
MOVA

**Sé**

Associação de Apoio aos Nordestinos -ANEP  
CONSEG do Cambuci  
Igreja Católica/ Achiropita/ Margarida Maria/ Evangélicas  
Padre Julio Lancelloti  
Posto de Saúde  
Programa Leve Leite  
Sociedade Amigos do Vila Albertina  
Unibes

**Tremembé/Tucuruvi**

Associações  
Comunidade do Bairro  
Igrejas/ N. Sa. Aparecida  
Instituições  
Fundação Gol de Letra  
Lions Club do Tremembé  
Pastoral  
Posto de Saúde



## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ARENDDT, Hannah. A crise na educação, in: Entre o passado e o futuro, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Miséria do mundo, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo, São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- GARCIA, Márcia R. Cavalheiro. Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência, in: FERRARI, Dalka e VECINA, Tereza (orgs.). O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática, São Paulo: Ed. Sumus/Ed. Agora, 2002.
- GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: APOCS, 1993.
- JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathlie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental, Brasília: IPEA, 2002.
- KOWARICK, Lúcio e ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCH, Renato Raul. A violência e a cidade, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MASSUNO, Elizabeth. Violência de gênero: delegacia de defesa da mulher é necessária? Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações Sociais de Gênero/ NEMGE, São Paulo, 1999.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil, in: SABOIA, Gilberto Vergne (org.). Anais de seminários regionais preparatórios para conferência mundial contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, Brasília: Ministério da Justiça, 2001.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. São Paulo: o povo em movimento, Rio de Janeiro: Ed. Vozes/Cebrap, 1980.
- SOUZA, Regina Magalhães de. Escola e juventude: aprender a aprender, dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. A modernização vista de baixo: precarização e violência na cidade de São Paulo, 2000, mimeo.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- WAISELFISZ, Jacobo. Mapa da violência III – os jovens do Brasil, Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, SEDH, 2002.

## **PESQUISAS**

ADORNO, Sérgio, BORDINI, Eliana B.T., LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente na criminalidade urbana de São Paulo, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

A voz dos adolescentes, UNICEF, s/d.

CARDIA, Nancy. Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

Censo Demográfico 2000 – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Pesquisa emprego e desemprego na cidade de São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação Seade e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese.

Os direitos humanos no Brasil, Núcleo de Estudos da Violência, São Paulo, 1993.

Relatório de cidadania - os jovens e os direitos humanos, Rede de Observatórios de Direitos Humanos, Núcleo de Estudos da Violência/Instituto Sou da Paz, 2001.

Relatório mundial sobre violência e saúde, Organização Mundial de Saúde, 2002.

## **SITES CONSULTADOS**

[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)

[www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

**AGENTES QUE PARTICIPARAM COMO PESQUISADORES**

Adriana de O. D. Domingues	Luciana Cafarella
Ana Lucia dos Santos	Marcia Regina de Oliveira
Anderson Assis Leite	Margarida Maria de O de Jesus
André Luiz da Silva	Maria Aparecida Queiroz Santos
Andrea Ferreira da Silva	Maria Célia Gomes Riatta Firetteq
Anilzo Novaes Freire	Maria Salete da Silveira
Arlete Leite Cavalcanti	Maria Silvana da Silva Vieira
Carlos José Gomes Moreira	Maria Sônia do N. Silva
Cláudia Valéria de Almeida Silva	Marilia Ferreira
Daliria de Castro Neiva	Marlene Alves Pereira
Denise Soares dos Santos	Mauritânia Miriam Macedo da Silva
Elisângela Martins Pereira	Mônica Regina de Faria
Elza Pereira do Nascimento de Jesus	Neuza Bezerra de Souza
Erik Pires de Azevedo	Poliana Mourato da Cruz
Esedra Farias dos Santos	Raimunda Araújo Santos Alves
Ester C. da Silva Correa	Robson Costa de Bitencourt
Fabiana Andrade Oliveira	Rosemary Eloiza Gimenes
Francisca Graciana Lacerda	Rosicleide Marques de Farias Silva
Gilenice Conceição Brito Lima	Rubens Ribeiro de Andrade
Hiroko Yaginuma	Rute Rodrigues Queiroz
Iliana Rocumback Eduardo	Solange Dantas da Silva
Irenice Alexandre Santana	Solange Maria dos Santos Santana
Isnaldo Ferreira de Souza	Sonia Maria de Barros Silva
José Carlos de Oliveira Alves	Sônia Pimenta Mantovan
Léia dos Santos Dias	Suely Ferreira de França
Lilian Aparecida Santos F. Silva	Suzana Santos de Araújo Silveira
Lindinalva Acioli de Amorim	Tânia Regina de Moraes
Lourdes Ricarda Viana Schmidt	William Batista Sampaio
Luci Flôres Belini	

## CRÉDITOS

## DIRETORIA IBEAC

**Maria Lúcia Montoro Jens**

Presidente

**Luiz Henrique Proença Soares**

Vice-presidente

**Marcos Gianetti da Fonseca**

Diretor Administrativo / Financeiro

**Maria Lúcia Carvalho da Silva**

Diretora Técnica

**José Luiz Gaeta Paixão**

Diretor Executivo

**Vera Lion**

Coordenadora do Programa de Formação em Direitos Humanos

IBEAC

Av. Dr. Arnaldo n.º 2083

Sumaré – São Paulo – SP – 01255 – 000

Tel.: (11) 3864 3133 Fax: 3865 3211

**E-mail:** [ibeacdh@uol.com.br](mailto:ibeacdh@uol.com.br)

PESQUISA

Coordenação do projeto:

**Bel Santos e Vera Lion**

Coordenação e redação da pesquisa:

**Márcia Cunha**

Equipe Programa de Formação em Direitos Humanos:

**Ana Paula Fontes, Bruna Elage, Ivanil Moraes,**

**Laniela Feitosa, Regina Lino, Renato Nery**

**Angela Mattos**

Projeto gráfico

**Kika de Freitas**

Revisora



Realização:



Secretaria Especial  
dos Direitos Humanos



Apoio:



SECRETARIA MUNICIPAL DA

**Saúde**

